

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMBIENTE INSTITUCIONAL: EXPANSÃO
DAS REDES DE FRANQUIAS NO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

AUGUSTO CÉZAR D'ARRUDA

SÃO PAULO
2026

AUGUSTO CÉZAR D'ARRUDA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMBIENTE INSTITUCIONAL: EXPANSÃO
DAS REDES DE FRANQUIAS NO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

Tese como requisito para obtenção de Título de
Doutor em Administração de Empresas para a
Universidade Paulista – UNIP.

Orientador: Pedro Lucas de Resende Melo

Área de concentração: Redes organizacionais

Linha de pesquisa: Estratégias e Operações em
Redes

**SÃO PAULO
2026**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AMBIENTE INSTITUCIONAL: EXPANSÃO
DAS REDES DE FRANQUIAS NO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

POR

AUGUSTO CÉZAR D'ARRUDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Paulista – UNIP, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Administração, sendo a banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Pedro Lucas de Resende Melo – Universidade Paulista – UNIP
Orientador

Prof. Dr. Diego Bonaldo Coelho
Fundação Instituto Administração – FIA
Membro Externo

Prof. Dr. Matheus Dermonde Gonçalves
Faculdade de Economia e Administração – FEA/USP

Prof^a Dr. Victor Silva Corrêa
Universidade Paulista - UNIP
Membro Interno

Prof^a Dr. Renato Telles
Universidade Paulista - UNIP
Membro Interno

AGRADECIMENTOS

Neste processo de construção da tese, algumas pessoas foram fundamentais, mas, inicialmente, agradeço a Deus por permitir chegar até aqui. Meu primeiro agradecimento, de forma especial, e não poderia ser diferente, vai ao meu orientador, professor doutor Pedro Melo, por toda orientação, estratégia e sabedoria, aprendi com suas orientações lições que ultrapassam o ensino educação, que algum dia eu possa retribuir todo ensinamento. Um agradecimento especial a minha família, em especial a minha esposa e filhas, a minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos, vocês representam a força que sempre precisei. Aos meus amigos, e como valorizo esses amigos, vocês são a alegria dos meus dias pesados, são minhas válvulas de escape, aquilo que torna tudo mais leve. Também quero agradecer a algumas instituições importantes nesse processo, assim, um agradecimento especial a Universidade Paulista, um exemplo de instituição que cumpre seu papel social transformando a vida dos estudantes. Meu agradecimento a instituição que trabalho e que proporciona o meu sustento, o Instituto Federal de Educação de Mato grosso. Meu agradecimento especial ao Sicoob União MT/MS pela parceria de sempre e, por fim, meu agradecimento a CAPES pelo incentivo em parte da minha construção acadêmica.

EPIGRAFE

Por maiores que sejam os desafios, que nunca falte a coragem de seguir em frente.

(Anônimo)

RESUMO

O objetivo desta tese é investigar quais dimensões institucionais, em diferentes condições ambientais, podem impactar na inserção de redes de franquias em regiões do interior. Para alcançar esse objetivo, a tese foi estruturada em três artigos, cada um com objetivos específicos e complementares. O primeiro artigo tem como objetivo discutir a heterogeneidade dos ambientes do interior, evidenciando a existência de diferentes condições ambientais e possibilitando a utilização de amostras distintas que representem a diversidade das regiões. O segundo artigo tem como objetivo identificar dimensões institucionais relevantes do ambiente isomórfico competitivo do interior dos países emergentes. O terceiro artigo busca identificar dimensões institucionais significativas do ambiente isomórfico institucional. Metodologicamente, o artigo 1 consiste em um ensaio teórico, enquanto os artigos 2 e 3 adotam uma abordagem quantitativa, com amostras compostas por cidades localizadas nos mesmos estados federativos, porém submetidas a diferentes pressões competitivas e institucionais. Os resultados do artigo 1 evidenciam a heterogeneidade das regiões do interior, identificando condições ambientais distintas caracterizadas por pressões competitivas e institucionais. O artigo 2 demonstra a significância das dimensões educação, desenvolvimento regional e desenvolvimento financeiro para a atração de redes de franquias em contextos marcados por condições ambientais competitivas. Já o artigo 3 evidencia a relevância das dimensões jurídicas, de infraestrutura, de recursos humanos e de políticas públicas. A tese apresenta duas principais contribuições teóricas: a primeira aos estudos sobre redes de franquias, ao ampliar a compreensão teórica acerca das estratégias de expansão dessas redes em contextos regionais distintos, e a segunda no campo do institucionalismo, ao identificar dimensões ambientais significativas para a atração de redes de franquias, delimitando o ambiente do interior a partir dos conceitos de isomorfismo sob os quais tais dimensões se tornam relevantes. Como contribuição prática, destaca-se a implicação para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, uma vez que a identificação de variáveis institucionais significativas permite que gestores públicos direcionem políticas específicas para fomentar a inserção de empreendimentos em diferentes regiões do interior. Assim, a tese se distingue por identificar, de forma heterogênea, dimensões institucionais que influenciam a atração de redes de franquias no interior, contribuindo para o avanço do debate e abrindo caminho para novos estudos que considerem as pressões exercidas pelos ambientes regionais.

Palavras-chave: Redes de Franquias; Ambiente Institucional; Expansão de redes; Estratégia; Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to investigate which institutional dimensions, under different environmental conditions, can impact the insertion of franchise networks in inland regions. To achieve this objective, the thesis is structured in three articles, each with specific and complementary objectives. The first article aims to discuss the heterogeneity of inland environments, highlighting the existence of different environmental conditions and enabling the use of distinct samples that represent the diversity of the regions. The second article aims to identify relevant institutional dimensions of the isomorphic competitive environment of the interior of emerging countries. The third article seeks to identify significant institutional dimensions of the isomorphic institutional environment. Methodologically, article 1 consists of a theoretical essay, while articles 2 and 3 adopt a quantitative approach, with samples composed of cities located in the same federative states, but subjected to different competitive and institutional pressures. The results of article 1 highlight the heterogeneity of inland regions, identifying distinct environmental conditions characterized by competitive and institutional pressures. Article 2 demonstrates the significance of the dimensions of education, regional development, and financial development for attracting franchise networks in contexts marked by competitive environmental conditions. Article 3 highlights the relevance of the legal, infrastructure, human resources, and public policy dimensions. The thesis presents two main theoretical contributions: the first to studies on franchise networks, by broadening the theoretical understanding of the expansion strategies of these networks in distinct regional contexts, and the second in the field of institutionalism, by identifying significant environmental dimensions for attracting franchise networks, delimiting the interior environment based on the concepts of isomorphism under which such dimensions become relevant. As a practical contribution, it highlights the implication for the formulation of public policies aimed at regional development, since the identification of significant institutional variables allows public managers to direct specific policies to foster the insertion of ventures in different regions of the interior. Thus, this thesis stands out for identifying, in a heterogeneous way, institutional dimensions that influence the attraction of franchise networks in the interior, contributing to the advancement of the debate and paving the way for new studies that consider the pressures exerted by regional environments.

Keywords: Franchise Networks; Institutional Environment; Network Expansion; Strategy; Regional Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Objetivos dos artigos	17
Tabela 2: Matriz metodológica de amarração	21
Artigo 1 – Tabela 1: Tipos de Isomorfismo	30
Artigo 1 – Tabela 2: Protocolo de pesquisa	32
Artigo 1 – Tabela 3: Artigos da Busca	32
Artigo 2 – Tabela 1: Variáveis independentes	71
Artigo 2 – Tabela 2: Estatísticas descritivas univariadas da amostra	73
Artigo 2 – Tabela 3: Modelos iniciais com variáveis de desenvolvimento regional	74
Artigo 2 – Tabela 4: Modelos iniciais com variáveis econômicas	75
Artigo 2 – Tabela 5: Modelos iniciais com variáveis de educação	76
Artigo 2 – Tabela 6: Modelos iniciais com variáveis de negócios	77
Artigo 2 – Tabela 7: Modelos finais com testagem de hipóteses	78
Artigo 3 – Tabela 1: Variáveis independentes	92
Artigo 3 – Tabela 2: Estatísticas descritivas univariadas	96
Artigo 3 – Tabela 3: Matriz de correlações.....	98
Artigo 3 – Tabela 4: Escolha do modelo empírico	100
Artigo 3 – Tabela 5: Modelos empíricos para teste das hipóteses.....	103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Framework da pesquisa	20
Artigo 1 - Figura 1 - Framework da proposta.....	26
Artigo 2 – Figura 1 – Hipóteses	70
Artigo 2 – Figura 2 - Dimensões institucionais e suas variáveis	71
Artigo 3 – Figura 1 – Arranjo populacional	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ABF – Associação Brasileira de Franchise.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

PIB – Produto Interno Bruto

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

Sumário

1. Introdução	12
2. Artigos	22
2.1. Artigo 1: Ambiente Regional de Atração de Novos Negócios: Reflexões de Análises Homogêneas das Regiões para o Empreendedorismo	22
2.2. Artigo 2: Desenvolvimento Regional e Redes de Franquias: Uma análise institucional do Centro-Oeste brasileiro	47
2.3. Artigo 3: Redes de Franquias em Arranjos Populacionais do Interior: Uma Análise Institucional do Centro-Oeste Brasileiro	80
3. Considerações Finais	115
4. Referências	118

1. INTRODUÇÃO

Redes de franquias são sistemas organizacionais baseados em contratos formais, nos quais uma parte, franqueador, concede à outra, franqueado, o direito de uso de uma marca, bem como de seus produtos ou serviços, mediante contrapartida financeira (Rubin, 1978). Esse modelo organizacional consolidou-se como uma estratégia de expansão capaz de combinar padronização e crescimento territorial com menor comprometimento direto de capital, permitindo a replicação de práticas organizacionais em diferentes contextos geográficos. Inicialmente, a expansão das redes de franquias concentrou-se em regiões com características institucionais, econômicas e culturais semelhantes àquelas em que as unidades já estavam estabelecidas, como forma de reduzir incertezas ambientais e riscos contratuais (Rubin, 1978). Porém, com o passar do tempo, esses mercados ficaram saturados e esse modelo de negócio precisou expandir para ambientes com realidades diferentes, por exemplo, redes de franquias presentes em países desenvolvidos passaram a expandir para países de economia emergente. A literatura sobre internacionalização de franquias e empreendedorismo internacional demonstra que esse movimento expõe as organizações a ambientes marcados por maior instabilidade institucional, diversidade regulatória e assimetrias de informação, exigindo estratégias de adaptação e legitimação mais complexas (Baena & Cerviño, 2014; Dant & Grünhagen, 2014; Grünhagen *et al.*, 2012; Lanfranchi *et al.*, 2021; Melo *et al.*, 2019; Peng, 2014, 2023). Estudos recentes reforçam que, nesses contextos, as instituições locais exercem papel central na definição das oportunidades empreendedoras, influenciando tanto o desempenho quanto a sobrevivência das organizações (Acquah *et al.*, 2023; Lanfranchi *et al.*, 2021; Melo *et al.*, 2019; Wu *et al.*, 2023;).

Nesse cenário, a literatura institucional destaca que a segurança jurídica, a previsibilidade regulatória e a estabilidade política são elementos particularmente relevantes para modelos organizacionais baseados em contratos de longo prazo, como é o caso das franquias (Alon, 2006; Alon & Welsh, 2002). Ambientes institucionais frágeis tendem a elevar custos de transação, riscos de oportunismo e dificuldades do cumprimento e da efetividade das regras formais, afetando negativamente decisões de entrada e expansão. Todavia, essas condições institucionais não se distribuem de forma homogênea no território, o que reforça a importância de análises que considerem variações institucionais subnacionais, sobretudo em países emergentes (Medeiros *et al.*, 2022; Arbelo-Pérez *et al.*, 2025).

Paralelamente, ganha destaque a literatura sobre a interiorização das redes de franquias, entendida como a expansão para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Esse movimento tem sido interpretado como resposta à saturação dos mercados metropolitanos, à intensificação da concorrência e à busca por novas oportunidades de crescimento (Melo *et al.*, 2020; 2023; 2025). Os estudos sobre o tema demonstram que regiões interioranas apresentam dinâmicas institucionais próprias, relacionadas à estrutura produtiva local, ao capital social, à atuação do poder público e às características socioculturais, que afetam diretamente a atratividade de novos negócios (Flores Villanueva & Ramírez, 2020; Moita & Guerra, 2012; Rosa *et al.*, 2024; Sendra-Ponsá *et al.*, 2022). Destaca-se o estudo de Melo *et al.* (2023), que avançou no tema de estratégias de expansão de redes de franquias por meio de uma análise empírica que investigou a atratividade dos mercados do interior de um país emergente e verificou que determinadas variáveis eram significativas na atração de redes de franquias em regiões com um máximo número populacional.

Apesar desses avanços, observa-se que grande parte da literatura ainda trata o interior como um ambiente relativamente homogêneo, frequentemente definido apenas por critérios populacionais ou geográficos (Melo *et al.*, 2020; Flores Villanueva & Ramírez, 2020). Essa abordagem tende a negligenciar a heterogeneidade institucional dessas regiões, limitando a compreensão sobre como diferentes configurações institucionais influenciam o empreendedorismo, a inovação e a atração de investimentos (Moirangthem & Nag, 2022; Schimchak *et al.*, 2023; Zuo *et al.*, 2023). Evidências recentes sugerem que regiões interioranas podem apresentar trajetórias institucionais distintas, com impactos diferenciados sobre o desenvolvimento econômico regional (Bălăceanu *et al.*, 2021; Rahim *et al.*, 2025).

Como consequência, aspectos singulares das regiões afastadas dos grandes centros, como estruturas produtivas locais, tradições socioculturais, capacidade institucional e padrões de coordenação entre atores regionais permanecem pouco explorados, apesar de sua relevância para a atratividade de novos negócios (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025; Medeiros *et al.*, 2022; Moirangthem & Nag, 2022). Assim, embora esses estudos reconheçam a importância das dimensões institucionais, ainda há uma lacuna teórica quanto à incorporação sistemática das condições ambientais específicas das diferentes regiões interioranas, o que limita a compreensão das dinâmicas regionais de expansão de redes de franquias.

A proposta do presente estudo insere-se nesse gap teórico ao avançar a literatura que investiga ambientes fora dos grandes centros populacionais como espaços potenciais para a atração de novos negócios (Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2020, 2023, 2025), ao mesmo tempo em que supera abordagens homogêneas do interior, fundamentado na teoria institucional.

A teoria institucional foi escolhida pois oferece um arcabouço robusto para compreender essas diferenças. Conforme North (1990, 2005), as instituições, formais e informais, estruturam as interações humanas e moldam os incentivos econômicos. Complementarmente, estudos sobre mudança institucional e legitimidade organizacional destacam que as organizações não apenas respondem passivamente às instituições, mas também participam ativamente de sua reprodução e transformação (Beckert, 2010; Greenwood *et al.*, 2002; Suddaby, 2010). Nesse sentido, o empreendedorismo e a expansão de redes de franquias podem ser compreendidos como processos socialmente construídos, influenciados por expectativas, narrativas e formas de coordenação institucional (Manville *et al.*, 2024).

No contexto do neo-institucionalismo, DiMaggio e Powell (1983) argumentam que as organizações estão sujeitas a pressões isomórficas que conduzem à homogeneização de estruturas e práticas. Estudos posteriores ampliaram essa perspectiva, demonstrando que a intensidade e a natureza dessas pressões variam conforme o contexto institucional, o grau de incerteza e a atuação de atores centrais, como o Estado e associações profissionais (Greenwood *et al.*, 2002; Schimchak *et al.*, 2023; Suddaby, 2010). Pesquisas recentes reforçam que, em ambientes institucionais frágeis ou em transição, o isomorfismo pode assumir configurações distintas, combinando competição econômica e conformidade institucional (Zuo *et al.*, 2023; Wu *et al.*, 2023).

Com base no exposto, este estudo adota uma perspectiva institucional para analisar a atração de redes de franquias em regiões interioranas, reconhecendo a heterogeneidade desses ambientes. Ao identificar diferentes dimensões institucionais regionais, o trabalho dialoga com a literatura que enfatiza o papel das instituições no desenvolvimento econômico e na distribuição das oportunidades empreendedoras (Acemoglu & Robinson, 2001, 2012; Arbelo-Pérez *et al.*, 2025). Assim, a questão que orienta esta pesquisa é: quais dimensões institucionais, em diferentes condições ambientais, impactam na inserção de redes de franquias no interior?

Ao responder a essa questão, o estudo contribui para a literatura sobre redes de franquias, empreendedorismo e desenvolvimento regional, ao integrar avanços recentes da teoria institucional e do neo-institucionalismo. Além disso, oferece implicações práticas para empreendedores e formuladores de políticas públicas, ao evidenciar como diferentes arranjos institucionais regionais moldam a atratividade de novos negócios em contextos não metropolitanos.

Este trabalho parte do pressuposto de que a compreensão aprofundada dos ambientes nos quais as redes de franquias pretendem expandir seus negócios é condição essencial para a formulação de estratégias de expansão mais eficazes. Compreender a realidade institucional

desse novos ambientes permite não apenas a identificação de oportunidades empreendedoras, mas também a redução das incertezas associadas à entrada em novos mercados, com impactos diretos na diminuição de custos de transação e de adaptação organizacional (Thanh *et al.*, 2022). Sob essa perspectiva, a teoria institucional sustenta que as organizações são moldadas pelas condições ambientais específicas em que estão inseridas, as quais se manifestam por meio de pressões institucionais que influenciam comportamentos, estruturas e estratégias organizacionais (DiMaggio & Powell, 1983; North, 1990).

Ao reconhecer a existência de múltiplos ambientes interioranos, esta pesquisa propõe uma abordagem que considera diferentes configurações do ambiente institucional, de modo a capturar a heterogeneidade presente nas regiões do interior dos países emergentes. Essa abordagem permite identificar particularidades institucionais que podem ser determinantes para caracterizar ambientes favoráveis à inserção de redes de franquias, a partir da análise das dimensões institucionais relevantes em cada contexto e das pressões ambientais que atuam sobre os agentes econômicos ao longo do tempo (North, 2005; Acemoglu & Robinson, 2001). Assim, a teoria institucional é utilizada como base analítica tanto para compreender a diversidade dos ambientes regionais quanto para explicar como essas diferenças influenciam decisões estratégicas de expansão.

Nesse sentido, o estudo propõe a configuração de ambientes institucionais regionais do interior a partir da distinção entre regiões caracterizadas por pressões isomórficas competitivas e regiões marcadas por pressões isomórficas institucionais, conforme os pressupostos neo-institucionais de DiMaggio e Powell (1983). O isomorfismo competitivo refere-se às forças de mercado que induzem à similaridade organizacional em contextos de elevada competição por recursos e consumidores, enquanto o isomorfismo institucional decorre de pressões coercitivas, normativas e miméticas associadas à atuação de atores centrais, como o Estado e outras organizações dominantes (Alqershy *et al.*, 2024; Greenwood *et al.*, 2002). A partir dessa distinção, a tese investiga a atração de redes de franquias considerando a heterogeneidade dos ambientes interioranos, analisando uma mesma região do interior submetida a diferentes tipos de pressões isomórficas: uma de natureza predominantemente competitiva, associada à relevância do agronegócio, e outra de natureza institucional, marcada pela forte atuação do Estado no ambiente regional.

Com base nessa abordagem, a pesquisa destaca nove dimensões institucionais presentes nos ambientes das regiões interioranas, as quais são testadas quanto à sua significância na atração de redes de franquias. O conceito de dimensão institucional é fundamentado na noção de estrutura institucional proposta por North (2005), segundo a qual as instituições representam

os mecanismos criados pelos indivíduos para organizar e controlar o ambiente social e econômico. A avaliação da relevância dessas dimensões permite inferir em que medida determinadas condições institucionais favorecem a inserção de redes de franquias em regiões específicas. Para operacionalizar essas dimensões, o estudo utiliza variáveis institucionais mensuráveis, cujos indicadores são extraídos das cidades que compõem as regiões interioranas analisadas, estabelecendo uma relação empírica entre a presença de redes de franquias e os ambientes institucionais regionais.

Em síntese, este trabalho investiga a problemática da atração de redes de franquias em regiões afastadas dos grandes centros urbanos, tendo como objetivo geral analisar quais dimensões institucionais, sob diferentes condições ambientais, impactam a inserção dessas redes no interior de países emergentes. A pesquisa oferece uma base teórico-empírica que contribui tanto para o avanço da teoria institucional quanto para a formulação de estratégias de expansão de redes de franquias. Especificamente, a tese propõe a construção de cenários institucionais regionais considerados ideais para a atração de redes de franquias, a partir da identificação de dimensões ambientais significativas e da consideração explícita da heterogeneidade dos ambientes interioranos.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro consiste em desenvolver uma crítica aos estudos que tratam o interior dos países como um ambiente homogêneo, propondo, em contraposição, uma configuração teórica dos ambientes institucionais regionais baseada na distinção entre regiões isomórficas competitivas e institucionais, conforme a abordagem neo-institucional de DiMaggio e Powell (1983). O segundo objetivo é identificar um cenário institucional atrativo composto por variáveis que representem dimensões significativas para a inserção de redes de franquias em regiões submetidas a pressões isomórficas competitivas. Por fim, o terceiro objetivo busca construir um cenário institucional ideal com variáveis representativas de dimensões significativas para a inserção de redes de franquias em regiões caracterizadas por pressões isomórficas institucionais.

Tabela 1: Objetivos específicos do trabalho

	Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3
Título	Ambientes regionais para o empreendedorismo: reflexões críticas de análises homogêneas das regiões.	Redes de Franquias no Agronegócio: um estudo do Centro-Oeste brasileiro.	Redes de Franquias em Hierarquias Urbanas do Interior: uma análise institucional do Centro-Oeste brasileiro.
Problema	Classificação heterogênea de regiões afastadas dos grandes centros urbanos.	Atração de redes de franquias no agronegócio (Ambiente com pressões competitivas).	Atração de redes de franquias em arranjos populacionais (Ambiente com pressões institucionais).
Metodologia	Ensaio Teórico com base nas teorias institucionais e nos estudos atuais, com os temas empreendedorismo, desenvolvimento regional e ambiente institucional em concomitância.	Quantitativo descritivo, por meio da técnica de regressão linear múltipla, com amostra das 95 maiores redes presentes no centro-oeste brasileiro, em 225 municípios e com 3080 observações.	Quantitativo descritivo, por meio de técnica de regressão linear múltipla, com amostra de 39 arranjos hierárquicos educacionais que compreendem 307 cidades.
Objetivo	Refletir quanto à relevância de uma classificação heterogênea de ambientes institucionais regionais a partir da classificação isomórfica da sua condição ambiental.	Identificar variáveis que impactam a atratividade do ambiente institucional para inserção de redes de franquias a partir de condições isomórficas competitivas.	Investigar dimensões do ambiente institucional interiorano e identificar as variáveis que influenciam a presença de redes de franquias a partir de condições isomórficas institucionais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O estudo contribui para o avanço das pesquisas que investigam os ambientes institucionais das regiões interioranas, historicamente menos exploradas na literatura e frequentemente marginalizadas nas agendas de políticas públicas de desenvolvimento regional. Ao deslocar o foco dos grandes centros urbanos para os interiores dos países, a análise responde a uma lacuna relevante identificada em pesquisas recentes, que apontam a necessidade de compreender como diferentes arranjos institucionais regionais influenciam a atração e a sustentabilidade de novos negócios (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025; Flores Villanueva & Ramírez, 2020; Melo *et al.*, 2020).

Em segundo lugar, a relevância do estudo decorre da avaliação sistemática do papel das instituições em regiões situadas à margem dos grandes centros econômico, enfatizando como diferentes dimensões institucionais moldam oportunidades empreendedoras e condicionam estratégias organizacionais. Essa abordagem está alinhada à literatura institucional que destaca o papel central das instituições formais e informais na redução de incertezas e na estruturação dos ambientes econômicos regionais (Acemoglu *et al.*, 2012; Beckert, 2010; North, 1990). Ao incorporar explicitamente a heterogeneidade dos ambientes interioranos, o estudo avança em relação a análises que tratam essas regiões de forma homogênea, oferecendo uma leitura mais precisa das condições que favorecem, ou limitam, a expansão de redes de franquias.

A escolha de um país emergente como unidade de análise regional reforça essa justificativa. Países emergentes concentram aproximadamente metade da população mundial e parcela significativa da economia global, desempenhando papel central nas transformações econômicas e institucionais contemporâneas. Sua extensão territorial, dinamismo do mercado consumidor e processos contínuos de reformas institucionais tornam esses países contextos particularmente relevantes para o estudo da expansão de modelos de negócios baseados em franquias (Alon & Welsh, 2002; Baena, 2012; Grünhagen *et al.*, 2012; Peng, 2014). Nesse cenário, compreender as condições institucionais dos interiores desses países é fundamental para explicar padrões de expansão empresarial e desenvolvimento regional.

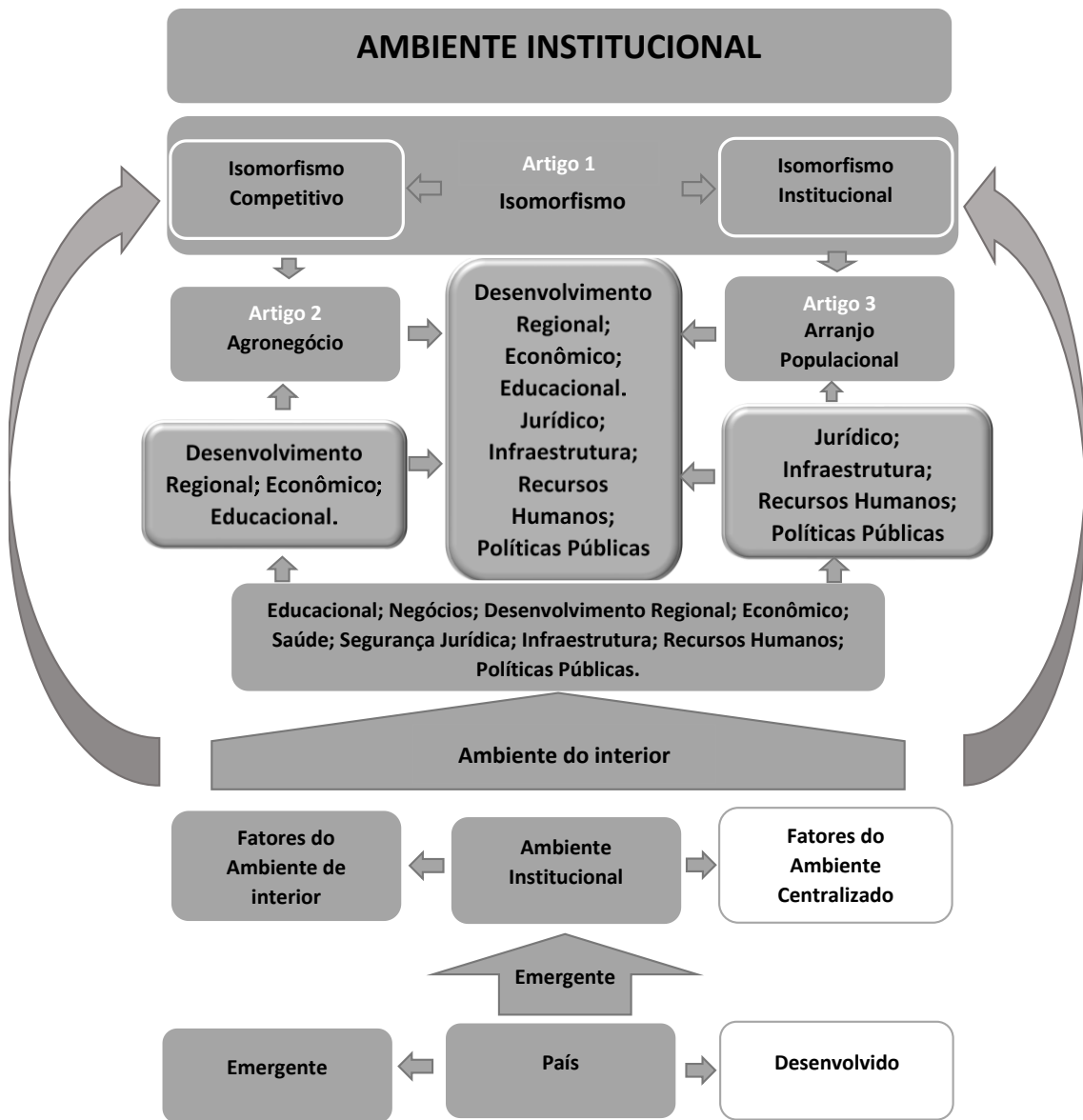
A partir de uma análise abrangente e heterogênea dos ambientes regionais, identifica-se diferentes dimensões institucionais significativas nos interiores de países emergentes, evidenciando o potencial desses espaços como ambientes de expansão para redes de franquias. Ao reconhecer a diversidade institucional existente entre regiões interioranas, o estudo preserva a fidedignidade empírica dessas realidades e amplia a compreensão sobre como distintas configurações institucionais podem favorecer ou restringir a inserção de novos negócios (Melo *et al.*, 2023; Rosa *et al.*, 2024).

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para a ampliação dos pressupostos do novo institucionalismo ao identificar dimensões institucionais capazes de estruturar ambientes propícios à atividade empreendedora, especificamente à expansão de redes de franquias (North, 1990, 2005). Além disso, o trabalho avança na articulação da teoria do isomorfismo institucional, ao associar diferentes tipos de pressões institucionais às condições ambientais específicas das regiões interioranas (DiMaggio & Powell, 1983; Greenwood *et al.*, 2002; Suddaby, 2010). Essa abordagem permite não apenas identificar oportunidades empreendedoras pontuais, mas também construir cenários institucionais que contribuem para a redução de incertezas ambientais, com efeitos diretos na diminuição de custos de entrada e na perenidade dos negócios.

A principal contribuição teórica direciona-se aos estudos sobre redes de franquias, especialmente no campo das estratégias de expansão, ao propor uma nova forma de analisar os ambientes institucionais que serão alvo dessas estratégias (Melo *et al.*, 2023; Rosa *et al.*, 2024). Ao reconhecer a existência de diferenças contextuais entre os ambientes interioranos, o estudo oferece uma lente analítica que permite compreender como distintas pressões institucionais afetam a adaptação organizacional das redes de franquias, ampliando o escopo das análises tradicionais centradas apenas em indicadores demográficos ou geográficos.

Do ponto de vista gerencial e de políticas públicas, a tese contribui ao evidenciar, com base nos conceitos de poder institucional, quais variáveis institucionais impactam a geração de oportunidades empreendedoras em ambientes interioranos (Acemoglu *et al.*, 2012). Os resultados oferecem subsídios tanto para empreendedores, ao orientar decisões estratégicas de expansão, quanto para gestores públicos, ao indicar quais dimensões institucionais podem ser fortalecidas por meio de políticas regulatórias e de desenvolvimento regional. Por fim, o estudo também contribui para o debate público ao reforçar o papel das instituições na melhoria das condições dos ambientes interioranos, estimulando maior engajamento da sociedade na cobrança por políticas que promovam o desenvolvimento regional sustentável.

Figura 1 – *Framework* da pesquisa



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

Tabela 2: Matriz metodológica de amarração

Justificativa de Distinção			Justificativa de Interdependência		
Título do Estudo	Problema de Pesquisa	Objetivo	Método do Estudo	Procedimento de coleta de dados	Procedimento de análise dos dados
Estudo 1 Ambientes regionais para o empreendedorismo: reflexões críticas de análises homogêneas das regiões.	Classificação heterogênea de regiões afastadas dos grandes centros urbanos.	Refletir quanto à relevância de uma classificação heterogênea de ambientes institucionais regionais a partir da classificação isomórfica da sua condição ambiental.	Estudo Teórico	Exploração dos conceitos da Teoria Institucional e Revisão Sistemática de Literatura na Base Scopus.	Descrição bibliométrica e análise indutiva de conteúdo.
Estudo 2 Redes de Franquias e Desenvolvimento Regional: Uma Análise Institucional do Centro-Oeste Brasileiro.	Atração de redes de franquias no agronegócio (Ambiente com pressões competitivas).	Identificar variáveis que impactam a atratividade do ambiente institucional para inserção de redes de franquias.	Estudo Empírico	Coleta de dados secundários	Regressão múltipla
Estudo 3 Redes de Franquias em Hierarquias Urbanas do Interior: uma análise institucional do Centro-Oeste Brasileiro	Atração de redes de franquias em arranjos populacionais (Ambiente com pressões institucionais).	Investigar dimensões do ambiente institucional interiorano e identificar as variáveis que influenciam a presença de redes de franquias a partir de condições isomórficas institucionais.	Estudo Empírico	Coleta de dados secundários	Regressão múltipla

Fonte: Elaborado pelo Autor.

2. ARTIGOS

2.1. ARTIGO 1: AMBIENTE REGIONAL DE ATRAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS: REFLEXÕES DA UTILIZAÇÃO DE CONDIÇÕES HOMOGÊNEAS DO AMBIENTE

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir criticamente sobre a forma como os estudos têm abordado o ambiente regional na atração de novos negócios. Em particular, a pesquisa problematiza a predominância de uma visão homogênea do ambiente regional na literatura e propõe uma abordagem alternativa que reconhece a heterogeneidade dos ambientes regionais a partir da classificação isomórfica de suas condições ambientais. Trata-se de uma pesquisa conceitual que explora o ambiente regional sob a perspectiva da inserção de novos negócios, fundamentada na análise de artigos clássicos da teoria institucional e de estudos contemporâneos indexados na base Scopus. O artigo propõe uma estrutura teórica alternativa que possibilita aos pesquisadores da área de empreendedorismo examinar de forma mais refinada o ambiente institucional das regiões do interior, especialmente em países emergentes. Os resultados sugerem a necessidade de uma avaliação heterogênea dos ambientes institucionais regionais, introduzindo a noção de tipos ambientais com base em duas condições características do interior: a primeira refere-se a regiões influenciadas por atores centrais, configurando campos organizacionais marcados por pressões isomórficas institucionais, a segunda corresponde a regiões influenciadas predominantemente pela concorrência entre os atores, em mercados de nicho locais, caracterizando campos organizacionais sob pressões isomórficas competitivas, conforme DiMaggio e Powell (1983). O artigo contribui de forma teórica ao evidenciar a existência de distintas condições ambientais regionais, avançando na compreensão das estratégias de expansão de novos empreendimentos para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Ademais, contribui para o entendimento de que a análise das condições ambientais influencia os processos de inserção empresarial regional, na medida em que a avaliação das pressões ambientais enfrentadas pelas organizações reflete a atenção aos elementos institucionais responsáveis por sua legitimação local, o que tende a reduzir os custos de inserção regional ao longo do tempo.

Palavras-Chave: Ambiente Institucional; Desenvolvimento Regional; Condições Ambientais; Isomorfismo; Empreendedorismo.

1. INTRODUÇÃO

Os ambientes institucionais regionais de cidades do interior têm sido objetos de investigação por parte dos cientistas de redes de franquias e de desenvolvimento regional (Boudreaux & Nikolaev, 2019; Flores Villanueva & Ramírez, 2020; Melo *et al.*, 2020; Roundy, 2018). Isso ocorre devido ao interesse na investigação de aspectos ambientais relevantes de atração de novas empresas para essas localidades regionais, onde essa atração converge com o crescimento econômico e social da região (Melo *et. al.*, 2025), em consonância com a literatura que associa a qualidade institucional ao desempenho econômico de longo prazo (Acemoglu *et. al.*, 2005). Desse modo, estudos sobre o tema estão cada vez mais presentes na literatura, na medida em que os mercados das regiões centrais apresentam maior grau de saturação de negócios (Melo *et. al.*, 2020, 2023, 2025).

No cenário de interesse pelas regiões interioranas, a teoria institucional se apresenta como uma das principais bases teóricas para estudos de desenvolvimento regional quando aliado ao empreendedorismo, pois sugere explicações dos movimentos dos atores desses ambientes com base nas pressões geradas pelas instituições presentes em determinada região (Meyer & Rowan, 1977), reforçando a compreensão das instituições como determinantes estruturais do comportamento econômico regional (Acemoglu *et. al.*, 2005).

Os trabalhos que investigam ambientes interioranos partem de uma visão de região carente de recursos, sejam humanos, materiais ou financeiros, que dificultam a inserção regional (Kelly *et. al.*, 2016; Melo *et. al.*, 2023; Roundy, 2018). Outras características precípuas desses ambientes e que são levadas em consideração nos estudos são o distanciamento geográfico de outras localidades e os menores números populacionais dessas regiões. Destarte, diferentes trabalhos que investigam as principais causas de atração de novas empresas consideram essas características e concluem que compreender dimensões ambientais das regiões auxilia na identificação de oportunidades para novos negócios (DArruda *et. al.*, 2025; Melo *et. al.*, 2023; Rosa *et. al.*, 2024), especialmente quando associadas à capacidade institucional local de sustentar essas oportunidades ao longo do tempo (Arbelo-Pérez Rosa *et. al.*, 2025).

Esses estudos evidenciam que determinadas regiões apresentam vantagens na atração de novos negócios a partir da presença de fatores específicos (Borzadek, 2024). Porém, esses estudos deixam de avaliar aspectos que impactam na relação duradoura das organizações nesses ambientes, de modo que não avaliam a influência das instituições para o sucesso das inserções regionais, mas apenas fazem a constatação de oportunidades de novos negócios em um cenário

em determinado momento, sem aprofundar os mecanismos institucionais que sustentam a permanência das empresas nos territórios (Schimchak *et al.*, 2023; Zuo *et al.*, 2023). Este é o gap de pesquisa que se espera preencher nesta discussão, através deste artigo. Analisar as diferentes condições de pressões ambientais regionais em que as instituições estão presentes e em que as novas empresas estarão inseridas pode auxiliar os empreendedores na medida em que diminuem as incertezas ambientais e os riscos na inserção ambiental, favorecendo, assim, a perenidade das empresas na região. Portanto, compreender as condições ambientais do campo organizacional presente nas regiões interioranas pode auxiliar na adaptação das empresas ao cenário de pressão institucional.

Embora estudos como o de Kumar e Borbora (2019) reconheçam a elevada heterogeneidade dos ambientes em contextos de desenvolvimento econômico associados às atividades empresariais, ainda são escassas as pesquisas que incorporam essa perspectiva ao analisar a inserção organizacional sob o enfoque da permanência e da continuidade das empresas em novos ambientes. Essa lacuna evidencia a necessidade de abordagens que considerem de forma mais sistemática a heterogeneidade ambiental nos processos de inserção regional. Logo, a proposta desta pesquisa é explorar esse gap teórico por meio da análise dos estudos que investigam ambientes atrativos ao empreendedorismo fora dos grandes centros populacionais a partir da observação de diferentes condições ambientais regionais.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo consiste em refletir sobre as abordagens adotadas nos estudos acerca do ambiente regional na atração de novos negócios. Para tanto, realizou-se um levantamento de artigos publicados que articulam ambiente regional e atividade empreendedora, a partir do qual se analisa a relevância de uma classificação heterogênea dos ambientes regionais, fundamentada em uma tipologia isomórfica das condições ambientais, para a compreensão dos processos de atração de novos empreendimentos.

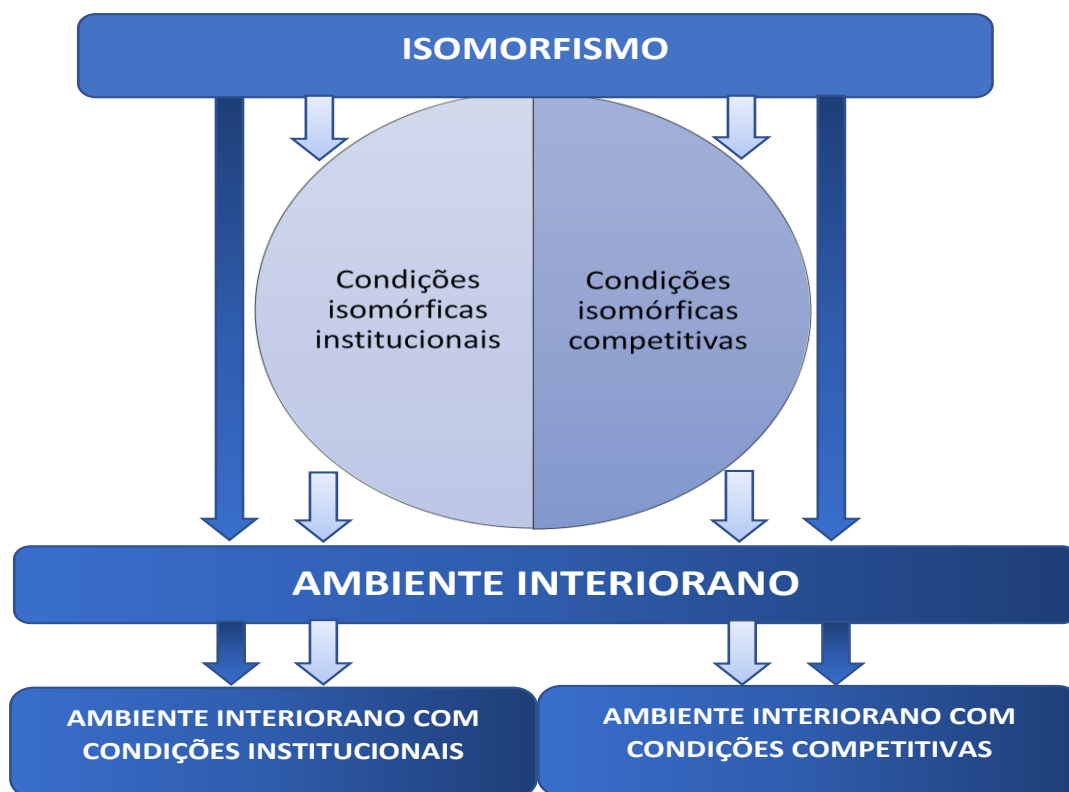
A relevância deste ensaio fundamenta-se em três aspectos centrais. Em primeiro lugar, destaca-se a escassez de estudos que abordem o ambiente regional de atração de negócios a partir das características específicas que configuram os ambientes regionais, tais como aqueles marcados por nichos econômicos, a exemplo da formação de aglomerados regionais voltados à exploração de recursos naturais, como mineração, uso do solo ou aproveitamento de margens fluviais, bem como pela presença de organizações satélites que exercem papel estruturante na dinâmica econômica local. Em segundo lugar, embora a investigação do ambiente institucional regional como fator de atração de novas empresas em regiões afastadas dos grandes centros urbanos seja recorrente na literatura, observa-se uma lacuna quanto a abordagens que

considerem a inserção organizacional sob a perspectiva da construção de trajetórias duradouras. Por fim, o terceiro aspecto relaciona-se ao cenário contemporâneo de convergência de interesses em torno dos mercados do interior, tanto por parte dos empreendedores, diante da saturação dos mercados centrais, quanto dos agentes governamentais, em função das estratégias voltadas à promoção do desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, a teoria institucional foi utilizada como arcabouço teórico, pois faz o papel moderador da relação entre empreendedorismo e ambiente regional (Bălăceanu *et al.*, 2021; Bergmann *et al.*, 2016; Galvão *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2023, 2025; Muller, 2016). Assim, propõe-se uma visão dos ambientes institucionais do interior com base em teorias que descrevem características das condições ambientais, sejam condições isomórficas competitivas ou condições isomórficas institucionais. Para atingir o objetivo principal, foram traçadas os seguintes objetivos específicos: (1) apresentar conceitos do ambiente institucional presentes na teoria institucional; (2) entender, com base nos estudos atuais, a abordagem das pesquisas sobre ambiente institucional do interior a partir de suas classificações; (3) criticar a relação entre a teoria institucional e as formas de explorar o ambiente institucional das regiões objeto de desenvolvimento regional; e (4) construir uma narrativa quanto a lógica de utilização dos tipos de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1983) para a diferenciação das condições ambientais.

Pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento de estudos sobre desenvolvimento regional a partir da atração de novos negócios, em específico com a melhoria dos ambientes atrativos para novos negócios. Isso é possível, pois o estudo sugere a avaliação distinta de ambientes institucionais regionais a partir da classificação de pressões dos ambientes, seja de regiões isomórficas competitivas ou de regiões isomórficas institucionais, seguindo os conceitos da teoria institucional para uma relação duradoura dos novos negócios. Assim, promove-se o avanço teórico influenciando o modo de investigações que tenham como tema ambiente institucional regional, desenvolvimento regional e empreendedorismo quando se busca a exploração de regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Do ponto de vista gerencial, promove-se o avanço nas estratégias das empresas para expansão de seus negócios e nas estratégias governamentais regionais voltadas ao seu desenvolvimento regional, respectivamente.

Figura 1: *Framework da proposta conceitual de classificação dos ambientes do interior.*



Fonte: Elaborado pelo autor.

O desenho retrata a existência de dois ambientes regionais distintos que são fundamentados pelos conceitos de isomorfismo, utilizando-se de duas formas distintas de condições isomórficas do ambiente (condições isomórficas competitivas e condições isomórficas institucionais).

2. TEORIA INSTITUCIONAL E ESTUDOS ATUAIS DE AMBIENTES REGIONAIS COM FOCO NO EMPREENDEDORISMO

A análise do ambiente regional, sob a perspectiva da teoria institucional, tem ocupado espaço na literatura contemporânea, especialmente nos estudos voltados ao empreendedorismo e ao desenvolvimento regional (Bălăceanu *et al.*, 2021; Bergmann *et al.*, 2016; Galvão *et al.*, 2020; Medeiros, 2022; Melo *et al.*, 2020, 2023, 2025; Muller, 2016; Schimchak *et al.*, 2023). Nesse contexto, serão discutidos os principais aspectos conceituais da teoria institucional e suas implicações para a compreensão das condições que estruturam o ambiente institucional regional. A partir dessa abordagem, examina-se de que forma tais conceitos vêm sendo mobilizados nos estudos atuais, com o intuito de compreender como diferentes configurações

institucionais influenciam a dinâmica empreendedora. Ao final, serão apresentadas críticas às abordagens predominantes, destacando-se a heterogeneidade de condições ambientais regionais como forma de melhor avaliar o ambiente institucional para o desenvolvimento regional, por meio das pressões impostas pelas condições ambientais como fundamento para a classificação dos ambientes institucionais. Portanto, busca-se aprofundar na ideia de uma classificação heterogênea do ambiente regional a partir das diferentes condições ambientais, contribuindo para a diminuição de incertezas do ambiente institucional regional.

Inicialmente, apresenta-se uma contextualização das teorias institucionais inseridas nos estudos sobre o ambiente institucional voltados ao empreendedorismo, destacando suas contribuições para o desenvolvimento regional. Essa contextualização conduzirá à construção de uma lógica argumentativa acerca da existência de tipos de condições ambientais. Na sequência, procede-se à realização de uma busca na base de dados Scopus utilizando os termos “desenvolvimento regional”, “ambiente institucional” e “empreendedorismo”, a fim de verificar os objetivos e as abordagens nos trabalhos selecionados. Isso permitirá compreender como os pesquisadores têm investigado as condições ambientais e em que medida consideram a influência dessas condições no cenário de pressões que incidem sobre o desenvolvimento de trajetórias duradouras e bem-sucedidas de novas empresas. Por fim, será apresentada uma análise às abordagens existentes sobre o ambiente institucional regional e uma sugestão de classificação com a finalidade de evidenciar a heterogeneidade do ambiente regional e a importância dessa compreensão tanto para os estudiosos de estratégias de expansão de novos negócios como para estudiosos do desenvolvimento regional, especialmente em relação ao crescimento econômico baseado na atração de novos negócios para as regiões.

2.1. Teoria Institucional

Parte-se da premissa, conforme proposta por Andrews (1991), de que as organizações sofrem influências externas do ambiente institucional em que estão presentes, impactando no desenvolvimento dessas organizações ao longo do tempo. Nesse sentido, o ambiente institucional como um diferencial estratégico de expansão das organizações tem ganhado destaque na literatura recente (Ndofirepi, 2024; Schüler, 2023; Stenholm *et al.*, 2013; Zuo *et al.*, 2023). Esses estudos, em sua maioria, concluem que a compreensão do ambiente aumenta a possibilidade de sucesso em suas inserções regionais. Porém, observa-se uma lacuna quanto à consideração explícita das pressões ambientais específicas existentes nas regiões. Diante disso, procura-se compreender a tendência dos estudos sobre inserção de novas organizações

em regiões afastadas dos grandes centros, com uma abordagem holística de modo a não considerar somente a inserção, mas também a relação das organizações nesse contexto.

Dessa forma, o estudo utiliza os conceitos da teoria institucional para compreender o ambiente institucional das regiões afastadas dos grandes centros urbanos, que buscam o seu desenvolvimento regional. Diversos estudos que investigam o ambiente institucional utilizam a teoria institucional sugerindo explicações dos movimentos dos atores desses ambientes com base nas instituições presentes na determinada região (Acemoglu *et al.*, 2001; Acquah *et al.*, 2023; DiMaggio & Powell 1983; Meyer 1979; North 1991). A teoria institucional é utilizada, ainda, em diferentes estudos no campo do empreendedorismo (Desa, 2012; Zhai & Su, 2019), e em estudos que visam contribuir com o desenvolvimento regional (Melo *et al.*, 2020; 2023; 2025; Rosa *et al.*, 2024). É possível observar que a teoria institucional atrai o interesse de pesquisadores das mais variadas áreas (Scott, 2005), sobretudo em regiões de interesse para o empreendedorismo. Porém, a teoria institucional não apresenta uma única corrente teórica, sendo que existem várias definições divergentes de conceitos básicos. Entretanto, essas várias correntes teóricas convergem quanto ao impacto das instituições nas organizações.

Este trabalho se fundamenta na teoria institucional, especialmente na perspectiva do neo-institucionalismo proposta por DiMaggio e Powell (1983). Nessa abordagem, a compreensão das condições ambientais presentes nas regiões requer o aprofundamento do conceito de instituição, como etapa prévia à análise das pressões exercidas pelos ambientes institucionais que moldam tais condições. A corrente do Neo-institucionalismo de DiMaggio e Powell (1983) que enfatiza o impacto das instituições e a existência de distintas condições nos ambientes institucionais decorrentes das pressões institucionais. Assim, para compreender as condições ambientais existentes dentro das regiões, é necessário aprofundar o conceito de instituição, para posteriormente analisar as pressões dos ambientes institucionais que moldam as condições ambientais.

Estudos clássicos do institucionalismo, como o de North (1991), destacam o papel das instituições como agentes principais, uma vez que determinam as estruturas formais e informais que orientam as ações dos atores presentes no ambiente. Outros autores corroboram a importância das instituições, destacando sua importância para estratégias de escolha de novos mercados (Aliouche & Schlenrich, 2011; Hoffman *et al.*, 2016; Melo *et al.*, 2019; Meyer *et al.*, 2009).

Ao investigar as instituições sob a perspectiva da teoria institucional, é preciso entender que no velho institucionalismo existe uma linha analítica descritiva, sendo que as questões

teóricas são deixadas em um segundo plano. Já o novo institucionalismo ressalta a necessidade de se avançar na constituição de uma teoria institucionalista que inclua os conflitos, a importância das estruturas de poder e a cultura. Dessa forma, entende-se que o novo institucionalismo reflete o poder das instituições no ambiente (Acemoglu *et al.*, 2012; Meyer & Rowan 1977).

Assim, o novo institucionalismo surge como complemento da teoria tradicional e tem em North (1990) o primeiro autor que define as instituições como ferramentas de redução das incertezas ambientais. Nessa perspectiva, as instituições exercem pressões externas que moldam os atores de um determinado ambiente, sendo tais pressões responsáveis por caracterizar as condições ambientais existentes. A compreensão das incertezas do ambiente é fundamental para que as organizações consigam lidar com elas de maneira mais eficaz, reduzindo seus impactos sobre o desenvolvimento dos negócios (Thanh *et al.*, 2022). Nesse sentido, o conhecimento prévio das condições ambientais de regiões objeto de expansão dos negócios, em que as empresas buscam se inserir, contribuir para minimizar os impactos das incertezas ambientais podendo, inclusive, resultar na diminuição dos custos.

A identificação de oportunidades evidencia o momento em que o ambiente se mostra propícia para a inserção de novos negócios, sendo que a compreensão das incertezas ambientais regionais pode influenciar no sucesso ou no fracasso dessas iniciativas ao minimizar o impacto de eventos externos às organizações regionais. Essa compreensão pode ter origem na identificação das condições ambientais presentes nas regiões do interior. Segundo DiMaggio e Powell (1983), as condições ambientais representam pressões ambientais institucionais enfrentadas pelos atores em determinado campo organizacional e essas pressões são responsáveis por assemelhar as organizações em determinado ambiente. Esse processo de assemelhar as organizações de um ambiente é chamado de isomorfismo.

2.1.1. Isomorfismo

O conceito de isomorfismo emergiu em contraposição à perspectiva predominante entre os estudiosos do empreendedorismo à época, que buscavam identificar vantagens competitivas a partir da diversidade entre organizações inseridas em diferentes regiões e mercados. Em contraste, os teóricos do neo-institucionalismo, como Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983), passaram a investigar as vantagens competitivas sob a ótica da semelhança organizacional, argumentando que as organizações tendem a se tornar semelhantes em razão do enfrentamento de condições ambientais comuns. Nessa abordagem, as vantagens competitivas são compreendidas a partir da lógica isomórfica da vida institucional, sendo os campos

organizacionais caracterizados pelas condições ambientais que dão origem tanto ao isomorfismo competitivo quanto ao isomorfismo institucional.

Para DiMaggio e Powell (2005), que seguem Meyer (1979) e Fennell (1980), há dois tipos de isomorfismo: (1) o isomorfismo competitivo, fruto de pressões do mercado e das relações de troca entre os integrantes de um dado espaço organizacional, e (2) o isomorfismo institucional, que inclui a luta por legitimidade. DiMaggio e Powell (1983) apresentam uma caracterização do ambiente institucional a partir das condições desse ambiente, seguindo o conceito de Hawley (1968), que uma unidade em uma população tende a se assemelhar a outras unidades a partir da mesma condição ambiental enfrentada. Isso ocorre por pressões institucionais, sendo que esse fenômeno, que assemelha os atores de um ambiente institucional, é o isomorfismo.

Para os pesquisadores do isomorfismo, as organizações as organizações tendem a alcançar uma configuração isomórfica ao longo do tempo, à medida que passam a responder e a se ajustar às pressões ambientais às quais estão submetidas. A seguir por essa lógica, o isomorfismo influencia a perenidade das empresas em determinada região, pois reflete a adaptação das empresas às pressões vindas do ambiente institucional regional. Assim, em estratégias de expansão das empresas, é relevante compreender as condições isomórficas presentes nas regiões em que se pretende expandir, pois trará impacto na sustentabilidade desse negócio.

Tabela 1: Tipos de Isomorfismo.

ISOMORFISMO	
ISOMORFISMO COMPETITIVO	ISOMORFISMO INSTITUCIONAL
Forças competitivas “Competem por recursos económicos e clientes” (Alqershy <i>et. al.</i> , 2024).	Forças institucionais “Resposta a pressões institucionais comuns” (Alqershy <i>et. al.</i> , 2024).

Fonte: elaborada pelo autor.

O isomorfismo competitivo refere-se à similaridade das organizações num campo organizacional devido às forças competitivas. Isso ocorre à medida que as empresas competem por recursos económicos e clientes. Já o isomorfismo institucional é identificado como o processo de homogeneização organizacional em resposta a pressões das instituições comuns (Alqershy *et. al.*, 2024).

A principal diferença entre os ambientes institucionais está na presença de atores centrais nos campos organizacionais, que Hannan e Freeman (1977) nomeiam como organizações satélites. Assim, as condições ambientais são distintas quando é evidente a influência de atores satélites nos campos organizacionais, sendo que as regiões com essa evidência são regiões com condições isomórficas institucionais. Por outro lado, as regiões que não possuem essa centralidade de atores recebem o conceito de ambiente como condições isomórficas competitivas.

Ao definir previamente as condições isomórficas, é possível avaliar as condições de pressões ambientais que as empresas estarão sujeitas nas regiões do interior. Essa avaliação sugere que as empresas ingressantes nas regiões do interior, com o tempo, tendem a se tornarem semelhantes na medida em que estão presentes no mesmo ambiente institucional e enfrentam as mesmas pressões institucionais do ambiente.

A teoria mostra, ainda, que é importante investigar as condições ambientais existentes para que as organizações possam se perpetuar. Ao avaliar as melhores estratégias de expansão das organizações, devem ser analisadas as pressões institucionais que as organizações irão enfrentar, de modo a ampliar a consciência dos riscos ambientais existentes e, conseqüentemente, permitir uma avaliação adequada da estratégia de inserção em uma nova região.

2.2. Estudos atuais sobre ambiente regional na atração de atividades empreendedoras

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados Scopus com o intuito de identificar como os estudos acadêmicos têm classificado os ambientes regionais voltados à atração do empreendedorismo, bem como compreender de que forma o ambiente institucional das regiões é analisado como instrumento de atração de novas empresas.

Inicialmente foram definidas as seguintes palavras para a busca de artigos: Regional development and Institutional environment and Entrepreneurs. Essas palavras foram escolhidas com o intuito de identificar estudos sobre o ambiente regional e o empreendedorismo. Essa busca foi realizada em abril de 2024 e o início do processo se deu pela seleção do Título do Artigo, Resumo e Palavras-chave nos últimos 10 anos, seguindo orientações de períodos mínimos de busca (Paul & Criado, 2020). O resultado obtido foi de 52 trabalhos. A partir desse resultado inicial, foram realizadas buscas com critérios de inclusão e exclusão. Selecionou-se a área temática “Business, Management and Accounting”, somente artigos, em língua inglesa

(Xheneti *et. al.*, 2019), e publicados em revistas. Desse filtro, o resultado foi a seleção de 26 artigos acadêmicos.

Tabela 2: Protocolo de pesquisa.

Research protocol	Details description
Research databases	various Scopus Database
Publication type	Peer-review journals
Language	English
Date range	2015-2024.
Search fields	Title, abstract, and keywords
Search terms (<i>Scopus</i>)	(TITLE-ABS-KEY (entrepreneur) AND TITLE-ABS-KEY (regional AND development) AND TITLE-ABS-KEY (institutional AND environment)) AND PUBYEAR > 2014 AND PUBYEAR < 2024 AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOCI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "BUSI") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "ECON")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE , "ar")) AND (LIMIT-TO (LANGUAGE , "English"))
Inclusion criteria	Artigos de journals publicados no idioma inglês; artigos da área de “Business, Management and Accounting” no Scopus.
Exclusion criteria	Artigos publicados em outros idiomas que não o inglês; artigos associados à grey literature e aqueles que não passaram pelo double-blind peer review (Kraus <i>et. al.</i> , 2020).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Passou-se então ao processo de refinamento para avaliar o teor dos trabalhos. Para isso, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Como resultado, foi eliminado 1 artigo, pois ele repetia outra pesquisa presente na relação dos artigos. Assim, o resultado foi de 25 artigos selecionados para a leitura.

Tabela 03: Artigos da busca Scopus.

Article Title	Referência
---------------	------------

New product development and sustainable performance of Chinese SMMEs: The role of dynamic capability and intra-national environmental forces	Liu <i>et. al.</i> , 2020
Do country level constructs affect the relation between self-efficacy and fear of failure?	Kamal <i>et. al.</i> , 2020
Towards the regional aspects of institutional trust and entrepreneurial ecosystems	Khlystova, <i>et. al.</i> , 2022.
Institutional environment differences and their application for entrepreneurship development in India	Kumar & Borbora, 2019
Entrepreneurship: a comparative study of the interplay of culture and personality from a regional perspective	Röhl & Klaus-Heiner, 2019
Can female entrepreneurs boost social mobility in developing countries? An institutional analysis	Aparicio <i>et. al.</i> , 2022
Government policies and firms' entrepreneurial orientation: Strategic choice and institutional perspectives	Dai <i>et. al.</i> , 2018
The "additional costs" of being peripheral: developing a contextual understanding of micro-business growth constraints	Gherhes <i>et. al.</i> , 2020
Regional development and the institutional environment for franchise chains: frontiers of small and medium-sized cities	Melo <i>et. al.</i> , 2023
The culturally contingent meaning of entrepreneurship: mixed embeddedness and co-ethnic ties	Szkudlarek & Wu. 2018
Entrepreneurship development: Technology, structure, innovations	Yaluner., 2019
Expanding the study of the EU-centred actorness: ASEAN in the emerging Indo-Pacific construct	Yoshimatsu. 2023
Digital transformation of entrepreneurship: Challenges and prospects	Afonasova, 2018
Directions of digitalization of the economy in the conditions of stagnation of business activity	Morozov, 2020
Social progress orientation and innovative entrepreneurship: an international analysis	Urbano., 2016
Innovativeness and entrepreneurship: Socioeconomic remarks on regional development in peripheral regions	Lewandowska, 2021

Impact of innovation network on regional innovation performance: do network density, network openness, and network strength have any influence?	Zhao & Li, 2023
Is innovation inevitable with more experiences: Diversity of private entrepreneurs' career experience, policy perception, and firm innovation	Zhen, 2022
Entrepreneurial ecosystems in cities: establishing the framework conditions	Audretsch & Belitski, 2017
Researching bricolage in social entrepreneurship	Janssen, 2018
Regional governments and opportunity entrepreneurship in underdeveloped institutional environments: An entrepreneurial ecosystem perspective	Wei, 2022
Human agency, entrepreneurship and regional development: a behavioural perspective on economic evolution and innovative transformation	Huggins & Thompson, 2019
A comparative study of regional innovative entrepreneurship in Russia and the United States	Kravchenko, 2015
Reprint of: Regional governments and opportunity entrepreneurship in underdeveloped institutional environments: An entrepreneurial ecosystem perspective	Wei, 2022
Development of infrastructure to ensure innovative entrepreneurship in Russia	Bataeva, 2019

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do resultado de refinamento, foi realizada então a leitura dos trabalhos a fim de investigar como estão sendo analisados os ambientes regionais no contexto de atração de novas empresas.

Os trabalhos selecionados utilizaram como amostra regiões do interior da China, Índia e Rússia, entre outras. Todos eles apresentaram uma relação entre o ambiente regional e o desempenho dos negócios, associando-o à criação de novas empresas, ao desenvolvimento de novos produtos, à inovação, e outros elementos considerados favoráveis no ambiente institucional regional. Porém, esses estudos não evidenciaram a heterogeneidade existente entre os ambientes das regiões do interior, adotando uma abordagem ampla que pouco explora as

especificidades e singularidades desses contextos regionais... Assim, existe uma convergência analítica ao tratar os ambientes das amostras como homogêneos sob a justificativa de se referirem a regiões do interior. Tal abordagem deixa de considerar a influência intrínseca das diferentes condições regionais das regiões do interior.

Da análise dos estudos também é possível depreender que as regiões do interior representam uma preocupação da academia, e que contribuir com melhores condições para o empreendedorismo nessas regiões é o objetivo de vários estudiosos dentro da academia. Esses estudos, em sua maioria, utilizam a premissa de que melhores ambientes regionais permitem a inserção de novas organizações nessas regiões, e a inserção de novas empresas contribui para o crescimento econômico e social dessas regiões. Porém, essa preocupação deixa de observar aspectos significativos para a inserção de novos negócios, como as relações duradouras e a perenidade das organizações nos ambientes. Também foi possível identificar que não houve análises sobre os tipos de ambientes regionais e suas possíveis influências no ambiente de negócios.

Ao analisar os estudos de forma generalista, sem considerar, por exemplo, pressões institucionais vindas de instituições satélites ou da concorrência dentro de um nicho comercial, esses estudos investigam apenas oportunidades para o empreendedorismo, ou seja, avaliam apenas o momento para empreender, deixando de considerar as incertezas que essas novas empresas enfrentarão durante sua estada nas novas localidades.

Assim, é possível observar que as pesquisas sobre o impacto do ambiente regional na atração do empreendedorismo têm foco na identificação da oportunidade empreendedora por meio da observação de fatores, dimensões ou variáveis de influência para o empreendedorismo, pois analisam evidências do momento que esses elementos estão. Portanto, deixam de observar o contexto de pressões institucionais do ambiente que dá origem a essas evidências, e que pode impactar na avaliação das incertezas do ambiente de inserção regional.

A literatura indica que o desenvolvimento do empreendedorismo pode ser favorecido pela redução das incertezas, especialmente no contexto da inserção regional, uma vez que tal redução contribui para a construção de relações organizacionais mais duradouras (Rauch *et. al.*, 2018).

Desse modo, esses estudos podem avançar na investigação de oportunidades empreendedoras ao incorporar a análise de aspectos que influenciam a construção de relações organizacionais duradouras, como a compreensão das pressões ambientais presentes nos ambientes regionais. A avaliação das condições do ambiente institucional, sob essa perspectiva,

possibilitaria a redução das incertezas ambientais ao explicitar as pressões ambientais presentes nas regiões.

2.2.1. Crítica aos estudos recentes com base nas teorias institucionais

Os estudos recentes investigam fatores ou dimensões do ambiente institucional capazes de proporcionar a atração de novas empresas, aliado à busca pelo desenvolvimento dessas regiões. Esses estudos evidenciam que determinados fatores ou dimensões são significativos na atração de novas empresas. No entanto, não consideram a influência desses fatores a partir de diferentes condições ambientais. Portanto, esses estudos avaliam a atração das regiões com base na teoria institucional, mas não consideram as pressões institucionais para uma relação duradoura e perene das organizações. Essa relação duradoura e perene poderá contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade das regiões a partir do seu crescimento econômico e social. Assim, classificar as regiões a partir de conceitos isomórficos é uma estratégia para diminuir incertezas do ambiente, bem como diminuir os custos de expansão.

3. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DE AMBIENTES PARA ANÁLISES DOS ESTUDOS

Pela análise dos artigos selecionados, foi possível observar que os que exploram os ambientes institucionais regionais carecem de uma visão holística, que procure contribuir com a análise das mais variadas condições ambientais e visando a diminuição das incertezas do ambiente. Assim, este trabalho teórico sugere uma proposta de análise para os estudos voltados à inserção de novas empresas em regiões interioranas. Essa proposta visa possibilitar uma análise prévia, heterogênea, de condições ambientais que possam contribuir para uma inserção regional de relação duradoura das empresas nas regiões.

Propõe-se uma nova abordagem do ambiente regional baseada na identificação de dois tipos de condições ambientais nas regiões do interior, fundamentada no conceito de isomorfismo como elemento caracterizador do ambiente regional, o que se alinha à literatura que associa padrões institucionais à convergência organizacional e ao desempenho econômico regional (Acemoglu *et al.*, 2005; Acquah *et al.*, 2023). Esse conceito expressa a tendência das organizações a se assemelharem em resposta a condições ambientais comuns, permitindo a classificação das regiões a partir das correntes teóricas que distinguem diferentes tipos de condições ambientais isomórficas. DiMaggio e Powell (1983), a partir da ideia de Hannan e Freeman (1977), definem dois tipos de isomorfismo, o competitivo e o institucional. Assim,

definir o ambiente do interior a partir da presença de condições isomórficas significa classificar esse ambiente em isomórfico competitivo ou isomórfico institucional.

Portanto, ao investigar o ambiente de regiões afastadas dos grandes centros urbanos, deve ser consideradas diferentes condições ambientais interioranas, sendo que essas condições, ao serem diferenciadas a partir do conceito de isomorfismo, serão classificadas em ambientes com pressões competitivas ou em ambientes com pressões institucionais.

Essa análise das condições ambientais regionais pode contribuir para a estratégia de expansão dos negócios ao permitir uma avaliação dos empreendedores quanto aos aspectos específicos significativos para uma relação duradoura em regiões desconhecidas, de modo que seja possível antecipar os desafios vindos de pressões institucionais ainda desconhecidas.

A proposta dessa nova abordagem teórica dos ambientes institucionais está fundamentada no conceito de isomorfismo, que oferece uma perspectiva alternativa para a compreensão dos processos pelos quais as organizações se moldam ao ambiente. Esse conceito, ao invés de observar os fatores de diferenciação das organizações em um mercado, destaca a semelhança das organizações dentro de um ambiente. Nessa perspectiva, as organizações tendem a se assemelhar quando em condições ambientais semelhantes, as quais são definidas a partir de pressões institucionais sofridas pelas instituições e por meio das reações a essas pressões. Hannan e Freeman (1977) conceituam que essas condições são originadas em dois contextos distintos denominados isomorfismo competitivo e isomorfismo institucional.

Diante do exposto, é plausível afirmar que o ambiente institucional regional pode ser influenciado por diferentes condições ambientais isomórficas, e que as empresas devem considerar os tipos de condições ambientais no momento de traçar suas estratégias de expansão. A classificação do ambiente institucional considerando as condições ambientais isomórficas pode impactar o desenvolvimento dos novos negócios, pois, cientes das pressões institucionais, as empresas poderão traçar suas estratégias de expansão com maiores chances de sucesso no enfrentamento dessas pressões.

A utilização dos conceitos das teorias institucionais, tanto do institucionalismo quanto do novo institucionalismo, permite a construção de uma tipologia de ambientes regionais do interior, com o propósito de viabilizar uma avaliação mais precisa e objetiva dos aspectos singulares dos ambientes institucionais nesses contextos. A literatura existente sobre ambiente institucional, desenvolvimento regional e empreendedorismo tem adotado, em grande medida, uma abordagem homogênea das condições institucionais regionais em suas amostras, o que limita a compreensão das múltiplas configurações que caracterizam os ambientes do interior.

Conclui-se que no ambiente institucional do interior, em que se busca a inserção de novos negócios, devem ser considerados dois estados em que o ambiente institucional pode ser classificado: condições com pressões competitivas e condições com pressões institucionais. Assim, é possível inferir quanto a alguns efeitos dessa classificação, por exemplo, regiões com regimes ditatoriais ou com regimes socialistas tendem a exercer pressões institucionais em seus ambientes, já regiões com regimes democráticos tendem a exercer pressões competitivas.

Em síntese, as instituições presentes em localidades objeto de políticas de desenvolvimento regional tendem a apresentar características específicas, uma vez que as organizações estão inseridas em contextos marcados por menor densidade populacional, índices baixos de Produto Interno Bruto Municipal, pouca mão de obra qualificada, escassa fonte de financiamento e baixos investimentos (Frazier & Niehm, 2004; Miller *et al.*, 2003; Roundy, 2017; Thornton, 2008). Portanto, essa realidade do ambiente institucional de regiões que buscam seu desenvolvimento apresenta condições ambientais específicas que devem ser levadas em consideração, sendo que tais condições refletem pressões ambientais que moldam as organizações presentes nesses locais. (Dimaggio & Powell 1983).

Compreender as condições ambientais do campo organizacional presente nas regiões interioranas pode auxiliar na compreensão do cenário de pressão institucional em que a nova empresa irá se inserir. Além disso, entender o contexto de pressão institucional em que as empresas pretendem se inserir pode tornar sua permanência nessa região duradoura.

4. REFLEXÃO DO ARTIGO E DO MODELO CONCEITUAL PROPOSTO

Este trabalho propõe a reflexão quanto a um novo modelo conceitual do ambiente institucional que classifica diferentes condições ambientais do interior. Essa reflexão parte de uma crítica aos atuais artigos que exploram a atração do empreendedorismo em regiões de desenvolvimento regional sem avaliar a abrangência dos tipos de ambientes interioranos, sem considerar as pressões isomórficas recebidas durante sua jornada nesses novos locais, e sem o devido direcionamento desses tipos ambientais à análise dos fatores, dimensões ou variáveis influentes na atração de novos negócios. A nova classificação dos ambientes regionais é fundamentada na teoria institucional, utilizando-se os conceitos das condições ambientais de Dimaggio e Powell (1983) como ferramenta para definir os tipos de ambientes institucionais, uma vez que essas condições ambientais exercem pressões institucionais que moldam as novas empresas.

Ao avaliar a teoria institucional e os estudos atuais, foi possível observar uma lacuna de estudos que investiguem ambientes regionais considerando a heterogeneidade de ambientes desconsiderando os diferentes e variados ambientes e deixando de avaliar os benefícios que essas condições específicas podem gerar na atração de novos negócios. A heterogeneidade pode contribuir para a diminuição de incertezas ambientais, uma vez que ao diferenciar as condições ambientais os empreendedores conhecem as pressões ambientais do interior que serão enfrentadas. Assim, essa lacuna pode ser explorada com o desenvolvimento de trabalhos empíricos que avaliem fatores ou dimensões do ambiente institucional considerando os diferentes tipos de condições ambientais, desenvolvendo uma pesquisa que contribua tanto para evidências de oportunidades empreendedores daquele momento quanto para evidências dos desafios incertos que serão enfrentados a partir do conhecimento das condições ambientais das diferentes regiões.

Por fim, a avaliação do ambiente regional permite que estudiosos do empreendedorismo e do desenvolvimento regional expandam suas correntes teóricas utilizando a diferenciação de ambientes, podendo classificar os ambientes de acordo com as pressões institucionais recebidas. Estudos que avaliam dimensões ou fatores ambientais de influência regional para o empreendedorismo (Darruda *et. al.*, 2025; Melo *et. al.*, 2023; Rosa *et. al.*, 2024) podem adotar a diferenciação dessas regiões a fim de complementar suas análises com o conhecimento das pressões institucionais que serão enfrentadas durante a presença na região, considerando evidências empíricas de que a estabilidade institucional influencia diretamente a sobrevivência e a performance das empresas no longo prazo (Schimchak *et. al.*, 2023; Zuo *et. al.*, 2023). A avaliação das dimensões pode auxiliar na identificação do ambiente de oportunidade empreendedora e das pressões ambientais institucionais, o que pode diminuir as incertezas ambientais (North 1991).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho propõe reflexões acerca da classificação heterogênea dos ambientes regionais na atração de novos negócios, a partir de uma tipologia isomórfica das condições ambientais. Com base nos fundamentos das teorias institucionais e em um levantamento de artigos publicados sobre ambiente institucional regional e atividade empreendedora, propõe-se uma classificação dos ambientes regionais que evidencie as configurações características desses contextos, contribuindo para o avanço dos estudos sobre a atração de novos negócios a partir da compreensão das condições ambientais isomórficas.

Desse modo, não se pretende exaurir o tema de ambiente institucional regional para o empreendedorismo, mas contribuir com alternativas de estudos que possam avançar nesse tema. A nova forma de análise de ambiente institucional proposta tem o intuito de diminuir as incertezas no processo de adaptação ao novo ambiente e, assim, contribuir para as estratégias de expansão das empresas para uma avaliação da sua inserção considerando uma permanência duradoura em seus novos ambientes.

. Este estudo parte da distinção entre dois momentos fundamentais no processo de elaboração de estratégias de expansão organizacional. O primeiro refere-se à identificação de oportunidades, amplamente explorada na literatura existente. O segundo, menos investigado, porém igualmente relevante, diz respeito ao processo de estabelecimento das organizações nas regiões de destino, o qual expressa a preocupação com a continuidade e a consolidação do empreendimento no contexto regional. Nessa perspectiva, a análise concentra-se nas pressões ambientais às quais os novos empreendimentos estarão submetidos, uma vez que a forma como essas organizações respondem a tais pressões influencia diretamente os custos associados ao processo de adaptação regional.

Este estudo tem o mérito de sugerir reflexões quanto à possibilidade de avaliar os ambientes do interior no momento da escolha das regiões para expansão de novos negócios, sendo que essa avaliação pode permitir uma melhor compreensão das pressões ambientais que serão enfrentadas pelas empresas, sejam pressões isomórficas competitivas ou pressões isomórficas institucionais. Conhecer essas pressões implica na diminuição das incertezas ambientais, de modo que as empresas podem selecionar ambientes regionais que apresentam pressões para as quais a empresa esteja mais bem preparada, contribuindo para uma relação duradoura nessa inserção.

Nesse sentido, o artigo problematiza a superficialidade do construto “oportunidade”, ao argumentar que sua utilização isolada tende a negligenciar as condições ambientais necessárias à construção de futuros desejáveis (Ramoglou & Gartner, 2022), bem como os fatores que influenciam a consolidação de relações organizacionais duradouras em novos contextos territoriais. Em contraste, o construto “incerteza” oferece uma contribuição mais consistente para a compreensão dessa permanência, uma vez que a capacidade de lidar com incertezas está associada à continuidade das organizações no ambiente regional. Assim, a análise das pressões institucionais que conformam o ambiente pode contribuir para a redução das incertezas, ao tornar mais previsíveis as condições sob as quais as organizações operam (North, 1983).

Outra contribuição teórica está no avanço dos estudos da teoria institucional a partir da utilização da proposta de classificação de diferentes condições ambientais do interior, de modo a incentivar pesquisadores a explorarem aspectos ou elementos do ambiente institucional específicos para as diferentes condições ambientais, em contraste com estudos como o de Rosa *et. al.*, (2024) ou de Melo *et. al.*, (2023) que deixam de considerar o ambiente de pressão que empreendedores vão enfrentar.

A principal contribuição do estudo decorre da proposta de classificação dos ambientes regionais, que propõe um avanço nos estudos que investigam e identificam dimensões ambientais capazes de atrair novos negócios a partir da análise dos ambientes regionais (D'Arruda *et. al.*, 2025; Melo *et. al.*, 2025; e Rosa *et. al.*, 2024).

Por fim, contribui-se tanto para abordagens de interior de países desenvolvidos como para países emergentes, pois não se diferencia o interior por número populacional ou distância geográfica, mas por condições ambientais heterogêneas, classificando-as em regiões com influências de condições regionais competitivas e em regiões com influências de condições regionais institucionais. Dessa forma, busca-se entender não só as oportunidades de momento existentes nos mercados do interior, mas também, fundamentado na teoria institucional de North (1990), procura-se meios de diminuir as incertezas ambientais vindas das condições ambientais institucionais presentes nesses ambientes regionais.

No mais, trata-se de tema atual, considerando o movimento histórico de interiorização, em que as pessoas são atraídas para o interior por diferentes motivos, normalmente em busca de melhores condições de vida. Portanto, procura-se compreender o contexto desse movimento, que também deve ser parte de estudos que investigam o ambiente de atração de novos negócios para essas regiões.

Como limitação do estudo, pode-se citar a limitação da reflexão quanto a ambientes que possuem grande influência das duas condições ambientais destacadas neste trabalho em concomitância.

Como estudo futuros, sugerem-se pesquisas utilizando a classificação de ambientes sugerida para delimitar o ambiente de investigação, com análises específicas de evidências dentro de um contexto de pressões institucionais que fazem com que as empresas ali inseridas se assemelhem.

Outros estudos podem ser desenvolvidos a partir da utilização da proposta de classificação utilizando amostras de países com diferentes regimes de governo, sejam regimes ditatoriais, democráticos ou imperialistas, e, assim, avaliar o impacto das diferentes pressões

ambientais. Outra sugestão é a realização de análises comparativas de diferentes cidades que buscam o desenvolvimento regional a partir da atração de novas empresas, de modo que a atração seja verificada de forma holística, em regiões com condições isomórficas competitivas e em regiões com condições isomórficas institucionais, evidenciando a tendência das dimensões ambientais influentes nessas diferentes regiões.

Por fim, podem ser desenvolvidos estudos avaliando e comparando aspectos ambientais em diferentes regiões interioranas, sejam regiões com grandes influências do governo (isomorfismo institucional) ou regiões com presença de determinado nicho econômico que imponha destaque para a competitividade entre os atores desse mercado (isomorfismo competitivo). Outras pesquisas também podem ser desenvolvidas abordando a perspectiva isomórfica em regiões metropolitanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., Johnson, S. & Robinson, J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *The American Economic Review*. Vol. 91, No. 5, pp. 1369-1401.
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2005). The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change, and Economic Growth. *American Economic Review*, 95 (3): 546-579.
- Acquah, E.; Carbonari, L.; Farcomeni, A. & Trovato, G. (2023). Institutions and economic development: new measurements and evidence. *Empirical Economics*, v. 65, p. 1693–1728.
- Aliouche, E., & Schlenrich, U. (2011). Towards a strategic model of global franchise expansion. *Journal of Retailing*, 87(3), 345-365. <https://doi.org/10.1016/j.jretai.2011.01.004>
- Alqershy, M.T., Shi, Q. & Anbar, D. R. (2024), "Analysing the interplay of isomorphic pressures, perceived benefits and top management support on social responsibility performance of Belt and Road megaprojects", *Engineering, Construction and Architectural Management*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print.
- Andrews, K. R. (1991) *The concept of corporate strategy*. In: *The strategy process: concepts, contexts and cases*. 2. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, p. 44-52.
- Arbelo-Pérez, S., Ruiz-Rosa, I. & Gutiérrez-Taño, D. (2025) The impact of institutional factors

on entrepreneurial activity: a comparative analysis between peripheral and central regions. *J Glob Entrepr Res* 15, 30.

- Bălăceanu, C., Văcaru, O. M., & Athu, C. (2021). The concept of regional development: current specifications at institutional level. *Euromentor Journal*, 12(3), 17-26.
- Bergmann, H., Hundt, C., & Sternberg, R. (2016). What makes student entrepreneurs? On the relevance (and irrelevance) of the university and the regional context for student start-ups. *Small Buss Economics*, 47, 53-76. <https://doi.org/10.1007/s11187-016-9700-6>.
- Borzadek, Júlia Maria (2024). Economic analysis of institutional factors influencing the entrepreneurial level of young adults in Poland. Evidence from conjoint experiments. *Journal of Entrepreneurship and Public Policy*. Volume 13, Issue 1, Pages 134 – 155. DOI: 10.1108/JEPP-06-2023-0056.
- Boudreaux, C. J., & Nikolaev, B. (2019). Capital não é suficiente: oportunidade, empreendedorismo e instituições formais. *Economia de Pequenas Empresas*, 53(3), 709-738.
- DARRUDA, A. C., Melo, P. L. de R., Coelho, D. B., & Arruda, M. C. S. de. (2025). Franchise chains and regional development: an institutional analysis of Brazilian central-west. *Internext*, 20(02). <https://doi.org/10.18568/internext.v20i02.814>
- DiMaggio, P. & Powell, W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48.
- Dimaggio, P. & Powell, W. (2005) The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *RAE - Revista de Administracao de Empresas*, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 74–89.
- Fennell, M. L. (1980). The effects of environmental characteristics on the structure of hospital clusters. *Administrative science quarterly*, 25(3), 485-510.
- Flores V., Cesario A., & Ramírez, M. (2020), The factors that determine franchising intensity: An analysis in an emerging economy, *Thunderbird International Business Review*, Volume 62, pp. 647 – 659.
- Frazier, B. J., & Niehm, L. S. (2004). Exploring business information networks of small retailers in rural communities. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, 9(1), 23.
- Galvão, A., Marques, C., Ferreira, J., & Braga, V. (2020). Stakeholders' role in entrepreneurship education and training programmes with impacts on regional development. *Journal of Rural Studies*, 74, 169 – 179. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.01.013>.

- Hannan, M. T. & Freeman, J. (1977) The population ecology of organizations. *American Journal of Sociology*, v. 82, p.924-64
- Hatch, M. J. (1997). *Organization Theory: Modern, Symbolic, and Postmodern Perspectives*. Oxford: University Press. 387 p.
- Hawley A. (1968). Human Ecology. In: Silis, D. L. (Ed). *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan, 1968, pp. 328-337.
- Hoffman, R., Munemo, J., & Watson, S. (2016). International Franchise Expansion: The Role of Institutions and Transaction Costs. *Journal of International Management*, 22, 101–114.
- Jingqin S., Xin G. & Justino T. (2023) Posicionamento para uma distinção ótima: como as empresas gerenciam pressões competitivas e institucionais em um ambiente dinâmico e complexo. *Strategic Management Journal*. 45(2):333-361.
- Kumar, G. & Borbora, S. (2019). Institutional environment differences and their application for entrepreneurship development in India; *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies* Volume 11, Issue 2, Pages 177 - 19922 May 2019.
- Medeiros, E. (2022). Strategic-Based Regional Development: Towards a theory of everything for regional development?. *European Journal of Spatial Development*, 19(5), 1–26. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6805455>.
- Melo, P., Borini, F., & Ogasavara, M. H. (2019). Latin America franchise chains internationalization: The impact of institutional environment. *Thunderbird International Business Review*, 61(2), 217-228. <https://doi.org/10.1002/tie.21975>
- Melo, P., Delgado, R., Corrêa, V., & Borini, F. (2020), Regional development and institutional environment: regional expansion of franchise chains in Brazil, *Mackenzie Business Review*, Vol. 21 No. 5, pp. 1-30.
- Melo, P., Borini, F., Isaac, V., & Correa, V. (2023). Regional development and the institutional environment for franchise chains: frontiers of small and medium-sized cities. *Competitiveness Review*, Vol. 33 No. 2, pp. 419-440.
- Melo P., Borini F. M., dos Santos-Costa L. , Isaac V. R. & Correa V. S. (2025), "Entrepreneurial ecosystems in small towns: franchise chain expansion". *Journal of Research in Marketing and Entrepreneurship*, Vol. 27 No. 1 pp. 39–60, doi: <https://doi.org/10.1108/JRME-08-2023-0139>
- Meyer, J. W. & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American journal of sociology*, 83(2), 340-363.
- Meyer, J. W. (1979) *The Impact of the Centralization of Educational Funding and Control on*

State and Local Organizational Governance. Stanford, California: Institute for Research on Educational Finance and Governance (IFG), Stanford University, Program Report n. 79-B20, ago.

- Meyer, K., Estrin, S., Bhaumik, S., & Peng, M. (2009). Institutions, resources, and entry strategies in emerging economies. *Strategic management journal*, v. 30, n. 1, p. 61-80.
- Muller, S. (2016). A progress review of entrepreneurship and regional development: What are the remaining gaps? *European Planning Studies*, 24(6), 1133-1158.
- Ndofirepi, T. (2024). Examining the influence of entrepreneurial skills, human capital, and home country institutions on firm internationalization. *Global Business and Organizational Excellence*.
- North, D. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspective*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- Paul, J. & Criado, A.R. (2020), “The art of writing literature review: What do we know and what do we need to know?”, *International Business Review*, Elsevier, Vol. 29 No. 4, p. 101717.
- Ramoglou, S., & Gartner, W. B. (2023). Uma intervenção histórica nas "guerras de oportunidades": Estudos esquecidos, a ruptura entre descobertas/criações e o avanço olhando para trás. *Teoria e Prática do Empreendedorismo*, 47(4), 1521-1538.
- Rosa, C., Melo, P. L. R., & Garcia, D. B. (2024). Ambiente institucional e o desenvolvimento das redes de franquias na região norte do Brasil. *Gestão & Regionalidade*, v. 40, e20248428.
- Roundy, P. (2017), “Ecosistemas empreendedores de cidades pequenas: implicações para economias desenvolvidas e emergentes”, *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*, vol. 9 No. 3, pp. 238-262.
- Roundy, P. T., Bradshaw, M., & Brockman, B. K. (2018). O surgimento de ecossistemas empreendedores: uma abordagem complexa de sistemas adaptativos. *Journal of Business Research*, 86, 1-10.
- Scott, W. R. (2005). *Institutional theory: Contributing to a theoretical research program*. In K. G. Smith & M. A. Hitt (Eds), *Great minds in management: The process of theory development*. Oxford: Oxford University Press.
- Schüler, D. (2023). Institutional change and entrepreneurship as occupational choice—The case of South Korea. *Journal of International Entrepreneurship*. V. 21 (3), Pg 385 – 439.
- Schimchak, G., Peres, B. & Crescitelli, E. (2023) Ecosistemas de empreendedorismo regional: fatores críticos de sucesso. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas*

Empresas V.8, N°2, p.134-155.

Stenholm, P., Acs, Z., & Wuebker, R. (2013). Exploring country-level institutional arrangements on the rate and type of entrepreneurial activity. *Journal of Business Venturing*, Vol. 28, pp. 176–193.

Thanh, T. Le, Mohiuddin, M. & Quang, H.N. (2022), “Impact of uncertainty and start-up opportunities on technopreneurial start-up success in emerging countries”, *Transnational Corporations Review*, Routledge, Vol. 14 No. 3, pp. 312–322.

Xheneti, M., Madden, A., & Thapa K. (2019). Value of formalisation for women entrepreneurs in developing contexts: a review and research agenda. University of Sussex. *Journal contribution*.

Zuo, H., Li, W., & Alam, S. (2023). Relationship between Diversification, Institutional Environment and Growth: A Study of Agricultural Companies in China. *Sustainability*, 15, 6216.

Zhai, Q. & Su, J. (2019) "A perfect couple? Institutional theory and entrepreneurship research", *Chinese Management Studies*.

2.2. ARTIGO 2: REDES DE FRANQUIAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

ABSTRACT

This article is a part of studies designed to investigate variables in the institutional environment that are significant for the expansion strategy of franchise chains, with a focus on inland regions. The objective is to identify variables that impact the attractiveness of the institutional environment for the insertion of franchise chains. To this end, five dimensions of the institutional environment were analyzed: education, regional development, health, business and economy. Quantitative exploratory research was carried out, using secondary data from IBGE, with 14 variables, in a sample of 220 cities in the Brazilian center-west. Statistical analyzes indicated that the dimensions of education, economy and regional development have a positive and significant impact on attracting franchise chains. The results contribute to the theory as it assist in strategic decision-making regarding the expansion of franchise chains and suggest new and relevant research segments with emphasis on the exploration of factors in the institutional environment. The article also contributes to neo-institutional theories, as it offers a relevant and well-founded explanation of the impact of institutional factors in attracting business models such as franchise chains to inland regions.

Keywords: Franchise chains; Regional development; Institutional environment; Entrepreneurship.

RESUMEN

Este artículo forma parte de estudios diseñados para investigar variables del entorno institucional que son significativas para la estrategia de expansión de las redes de franquicias, con enfoque en las regiones del interior. El objetivo es identificar variables que impactan en el atractivo del entorno institucional para la inserción de redes de franquicias. Para ello se analizaron cinco dimensiones del entorno institucional: educación, desarrollo regional, salud, negocios y economía. Se realizó una investigación exploratoria cuantitativa, utilizando datos secundarios, utilizando 14 variables, en una muestra de 220 ciudades del centro-oeste brasileño. Los análisis estadísticos indicaron que las dimensiones de educación, economía y desarrollo regional tienen un impacto positivo y significativo en la atracción de cadenas de franquicias. Los resultados contribuyen a la teoría en el sentido de que ayudan en la toma de decisiones estratégicas respecto de la expansión de las redes de franquicias y sugieren segmentos de

investigación nuevos y relevantes con énfasis en la exploración de factores en el entorno institucional. El artículo también contribuye a las teorías neoinstitucionales, ya que ofrece una explicación relevante y bien fundada del impacto de los factores institucionales en la atracción de modelos de negocios como las cadenas de franquicias en las regiones del interior.

Palabras clave: Redes de Franquicias; Entorno institucional; Desarrollo regional.

RESUMO

Este artigo se insere em estudos destinados a investigar variáveis do ambiente institucional significantes para a estratégia de expansão de redes de franquias, com foco em regiões interioranas. O objetivo é identificar variáveis que impactam na atratividade do ambiente institucional para inserção de redes de franquias. Para isso foram analisadas cinco dimensões do ambiente institucional: educação, desenvolvimento regional, saúde, negócios e economia. Foi realizada pesquisa exploratória quantitativa, de dados secundários, utilizando 14 variáveis, em uma amostra de 220 cidades do centro-oeste brasileiro. As análises estatísticas indicaram que as dimensões de educação, economia e desenvolvimento regional tem impacto positivo e significativo na atração de redes de franquias. Os resultados contribuem para a teoria na medida em que auxiliam a tomada de decisão estratégica de expansão de redes de franquias e sugere novos e relevantes segmentos de pesquisa com destaque na exploração de fatores do ambiente institucional. O artigo também contribui com as teorias neo institucionais, pois oferece explicação relevante e fundamentada do impacto dos fatores institucionais na atração de modelos de negócio como redes de franquias em regiões do interior.

Palavras Chaves: Redes de Franquias; Ambiente Institucional; Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

As redes de franquias são sistemas organizacionais contratuais, nos quais uma das partes, o franqueador, concede à outra parte, o franqueado, o direito de oferecer produtos ou serviços de sua propriedade (Rubin, 1978). Esse modelo de negócio surgiu como uma estratégia para proporcionar rápida expansão da empresa por meio da captação de recursos de terceiros.

Inicialmente, as estratégias de expansão visavam grandes centros urbanos onde já existiam unidades franqueadas estabelecidas no mercado. No entanto, com a saturação e o alto nível de concorrência nesses mercados, a expansão precisou abranger ambientes com realidades diferentes, iniciando um movimento de expansão em direção a cidades do interior, com menor população (Melo *et al.*, 2020).

As estratégias utilizadas para expandir cadeias de franquias em regiões do interior são um tema que tem sido abordado recentemente em pesquisas acadêmicas (Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2020). Os trabalhos sobre o tema utilizam a compreensão do ambiente institucional como um diferencial estratégico para a expansão e um vetor para aumentar a possibilidade de sucesso em suas inserções regionais (Bretas *et al.*, 2019; Ndofirepi, 2024; Schüler, 2023; Stenholm, *et al.*, 2013; Zuo *et al.*, 2023;).

Entre os aspectos institucionais relevantes para a atratividade das redes de franquias identificados em estudos anteriores, podemos mencionar a segurança jurídica (Aliouche & Schlenrich, 2011; Baena, 2015), a proteção da propriedade intelectual (Aliouche & Schlenrich, 2011; Baena, 2015; Shane, 1996), a governança política (Hoffman, *et al.*, 2016; Meyer, 2001) e a regulação financeira (Hoffman *et al.*, 2016). Contudo, ao analisar esses estudos, fica claro que a maior parte deles utiliza grandes centros urbanos como amostras. O ambiente institucional dos grandes centros pode ser muito diferente do ambiente das regiões do interior, apresentando discrepâncias em termos de população, cultura, infraestrutura, acesso a fornecedores e distribuidores e políticas públicas. Nesse sentido, compreender e explorar os fatores significativos presentes nos ambientes das regiões do interior pode ser um diferencial na inserção de novos negócios nessas regiões, especialmente porque os grandes centros urbanos já apresentam saturação e alta concorrência, devido à proximidade geográfica dos pontos de venda (Melo *et al.*, 2020). O objetivo deste estudo é preencher essa lacuna teórica, ampliando as pesquisas que investigam ambientes fora dos grandes centros populacionais capazes de atrair novos negócios (Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2020, 2023). Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar quais dimensões institucionais são significativas na atratividade de redes de franquias em regiões do interior. Para tanto, serão testadas variáveis do ambiente institucional relacionadas a cinco dimensões: educação, negócios, saúde, economia e desenvolvimento regional. Essas variáveis serão analisadas quanto à sua relevância para a expansão de novas redes de franquias em ambientes com características de interior. Esta pesquisa busca contribuir para o avanço da teoria institucional, especialmente a corrente neoinstitucionalista (Dimaggio & Powel, 1983; Acemoglu *et al.*, 2001). Esse avanço se dá porque essa corrente considera as instituições como responsáveis pelo crescimento econômico das regiões, e esta pesquisa identifica variáveis significativas presentes em ambientes institucionais de singularidade econômica e com características isomórficas no campo, capazes de revelar oportunidades empreendedoras para modelos de negócios como redes de franquias. Há também uma contribuição em relação a estudos que investigam ambientes fora dos grandes centros

populacionais capazes de atrair novos negócios (Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2023). E, finalmente, contribui para o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a atividade empreendedora em cidades distantes dos grandes centros urbanos, com base nos fatores de impacto para a atração de novos negócios. O artigo está estruturado da seguinte forma: introdução, revisão da literatura, hipóteses, metodologia, resultados e considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

As redes de franquias podem ser definidas como um contrato legal entre duas partes, o franqueador e o franqueado. De um lado, o franqueador concede a marca e o direito de uso, com o suporte necessário, enquanto o franqueado se compromete a pagar royalties e taxas específicas, negociadas de acordo com as especificidades do negócio (Rubin, 1978; Norton, 1988). Este modelo de negócio proporciona uma rápida inserção no mercado, uma vez que já existe uma marca ou produto testado, além da facilidade de, ao iniciar o novo negócio, já existir uma administração em grande escala de recursos financeiros, administrativos e de pessoal (Melo *et al.*, 2015).

Existem duas formas principais de expansão de redes de franquias: através da criação de pontos de venda próprios e através da criação de pontos de venda franqueados (Shane, 1996). Este tema tem sido objeto de estudo em artigos com o objetivo de investigar os aspectos relevantes que podem impactar a estratégia de expansão (Aliouche & Schlenrich, 2011; Melo *et al.*, 2019, 2015). Um dos aspectos que podem influenciar a estratégia da rede é o ambiente institucional da região de destino, pois o funcionamento eficiente e eficaz das regras formais e informais como mecanismo de execução e coordenação, determina os custos de transação da operação no ambiente, impactando diretamente sua atratividade para as empresas (North, 1991).

As instituições podem ser definidas como invenções humanas criadas para estruturar as interações políticas, econômicas e sociais, que definem as “regras do jogo” (North, 1990). Essas regras influenciam o comportamento das empresas na escolha de novos mercados (Hoskisson *et al.*, 2000; Meyer, 2001; Meyer *et al.*, 2009; North, 1990, 1991).

As instituições determinam quais opções estratégicas uma empresa pode implementar para atingir seus objetivos (Hoffman *et al.*, 2016; Meyer *et al.*, 2009). O ambiente institucional abrange as regras e exigências formais e informais que as organizações precisam seguir para obter legitimidade (Zoogah *et al.*, 2015). As regras formais refletem-se nas diretrizes legais, políticas, regulatórias e econômicas, determinando os direitos de propriedade e os canais de

acesso ao financiamento. As regras informais designam padrões de comportamento relacionados à confiança, colaboração, códigos de conduta social, cultura e ideologia (Meyer *et al.*, 2009; Norte, 1990, 1991; Schwens *et al.*, 2011). Para atingir o objetivo deste artigo, serão exploradas as regras formais dos ambientes institucionais analisados.

Cinco dimensões ambientais foram selecionadas com base em evidências teóricas sobre a importância endógena desses elementos estruturais na sociedade: educação, negócios, economia, desenvolvimento regional e saúde. Essas dimensões foram definidas com o objetivo de abranger os principais indicadores formais capazes de mensurar aspectos socioeconômicos de uma região, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e por estarem presentes em estudos que envolvem fatores do ambiente institucional que impactam novos negócios (Bergmann *et al.*, 2016; Muller, 2016; Melo *et al.*, 2023).

2. HIPÓTESES

O objetivo deste artigo é identificar quais dimensões institucionais são significativas para a inserção de redes de franquias em regiões do interior. Para atingir esse objetivo, foram desenvolvidas cinco hipóteses, cada uma relacionada a uma das dimensões a serem abordadas na pesquisa: educação, negócios, saúde, desenvolvimento regional e economia.

2.1. Dimensão de Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional é um conceito com múltiplos significados, mas pode ser definido como um esforço geral para reduzir as disparidades regionais, apoiando atividades econômicas que influenciam a geração de empregos e riqueza em nível regional (Cristina *et al.*, 2021). Esse conceito também pode ser visto como algo sistêmico, no qual são considerados aspectos complexos além dos econômicos, como questões políticas, sociais e culturais que representam, com base no grau de evolução, a qualidade da região (Boisier, 1996; Muller, 2016).

A busca por compreender como as instituições formais podem moldar a atração de negócios tem sido uma questão relevante para o desenvolvimento regional (Melo *et al.*, 2023). Assim, as características do desenvolvimento regional discerníveis a partir da análise de diferentes variáveis intrínsecas, sejam elas de âmbito social, político, econômico, ambiental ou cultural (Galvão *et al.*, 2020), são indicadores que podem ser utilizados para avaliar o ambiente de atração de novos negócios.

Por exemplo, um dos indicadores mais utilizados para medir essa dimensão é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois representa a combinação intrínseca de três variáveis determinantes no ambiente institucional: saúde, educação e renda. Outra variável relacionada a essa dimensão é a densidade demográfica, por ser resultado da atratividade econômica e social da região (Melo *et al.*, 2023). Assim, é possível compreender que o desenvolvimento regional pode influenciar o nível de competitividade e o comportamento de consumo, estando relacionado ao potencial de consumo futuro e à atratividade do mercado.

O conceito de desenvolvimento regional é utilizado em pesquisas que investigam a atratividade de redes de franquias, adicionalmente à análise das dimensões econômica, demográfica, de recursos humanos e de negócios, para caracterizar o ambiente da amostra (Melo *et al.*, 2020, 2023). Entende-se que essa dimensão é relevante para redes de franquias, pois influencia a geração de empregos e riqueza em nível regional e, conseqüentemente, o potencial do mercado consumidor e a atratividade do mercado (Cristina *et al.*, 2021; Muller, 2016). A partir do exposto, a seguinte hipótese de pesquisa foi desenvolvida:

H1: Quanto maiores os indicadores de desenvolvimento regional, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil.

2.2. Dimensão Econômica

A dimensão econômica corresponde ao nível de atividade econômica na região (Sendra-Pons *et al.*, 2022), incluindo variáveis como grau de movimentação financeira, número de instituições financeiras presentes, salário médio e acesso ao financiamento (Huang *et al.*, 2023; Sendra-Pons *et al.*, 2022; Utama *et al.*, 2024).

Devido à grande desigualdade em termos de desenvolvimento econômico entre regiões centralizadas e regiões do interior, uma das principais preocupações das empresas é compreender o funcionamento da economia local (Cutsinger, 2019). Essa compreensão pode reduzir os riscos ambientais, tanto para os empresários quanto para os gestores públicos, no desenvolvimento de estratégias eficazes para atrair novos negócios e, assim, promover o desenvolvimento da região.

A dimensão econômica, juntamente com instituições econômicas positivas, desempenha um papel proeminente no crescimento econômico das regiões, ajudando a reduzir as incertezas ambientais e trazendo consigo outros benefícios que contribuem para o desenvolvimento das regiões (Acemoglu *et al.*, 2005; Kafka & Kostis, 2024; Utama *et al.*, 2024).

Entre os indicadores utilizados para analisar a dimensão econômica, podemos citar: (1) PIB per capita, que permite avaliar a intensidade da atividade empresarial e a atratividade das regiões para a expansão dos negócios (Querino *et al.*, 2022); (2) Salário médio, que demonstra a renda da região e reflete o poder de compra da população; e (3) Cenário das instituições financeiras, que indica o potencial de acesso ao crédito da população (Balan *et al.*, 2016; Kitale *et al.*, 2015; Kilonzo *et al.*, 2017; Mendoza-Abarca *et al.*, 2015). Esses indicadores são importantes porque estão correlacionados com o poder de compra e a estabilidade econômica.

Especificamente em relação às redes de franquias, como o setor é dominado por serviços ou produtos associados a serviços, a importância de uma economia viável e de renda disponível é crucial para o crescimento da atividade comercial. Isso ocorre porque uma renda mais elevada permite que os consumidores paguem por serviços em vez de realizá-los (Baena & Cerviño, 2014).

A incerteza econômica aumenta os custos de transação associados à entrada em um determinado mercado, elevando o risco percebido pelos franqueadores, que são menos propensos a expandir em mercados sem crescimento econômico favorável. Isso ocorre devido à possível escassez de recursos e à redução dos lucros. Portanto, a dimensão econômica é uma das mais importantes para as redes de franquias, pois está correlacionada com o poder de compra e a estabilidade econômica e, conseqüentemente, com o lucro esperado e os custos estimados, sendo que as empresas preferem mercados com baixo nível de incerteza econômica para evitar riscos (Baena, 2015; Hoffman *et al.*, 2016; Melo *et al.*, 2019). Com base no exposto, foi desenvolvida a seguinte hipótese:

H2: Quanto mais altos os indicadores econômicos, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil.

2.3. Dimensão Educacional

A dimensão educacional é responsável por moldar o capital humano dos ambientes, influenciando o desempenho e a produtividade dos trabalhadores (Eberhardt & Lima, 2012; Fonseca *et al.*, 2013; Paschoalino *et al.*, 2016). Diversos estudos abordam a importância da educação para o ambiente institucional na atração de novos negócios. Ela atua como um instrumento moderador do ambiente institucional em relação à intenção empreendedora, uma vez que reflete a qualificação da força de trabalho (Melo *et al.*, 2023; Zhuang & Sol, 2023; Floris *et al.*, 2020), aumenta o desempenho e a produtividade dos trabalhadores, torna o

ambiente mais competitivo (Aleksei *et al.*, 2019; Fonseca *et al.*, 2013; Paschoalino *et al.*, 2016), fomenta a criação e a inovação (Chen *et al.*, 2019) e estimula o desenvolvimento socioeconômico (Aleksei *et al.*, 2019). Portanto, a dimensão educacional destaca-se como um fator institucional determinante no empreendedorismo.

A expansão de redes de franquias envolve custos com a contratação de pessoas qualificadas para ocupar diferentes cargos, sejam funcionários ou gerentes, nas localidades onde a expansão ocorre (Chung *et al.*, 2007). Em locais com melhores índices de escolaridade, há maiores chances de reduzir os custos de seleção e contratação de funcionários. Assim, indicadores como o nível de escolaridade e o número de instituições de ensino superior podem influenciar a escolha das localidades para expansão.

Além disso, a educação é uma característica importante dada a natureza da estratégia de uma rede de franquias. Para construir valor de marca, é essencial um público instruído que possa discriminar racionalmente entre as diversas mensagens que recebe para compras ou investimentos (Hoffman & Preble, 2001). Estudos anteriores demonstraram que locais com baixo nível de escolaridade, juntamente com mão de obra não qualificada, estão associados a um baixo nível de investimento, sendo, portanto, mercados pouco atrativos (Stal & Cuervo-Cazurra, 2011). Em municípios de pequeno e médio porte em regiões do interior, a mão de obra qualificada é escassa, visto que o mercado é menor e, conseqüentemente, as pessoas não são incentivadas a investir em formação profissional, migrando, em muitos casos, para grandes centros em busca de oportunidades (Kamakura & Mazzon, 2016). Para as redes de franquias, essa situação é especialmente problemática, pois dependem do conhecimento técnico do franqueador local para o sucesso do empreendimento. Com base no exposto, foi desenvolvida a seguinte hipótese:

. H3: Quanto maiores os indicadores de escolaridade, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil.

2.4. Dimensão de Negócios

A dimensão empresarial está relacionada ao grau de empreendedorismo, estimulando a concorrência e a inovação, e por essa razão reflete a atratividade do mercado para a abertura de novas empresas (Galvão *et al.*, 2020; Muller, 2016). Algumas variáveis relacionadas a essa dimensão são o número de empresas ativas e o número de empresas abertas no ano, e essas

variáveis refletem a atratividade de novos negócios (Wang *et al.*, 2018; Melo *et al.*, 2023; Rompay *et al.*, 2012).

Um ambiente empresarial institucional adequado à inserção de novos empreendimentos fornece os recursos e as condições necessárias para que os indivíduos identifiquem oportunidades de mercado, iniciem e desenvolvam novos negócios, produtos ou serviços e gerem empregos, fomentando o crescimento econômico (Bowen & De Clercq, 2008; Fuentelsaz *et al.*, 2019; Muller, 2016) e está associado a um ambiente de inovação (Doan, 2023).

Em relação às redes de franquias, um ambiente de negócios positivo está relacionado à estratégia de expansão, pois impacta positivamente a probabilidade de a população local iniciar um negócio (Bergmann *et al.*, 2016; Melo *et al.*, 2019). A facilidade de fazer negócios é um dos indicadores que refletem a eficiência do mercado; portanto, quando o custo de abertura de um novo negócio é relativamente alto, os custos de transação aumentam, elevando o risco percebido. Consequentemente, o menor custo para iniciar um negócio está relacionado à densidade de negócios em cada economia, de modo que quanto mais fácil for fazer negócios em cada mercado, maior será a densidade de negócios (Meyer, 2001). Para esta pesquisa, o número de empresas presentes na região, o número de empresas abertas no ano de 2023 e o número de pessoas empregadas na região foram utilizados como forma de mensurar a dimensão de negócios. Diante do exposto, a seguinte hipótese foi formulada:

H4: Quanto maiores os indicadores de negócios, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil.

2.5. Dimensão de Saúde

As políticas e ações relacionadas à dimensão da saúde apresentam vantagens que vão além do objetivo central do setor, que é o de proporcionar bem-estar geral à população. Os índices de saúde pública são consequência de fatores relacionados ao desenvolvimento regional e social, como, por exemplo, distribuição de renda, nutrição, saneamento, crescimento econômico e condições de trabalho. Portanto, as variáveis que indicam a saúde da população podem ser utilizadas para avaliar as condições de emprego, renda e inovação (Gadelha & Costa 2012).

Existe o conceito de que as regiões com índices de saúde positivos tendem a transmitir segurança para a inserção de novos empreendimentos, uma vez que propagam a noção de segurança às partes relacionadas no mercado (Gadelha & Costa 2012; Viana & Elias 2007).

Como exemplos de variáveis utilizadas para medir essa dimensão, podemos citar a taxa de mortalidade infantil, que demonstra o poder das instituições ambientais e seus impactos no crescimento econômico das regiões (Acemoglu *et al.*, 2001), o estado de saúde dos empreendedores, que impacta o sucesso dos negócios (Dvouletý & Ondřej, 2024), e as regulamentações relacionadas à proteção do trabalhador e à segurança do consumidor, que afetam a tomada de decisões voltadas à expansão dos negócios para novas localidades (Pari & Sagi, 2023). Diante do exposto, desenvolveu-se a seguinte hipótese:

H5: Quanto mais elevados os indicadores de saúde, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil.

-----Figura 1 -----

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi quantitativa, utilizando dados secundários. As análises de significância foram conduzidas por meio de um modelo de regressão das relações entre redes de franquias e variáveis presentes em ambientes institucionais no Centro-Oeste brasileiro.

A variável dependente é representada pelo número de unidades franqueadas e pelo número de marcas de redes de franquias presentes nas cidades incluídas na amostra, visto que essa variável pode transmitir a tendência da região em atrair redes franqueadas (Melo *et al.*, 2020). O número de marcas de redes de franquias e o número de unidades franqueadas foram abordados separadamente, a fim de explorar cada variável dependente individualmente, visando inferir sobre fatores positivos ou negativos e sua significância nas relações analisadas.

As variáveis independentes são compostas por indicadores que representam as dimensões relacionadas às hipóteses (desenvolvimento regional, educação, economia, negócios e saúde), conforme mostrado na Tabela 1.

-----Tabela 1 -----

-----Figura 2 -----

3.1. Coleta de Dados

Para a amostra, foram selecionadas redes de franquias que operam em áreas do interior do Centro-Oeste brasileiro. Essa região foi escolhida por representar um mercado em crescimento, cujo aumento de receita para redes de franquias foi de 12,9% em 2023, segundo dados da Associação Brasileira de Franquias (ABF). Além disso, o Brasil está entre os 10 países com o maior número de marcas de redes de franquias, bem como de unidades franqueadas no mundo (ABF, 2021).

Inicialmente, as 100 maiores redes de franquias do Brasil foram selecionadas com base no relatório da ABF, e então verificou-se a presença dessas redes na região Centro-Oeste brasileira. Constatou-se, então, que dessas 100 maiores redes de franquias do Brasil, apenas 4 (Oggi Sorvetes, Dia%, Ceofood e Fiadorweb) não operavam na região Centro-Oeste. Portanto, elas foram substituídas por outras 4 redes de franquias que aparecem na sequência das maiores redes do Brasil (Acium, Casa do Pão de Queijo, Farmelhor e Mahogany). A partir da seleção de redes de franquias, foram escolhidos municípios da região Centro-Oeste com no mínimo 10.000 habitantes. A seleção populacional se justifica, visto que as redes de franquias estão mais presentes em áreas urbanas, com maior concentração populacional (ABF 2020, 2021). Dessa forma, foram selecionadas 220 cidades, sendo 73 em Mato Grosso, 54 em Mato Grosso do Sul e 93 em Goiás. O Distrito Federal não foi incluído na amostra, por não ser considerado uma região agroindustrial, já que sua economia é basicamente caracterizada pelo setor de serviços, representando aproximadamente 94% da economia local (Idecon-DF). A coleta de dados sobre a localização das redes de franquia foi realizada por meio de buscas em seus websites, aplicativos e no site do Google Maps. Não foram encontrados dados sobre a localização de unidades em 5 redes franqueadas, que foram excluídas da amostra. Portanto, a amostra incluiu as 95 maiores redes franqueadas do Brasil e 220 cidades do Centro-Oeste brasileiro com população acima de 10.000 habitantes. Por fim, foram coletados dados sobre as variáveis independentes, que foram extraídos dos sites públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do Ministério da Educação, do Banco Central do Brasil e do Portal da Transparência (Tabela 1).

3.2. Análise de Dados

Para a análise dos dados, foi utilizado o software RStudio (RStudio Team, 2020). Foram calculadas estatísticas descritivas univariadas, com média e desvio padrão (DP), valores mínimo e máximo para informar a amplitude da distribuição, número de valores ausentes ou

não identificados (NA) e medidas de posição do quartil (Q1, Q2 e Q3) – cada um deles representando uma posição na distribuição das variáveis, sendo Q1 o ponto que separa o primeiro quartil dos outros 75%, Q2 a mediana que separa as duas metades, e Q3 o ponto que separa os 75% iniciais desse último quartil (Sweeney *et al.*, 2013).

Antes de testar as hipóteses, foram realizadas duas análises: correlações bivariadas e modelos lineares iniciais. Para as correlações, foram calculados os coeficientes de correlação de Pearson (r) e seus respectivos valores de probabilidade e o valor p (Hair *et al.*, 2015), e os modelos lineares foram estimados utilizando mínimos quadrados ordinários (Hair *et al.*, 2018) com o intuito de descrever quais variáveis selecionadas poderiam atuar como proxy, realizando uma análise de sensibilidade (Wooldridge, 2012).

Após esse processo descritivo, os modelos finais foram estimados com as variáveis mais relevantes dentro de cada uma das hipóteses. Ambas as correlações, modelos iniciais e finais, foram analisadas de acordo com os três critérios de teste de hipóteses: significância estatística, direção e magnitude. A significância apresenta quatro níveis de evidência: insuficiente se o valor de $p > 0,05$ ($.$), suficiente se o valor de $p < 0,05$ ($*$), forte se o valor de $p < 0,01$ ($**$) e muito forte se o valor de $p < 0,001$ ($***$). A direção pode ser positiva ou negativa, se houver significância, ou neutra se não houver significância, enquanto a intensidade representa a força da associação entre as variáveis, ou seja, o quão distantes de zero elas estão. Os valores de R^2 ajustado também foram apresentados, representando a quantidade da variabilidade da variável dependente explicada pelas variáveis independentes (Hair *et al.*, 2015).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

As variáveis dependentes têm pelo menos 50% de sua distribuição igual a 5 (Q2), o que significa que pelo menos metade dos municípios agrícolas possui 5 redes de franquias e 5 unidades franqueadas. No entanto, sua variabilidade é bastante diferente, sendo muito mais significativa para o número de unidades ($DP = 52,5$) do que para o número de redes de franquias ($DP = 14,8$).

. As variáveis da dimensão econômica apresentam menor variabilidade que a média, enquanto as do ambiente de negócios apresentam o oposto, ou seja, maior variabilidade que a média. Esse resultado significa que o primeiro ambiente é mais homogêneo que o segundo.

Em relação às variáveis educacionais, pelo menos 25% dos municípios possuem uma instituição de ensino superior (IES). Os valores do desvio padrão foram mais de três vezes superiores à média e o valor máximo foi muito diferente do terceiro quartil (Q3). Essas

estatísticas mostram a concentração da maioria das IES em poucos municípios. Por outro lado, a taxa de escolaridade para crianças entre 6 e 10 anos apresenta estatísticas que apontam para uma educação básica homogênea na maioria dos municípios.

Em relação ao desenvolvimento regional, é possível descrever que a densidade demográfica e a população apontam para municípios muito heterogêneos, enquanto o IDH demonstra um desenvolvimento regional homogêneo – com 50% dos municípios apresentando valores entre 0,68 e 0,72. Essa homogeneidade também pode ser observada no indicador de saúde, a mortalidade infantil.

----- Tabela 2 -----

Um primeiro resultado geral pode ser observado ao comparar a intensidade das correlações das duas variáveis dependentes com as demais. As variáveis apresentam coeficientes de correlação com maior intensidade com o 'número de unidades' do que com o 'número de redes de franquias', exceto no caso do IDH municipal, que é numericamente um pouco maior, mas os coeficientes de correlação são muito próximos. Três variáveis apresentam correlações não significativas com o número de unidades: (i) PIB municipal, (ii) taxa de escolaridade e (iii) mortalidade infantil. Essas mesmas três variáveis apresentam comportamento muito semelhante e não estão correlacionadas com a outra variável dependente, o número de redes de franquias. Alguns padrões gerais também podem ser observados em relação à não significância: a taxa de escolaridade e a mortalidade infantil apresentam correlação significativa apenas com duas outras variáveis, e o PIB municipal apresenta correlação significativa com três outras variáveis.

A primeira hipótese (H1) afirma que “Quanto maiores os indicadores de desenvolvimento regional, maior a atração de redes de franquias para municípios do interior do Brasil”. Esse resultado pode ser observado de forma diferente nas variáveis analisadas. Ao testar as variáveis isoladamente, verifica-se um resultado espelhado em relação ao anterior, descrito nos coeficientes de correlação (entre os modelos M1 e M3). Contudo, ao verificar o modelo com todas as variáveis, não é possível observar o efeito positivo descrito em H1 para a densidade demográfica. Essa variável apresenta uma relação negativa e significativa com o número de unidades ($p < 0,001$), ao mesmo tempo que não se verifica uma relação não nula no modelo com a variável dependente número de redes ($p = 0,190$). Portanto, as duas evidências

encontradas neste estudo indicam que uma maior densidade demográfica não está positivamente associada à atração de redes de franquias. No modelo M4, observa-se que o IDH do município e a população são duas variáveis que mantêm a relação descrita na hipótese ($p < 0,001$).

-----Tabela 3 -----

A segunda hipótese (H2) afirma que “Quanto maiores os indicadores econômicos, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil”. Os resultados indicam que cada uma das três variáveis escolhidas apresenta um resultado único nos modelos iniciais. O PIB municipal não apresentou relação significativa com as duas variáveis dependentes nas correlações, tanto no modelo inicial (M1) quanto no M4 para o número de redes ($p > 0,05$). Contudo, observou-se significância no modelo M4 ao se considerar o número de unidades como variável dependente, porém essa relação tem direção negativa – ou seja, um PIB maior estaria relacionado a um menor número de unidades franqueadas. Portanto, essa é uma variável que apresenta resultados inconclusivos para descrever a hipótese H2. O salário médio apresenta a mesma evidência que as correlações no modelo M2 (relação positiva e significativa), mas quando testado em conjunto com as outras variáveis, não foi mais possível detectar tal efeito ($p > 0,05$). Portanto, é possível concluir que o salário médio não representa bem a hipótese H2. Por fim, o número de instituições financeiras seria a variável com maior evidência para ser um proxy para H2, uma vez que tanto nas correlações quanto nos dois modelos iniciais o mesmo resultado se mantém, uma relação positiva e significativa (valor $p < 0,001$).

----- Tabela 4 -----

Para a terceira hipótese (H3), é necessário testar se “Quanto maiores os indicadores de escolaridade, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do interior do Brasil”. Tanto a taxa de escolaridade quanto o número de instituições de ensino superior mantêm o resultado observado nas correlações (modelos M1 a M3). Isso significa que a primeira não tem efeito significativo ($p > 0,05$), ao contrário da segunda ($p < 0,001$).

-----Tabela 5 -----

A quarta hipótese (H4) a ser testada consiste em: “Quanto maiores os indicadores de negócios, maior a atratividade das redes de franquias para municípios do interior do Brasil”. Nesse contexto, foram utilizadas três variáveis, as quais, quando testadas isoladamente, apresentam o mesmo efeito previsto na hipótese (modelos M1 a M3). Contudo, o número de empresas em operação não se mostrou significativo quando testado em conjunto com as demais variáveis (p -valor $> 0,01$), o número de empresas ativas manteve-se conforme previsto na hipótese e o número de pessoas empregadas apresentou significância nas duas variáveis dependentes, porém com relação positiva no número de unidades e negativa no número de redes.

-----Tabela 6 -----

Assim, nas análises iniciais foi possível identificar duas variáveis capazes de representar a hipótese H1 (Desenvolvimento Regional), o IDH do município e a população; e uma capaz de representar a hipótese H2 (Econômica), o número de instituições financeiras. Os modelos finais apontam para a confirmação dessas duas hipóteses. A primeira por meio da população ($p < 0,05$) e a segunda por meio das instituições financeiras ($p < 0,001$); em relação ao IDH, não foi possível observar o mesmo resultado dos modelos iniciais, pois não há significância quando a variável dependente é o número de unidades ($p > 0,1$). Em geral, é possível concluir que 'quanto maior o desenvolvimento regional, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do agronegócio brasileiro' e que 'quanto melhor a economia, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do agronegócio brasileiro', o que confirma as hipóteses H1 e H2.

A hipótese H3 apresenta forte evidência de confirmação em todos os modelos estimados que têm o número de redes como variável dependente. Essa confirmação ocorre em menor grau quando se utiliza o número de unidades como variável dependente, com alguns resultados apresentando significância fraca (M1, M2 e M6) e um indicando não significância (M5). Contudo, os sinais encontrados sempre apresentam o sinal descrito na hipótese, ou seja, que 'quanto maiores os indicadores de escolaridade, maior a atratividade das redes de franquias para os municípios do agronegócio brasileiro', confirmando H3.

Por outro lado, as duas variáveis que representam o ambiente de negócios apresentam evidências inconclusivas. A hipótese H4 seria confirmada pelo resultado do modelo que tem o

número de unidades como variável dependente, mas rejeitada pelo modelo com o número de cadeias. Esse resultado é corroborado pelo fato de as variáveis apresentarem uma relação significativa, mas serem capazes de exercer influência positiva ou negativa mesmo quando analisadas em relação à mesma variável dependente. A direção negativa assume o significado oposto ao proposto na hipótese. Esse efeito pode advir de algumas das variáveis que acabam por controlá-lo, mas, ao remover aquelas com evidências de não significância (IDH da cidade e mortalidade infantil), não foi possível encontrar a relação hipotetizada de forma consistente. Ao contrário, os coeficientes de variação (β) alteram os resultados ao adicionar outra variável do mesmo ambiente. Portanto, é possível concluir que os resultados descritos para as variáveis neste parágrafo são inconclusivos, visto que cada relação com uma variável dependente ocorre de maneira diferente. Conseqüentemente, H4 não foi confirmada.

Por fim, as evidências apresentadas neste estudo apontam para a rejeição da hipótese H5. Desde os resultados iniciais apresentados nas correlações, a variável de saúde representada pela mortalidade infantil não demonstra significância estatística suficiente ($p > 0,05$). O mesmo se observa nos modelos finais, mesmo com a inclusão de outras variáveis de controle. Portanto, H5 não foi confirmada.

Em conclusão, as variáveis utilizadas nesta pesquisa conseguiram explicar (R^2 ajustado) mais de 80% da variabilidade existente no número de redes de franquias e mais de 98% quando se tem o número de unidades como variável dependente.

-----Tabela 7 -----

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi identificar quais dimensões institucionais são significativas na atratividade de redes de franquias para regiões do interior. Para tanto, foram formuladas cinco hipóteses, relacionadas às dimensões de desenvolvimento regional, educação, negócios, saúde e economia. Após análise estatística, foi possível observar que fatores ambientais relacionados à educação, ao desenvolvimento regional e à economia influenciam a inserção de redes de franquias, confirmando as hipóteses H1, H2 e H3.

O artigo contribui para as teorias institucionais, especialmente o neoinstitucionalismo (Acemoglu *et al.*, 2001; DiMaggio & Powell, 1983; North, 1990;), ao oferecer uma explicação relevante e bem fundamentada, baseada em uma análise empírica, sobre a importância de certos fatores e variáveis na atração de redes de franquias, possibilitando o desenvolvimento de

estratégias de expansão dessas redes. Além disso, segue sugestões de estudos anteriores sobre a necessidade de direcionar o ambiente institucional para a padronização, de modo que a empreitada não seja motivada por necessidade, mas sim por oportunidade (Sendra-Pons *et al.*, 2022).

O artigo também oferece uma contribuição prática para as políticas públicas, permitindo que representantes da sociedade utilizem essa base científica para desenvolver projetos que incentivem a criação de novas instituições ou fortaleçam as já existentes, proporcionando um ambiente mais atrativo para o empreendedorismo. Por fim, destaca-se a contribuição gerencial, fundamentada nos conceitos de Acemoglu *et al.*, (2001), que se refere à estratégia de expansão de redes de franquias, possibilitando uma visão clara das instituições e de fatores que influenciam positivamente a atividade empreendedora

Além disso, este artigo contribui para as políticas públicas internacionais, uma vez que o estudo está incluído entre os objetivos de desenvolvimento sustentável elaborados pelas Nações Unidas (ONU) voltados para o Brasil, em temas que contribuem para “Educação de Qualidade”, “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, “Consumo e Produção Responsáveis” e “Parcerias e Meios de Implementação”.

Como limitações deste estudo, temos: (1) restrição da análise dos ambientes apenas às cinco dimensões incluídas no estudo; (2) restrição da análise às variáveis selecionadas; (3) limitação dos municípios apenas aos da região centro-oeste do país.

Como estudos futuros, sugere-se: (1) pesquisas utilizando municípios rurais de outros países emergentes como base, a fim de comparar variáveis significativas; (2) pesquisas que relacionem ambientes institucionais com a presença de redes de franquias a ambientes institucionais sem a presença dessas redes, para verificar fatores presentes e ausentes nesses ambientes; (3) trabalhos teóricos que abordem a oportunidade de expansão de redes de franquias por meio da redução da incerteza no ambiente institucional, com foco em regiões do interior; (4) pesquisas comparativas sobre o ambiente institucional no interior do Brasil com o de outros países emergentes, para identificar semelhanças e diferenças entre eles e seu impacto na atratividade de redes de franquias.

Referências

Acemoglu, D., Johnson, S. & Robinson, J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *The American Economic Review*. Vol. 91, No. 5, pp. 1369-1401.

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2005). The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change, and Economic Growth. *American Economic Review*, 95 (3): 546-579.
- Aleksei, V., Bogoviz, A., Akopova, E., Przhedetskaya, N., & Ragulina, J. (2019). Remote education training as a means of restoring the economy of Russian recessive regions. *International Journal of Educational Management*, Vol . 33 Edição: 3, pp.438-445.
- Aliouche, E., & Schlenrich, U. (2011). Towards a strategic model of global franchise expansion. *Journal of Retailing*, 87(3), 345-365.
- Baena, V. (2015). European franchise expansion into Latin America. *Management Research Review*.
- Bergmann, H., Hundt, C. & Sternberg, R., (2016). What makes student entrepreneurs? On the relevance (and irrelevance) of the university and the regional contexto for student start-ups. *Small Buss Economics*, 47, 53 - 76
- Boisier, S. (1996). Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 13, p. 111-147.
- Bowen, H., & De Clercq, D. (2008). Institutional context and the allocation of entrepreneurial effort. *Journal of International Business Studies*, 39, 747-767.
- Bretas, V. P., Galetti, J. R., & Rocha, T. V. (2019). Fatores Relacionados a Internacionalização das Redes de Franquias Brasileiras: Dispersão Geográfica e Pertencimento a Grupos. *Internext*, 14(1), 01–13.
- Chen, W., Tajeddini, K., Ratten, V. & Tabari, S. (2019), Educational immigrants: evidence from Chinese young entrepreneurs in the UK, *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*, Vol. 13 No. 1/2, pp. 196-215.
- Creswell, J. (2010) *Projeto de Pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. 3 ed. Editora Penso.
- Cristina, B.; Oana, M., & Cristina, A. (2021). The concept of regional development - current specifications at institutional level. *Euromentor Journal*; Vol. 12, Ed. 3.
- Cunningham, J. & Menter, M. (2020). Transformative change in higher education: entrepreneurial universities and high-technology entrepreneurship. *Industry and Innovation*. Vol 28(3), pp. 1-22.
- Cutsinger, B.P. Randall G. & Holcombe (2019) Political capitalism: how economic and political power is made and maintained. *Public Choice* 180, 501–503.
- DiMaggio, P. & Powell, W. (1983) The iron cage revisited: institutional isomorphism and

- collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48.
- Doan, K.H. (2023). Factors Affecting Firm Innovation: An Evidence from Vietnam. In: Dima, A.M., Danescu, E.R. (eds) *Fostering Recovery Through Metaverse Business Modelling. ICESS 2022. Springer Proceedings in Business and Economics*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-28255-3_15
- Dvouletý, O. (2024). From unemployment to self-employment: what does it mean for an individual's satisfaction and economic self-sufficiency?. *Journal of Entrepreneurship and Public Policy*, Vol. 13 No. 1, pp. 58-73.
- Flores, V., Armando, C. & Ramírez, M. (2020) The factors that determine franchising intensity: An analysis in an emerging economy. *Thunderbird International Business Review*, Volume 62, pp. 647 – 659.
- Floris, L. M., Calegário, C. L. L., Ávila, E. S., & Caetano, R. M. (2020). Fatores Determinantes de Inserção nas Cadeias Globais de Valor: Uma Análise da Participação da Indústria Mineral. *Internext*, 15(3), 80–102. <https://doi.org/10.18568/internext.v15i3.583>
- Fonseca, F., Beltrão, R., & Prado, O. (2013). Avaliando a capacidade de governo: reflexões sobre a experiência do Prêmio “Municípios que Fazem Render Mais” (2010 e 2011). *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 1, p. 249–272.
- Fuentelsaz, L., González, C., & Maicas, J. (2019). Instituições formais e empreendedorismo de oportunidade. O Papel Contingente das Instituições Ininformais. *BRQ Business Research Trimestral*, 22(1), 5-24.
- Gadella, C., & Costa L. (2012). Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. *Rev Saúde Pública*; Vol. 46 (Supl):13-20.
- Galvão, A., Marques, C., Ferreira, J., & Braga, V. (2020). Stakeholders' role in entrepreneurship education and training programmes with impacts on regional development. *Journal of Rural Studies*, Vol. 74, pp. 169-179.
- Hair, Jr, J. F.; Wolfinbarger, M.; Money, A. H; Samouel, P. & Page, M. (2015). *Essentials of Business Research Methods*. 4th edn, New York: Routledge.
- Hair, J. F.; Black ,W. C.; Babin, B. J. & Anderson, R. E. (2018). *Multivariate Data Analysis*. 8th edn. Hampshire: Cengage Learning.
- Henderson, J. (2002). Construindo a economia rural com empreendedores de alto crescimento. *Economic Review*, vol. 87 No. 3, pp. 45-70.
- Hines, T. (2016). Decisão de negócios: dados demográficos e de despesas para proprietários de pequenas empresas. *Journal of Business and Finance Librarianship*, vol. 21 No. 2.

- Hoffman, R., Munemo, J., & Watson, S. (2016). International Franchise Expansion: The Role of Institutions and Transaction Costs. *Journal of International Management*, 22, 101–114.
- Hoskisson, R., Eden L., Lau C., & Wright M. (2000). Strategy in Emerging Economies. *The Academy of Management Journal*, 43(3), 249–267. doi:10.2307/1556394.
- Huang, G., Ye, F., & Li, Y. (2023). Responsabilidade social corporativa e empréstimos de crédito bancário: explorando o efeito moderador do ambiente institucional na China. *Ásia Pac J Manag* 40, 707–742
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html.
- Kafka, K., & Kostis, P. (2024). Unravelling the innovation puzzle: The interplay between uncertainty, economic institutions, and innovation performance in advanced and developing economies. *Technological Forecasting and Social Change*, Volume 198.
- Kamakura, W., & Mazzon, J. (2016). Critérios de estratificação e comparação de classificadores socioeconômicos no Brasil. *Revista de administração de empresas*, v. 56, n. 1, p. 55-70.
- Melo, P., Borini, F., Oliveira JR, M. & Parente, R. (2015). International analysis of the countries where Brazilian franchise chains operate. *Revista de Administração*, 50(1), 26-39.
- Melo, P., Delgado, R., Corrêa, V., & Borini, F. (2020), Regional development and institutional environment: regional expansion of franchise chains in Brazil, *Mackenzie Business Review*, Vol. 21 No. 5, pp. 1-30.
- Melo, P., Borini, F., Isaac, V., & Correa, V. (2023). Regional development and the institutional environment for franchise chains: frontiers of small and medium-sized cities. *Competitiveness Review*, Vol. 33 No. 2, pp. 419-440.
- Meyer, K. (2001). Institutions, transaction costs, and entry mode choice in Eastern Europe. *Journal of international business studies*, 32(2), 357-367.
- Meyer, K., Estrin, S., Bhaumik, S., & Peng, M. (2009). Institutions, resources, and entry strategies in emerging economies. *Strategic management journal*, v. 30, n. 1, p. 61-80.
- Muller, S. (2016). A progress review of entrepreneurship and regional development: What are the remaining gaps? *European Planning Studies*, 24(6), 1133-1158.
- Ndofirepi, T. (2024). Examining the influence of entrepreneurial skills, human capital, and home country institutions on firm internationalization. *Global Business and Organizational Excellence*.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York:

Cambridge University Press.

- North, D. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspective*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- Norton, S. (1988). An empirical look at franchising as an organizational form. *Journal of Business*, 61(2), 197–218.
- Paschoalino, P., Caldarelli, C., & Camara, M. (2016). Capital humano e desenvolvimento no estado do Paraná entre 2000 e 2010: uma análise espacial. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 6(3), 193–215.
- Peari, S. (2023). A combinação de fatores ambientais, sociais e de governança corporativa ocupa um lugar importante nos negócios de hoje. *Revista de Direito Alternativo*, 48(4), 252-257.
- Querino, F. F., Siqueira, L. B., Ávila, E. S. de, Nascimento, E. S. do, & Martins, L. P. (2022). Fatores Determinantes na Escolha de Internacionalização das Empresas Multilatinas. *Internext*, 17(2), 135–151. <https://doi.org/10.18568/internext.v17i2.656>
- Robles, F. (2017). Institutional quality and agglomeration of fast food multinationals in Latin American cities. *Management Research*, Vol. 15 No. 3, pp. 251-267.
- Rompay, T., Krooshop, J., Verhoeven, J., & Pruyn, A. (2012). Com ou sem você: efeitos interativos da densidade do varejo e necessidade de afiliação no prazer e gastos com compras. *Journal of Business Research*, Vol. 65 No. 8, pp. 1126-1131.
- Roy, A., & Mukherjee, K. (2017). Entrepreneurial Education in India. *International Journal of Advanced Engineering and Management*, 2 (1), pp.15 - 20.
- RStudio Team (2020) 'RStudio: Integrated Development for R'. Boston, Massachusetts. Available at: <http://www.rstudio.com/>.
- Rubin, P. (1978). The Theory of the Firm and the Structure of the Franchise Contract. *Journal of Law and Economics*. 21. 223-33.
- Schüler, D. (2023). Institutional change and entrepreneurship as occupational choice—The case of South Korea. *Journal of International Entrepreneurship*. V. 21 (3), Pg 385 – 439.
- Schwens, C., Eiche, J., & Kabst, R. (2011). The moderating impact of informal institutional distance and formal institutional risk on SME entry mode choice. *Journal of Management Studies*, 48(2), 330–351.
- Secundo, G., Vecchio, P., & Passiante, G., (2015). Creating innovative entrepreneurial mindsets as a lever for knowledge-based regional development. *Int. J. Knowledge-Based Development*, Vol. 6, No. 4, pp.276–298.
- Sendra-Pons, P., Comeig, I., & Mas-Tur, A. (2022). Institutional factors affecting

- entrepreneurship: A QCA analysis. *European Research on Management and Business Economics*. Volume 28, Issue 3.
- Shane, S. (1996). "Why franchise companies expand overseas". *Journal of Business Venturing*, 11(2), 73–88.
- Stenholm, P., Acs, Z., & Wuebker, R. (2013). Exploring country-level institutional arrangements on the rate and type of entrepreneurial activity. *Journal of Business Venturing*, Vol. 28, pp. 176–193.
- Sweeney, D., Williams, T. & Anderson, D. (2013). *Estatística Aplicada à Administração e Economia*. 3rd edn. São Paulo: Cengage Learning.
- Utama, S., Yusfiarto, R., Pertiwi, R., & Khoirunnisa, A. (2024). Intentional model of MSMEs growth: a tripod-based view and evidence from Indonesia. *Journal of Asia Business Studies*. Volume 18, Issue 1, Pages 62 - 8418.
- Viana, A.; Elias, P. (2007). Saúde e desenvolvimento. *Cienc Saude Coletiva*, Vol. 12, (Supl):1765-77.
- Wang, L., Fan, H., & Wang, Y. (2018). Seleção do local de lojas de varejo com base na acessibilidade espacial e na rede neural BP híbrida. *International Journal of Geo-Information*, vol. 7 No. 6, pp. 1-22.
- Wooldridge, J. (2012) *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 20th edn. Mason: South-Western College Publishing.
- Zhuang, J., & Sol, H. (2023). Impact of institutional environment on entrepreneurial intention: The moderating role of entrepreneurship education, *The International Journal of Management Education*, Volume 21, Issue 3, 100863
- Zoogah, D.B., Peng, M.W., & Woldu, H.G. (2015). Instituições, Recursos e Eficácia Organizacional na África. *Academia de Perspectivas Gerenciais*, 29, 7-31.
- Zuo, H., Li, W., & Alam, S. (2023). Relationship between Diversification, Institutional Environment and Growth: A Study of Agricultural Companies in China. *Sustainability*, 15, 6216.

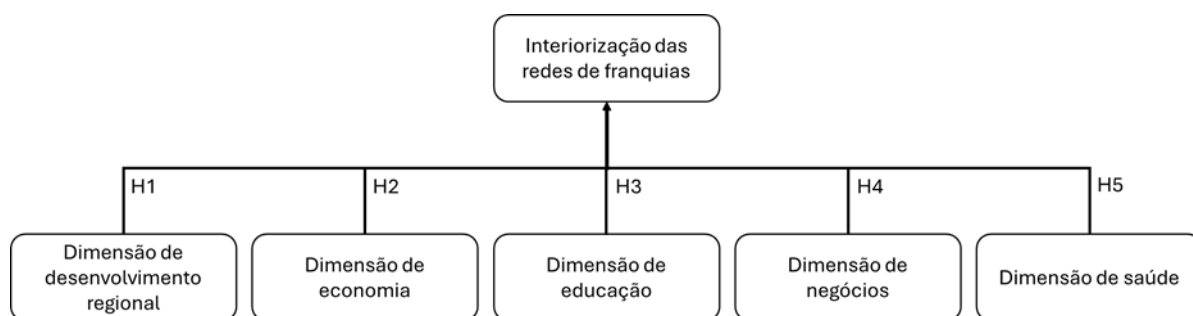


Figura 1: Framework de pesquisa

Fonte: autores.

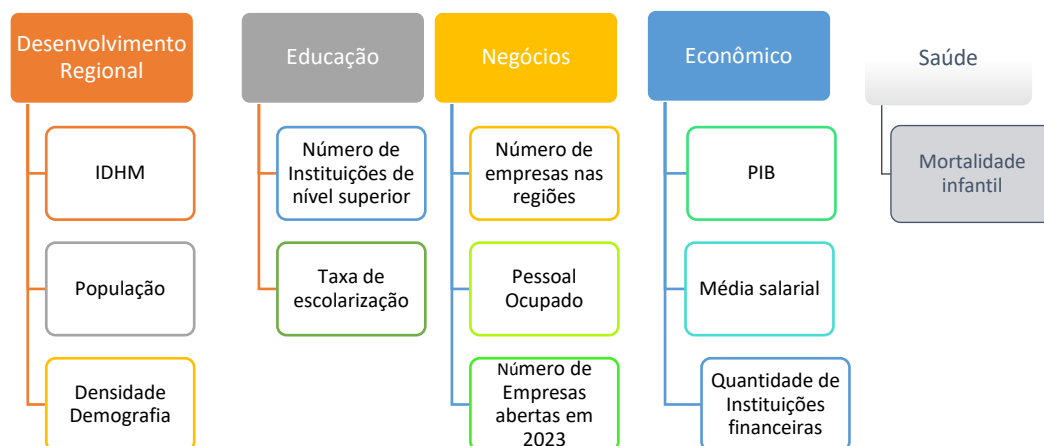


Figura 2 - Dimensões institucionais e suas variáveis
Fonte: autores

Tabela 1: variáveis independentes.

Dimensão	Variáveis	Fonte	Descrição	Autores
Desenvolvimento regional	IDH	IBGE	O índice é composto por indicadores de educação básica e secundária, renda per capita e longevidade, representando diferentes aspectos do desenvolvimento da região.	Cristina <i>et al.</i> , (2021); Muller, (2016); Hines, (2016); Robles, (2017)
	População	IBGE	População total de um município. Quanto maior a população, maior a capacidade de atração de empresas para a região.	
	Densidade demográfica	IBGE	Índice que calcula o número de habitantes por quilômetro quadrado, sendo um fator relevante para empreendedores na abertura de novos empreendimentos.	
Econômica	PIB	IBGE	Apresenta informações sobre a dinâmica e o desempenho econômico dos municípios.	Utama, <i>et al.</i> , (2024); Sendra-Pons, <i>et al.</i> , (2022); Henderson (2002); Melo et al. (2023)
	Salário médio	IBGE	Indica o potencial econômico das regiões para o consumo.	
	Número de instituições financeiras	Banco Central	Reflete a capacidade de atração de recursos financeiros, bem como o nível de desenvolvimento financeiro da região.	
Educação	Número de instituições de ensino superior	Ministério da educação	Número de universidades em uma região, o qual está associado ao nível de empreendedorismo e à formação de capital humano.	Wei Chen <i>et al.</i> , (2019); Zhuang e Sol, (2023); Cunningham & Menter (2020); Roy & Mukherjee, (2017); Secundo <i>et al.</i> , (2015); Huang <i>et al.</i> (2023)
	Taxa de escolarização	IBGE	Representa o percentual de pessoas com idade entre 6 e 14 anos que frequentam a escola em relação ao total de indivíduos da mesma faixa etária. Reflete barreiras às oportunidades financeiras decorrentes do avanço da inclusão digital.	
Negócios	Número de empresas	Governo Federal	Representa o grau de presença empresarial no ambiente de negócios. Reflete a relação de atratividade entre as empresas e o ambiente institucional.	Galvão <i>et al.</i> (2020); Muller (2016)
	População empregada	IBGE	População ocupada com 14 anos ou mais, independentemente de registro formal.	

	Número de empresas abertas em 2023	Governo Federal	Demonstra o grau de atratividade da região para novos negócios.	
Saúde	Mortalidade infantil	IBGE	Representa um indicador de saúde capaz de avaliar o desenvolvimento das regiões em termos de suas qualidades institucionais.	Gadelha & Costa (2012); Viana & Elias (2007). Acemoglu <i>et al.</i> , (2001)

Fonte: autores.

Tabela 2: Estatísticas descritivas univariadas da amostra.

Variáveis	Média	SD	Min.	Q1	Q2	Q3	Max.	NA
Dependentes								
Nº de unidades	18.00	52.50	0.00	2.00	5.00	13.00	574.00	
Nº de redes	10.60	14.80	0.00	2.00	5.00	13.00	80.00	
Economia								
PIB Municipal	43556.00	29648.00	9133.00	23585.00	34728.00	54556.00	184589.00	
Salário médio	2.28	0.42	1.70	2.00	2.20	2.50	4.50	
Inst. Financeiras	6.40	5.38	1.00	4.00	5.00	7.00	56.00	
Educação								
Instituições de ensino superior	1.20	4.40	0.00	0.00	0.00	1.00	53.00	
Taxa de escolaridade	96.80	2.22	81.90	96.20	97.20	98.10	99.80	
Negócios								
Empresas públicas	106.00	338.00	3.00	18.00	30.00	64.00	3981.00	
Empresas ativas	6451.00	20252.00	361.00	1270.00	2122.00	4217.00	244773.00	
Pessoas empregadas	14762.00	54608.00	92.00	2382.00	4200.00	8456.00	670431.00	
Desenv. Regional								
IDHM	0.70	0.04	0.54	0.68	0.70	0.72	0.80	
Densidade demográfica	66.00	300.00	1.00	4.00	9.00	21.00	3234.00	
População	55482.00	131861.00	10204.00	13848.00	23090.00	41354.00	1437237.00	
Saúde								
Mortalidade infantil	12.70	0.29	2.30	8.10	11.60	15.00	36.40	20

Fonte: autores.

Tabela 3: Modelos iniciais considerando variáveis de desenvolvimento regional.

Varáveis	M1			M2			M3			M4		
	β	sig.		β	sig.		B	sig.		B	sig.	
N. de unidades												
				12.5			-					
Constante	-392.90	0.000	***	8	0.000	***	3.82	0.000	***	-53.56	0.000	***
IDH	587.30	0.000	***							71.62	0.000	***
Densidade demográfica				0.08	0.000	***				-0.02	0.000	***
População							0.00	0.000	***	0.00	0.000	***
R² ajustado	17.40%			19.20%			94.60%			96.20%		
N. de redes												
Constante	-145.80	0.000	***	9.41	0.000	***	5.83	0.000	***	-80.87	0.000	***
IDH	223.80	0.000	***							125.0		
Densidade demográfica				0.02	0.000	***				8	0.000	***
População							0.00	0.000	***	0.00	0.190	
R² ajustado	32.10%			13.80%			59.30%			68.10%		

Fonte: autores

Tabela 4: Modelos iniciais considerando variáveis econômicas.

Variáveis	M1		M2		M3		M4	
	β	sig.	β	sig.	β	sig.	B	sig.
N. de unidades								
Constante	18.10	0.005 **	-		-			**
PIB Municipal	-9.81E-06	0.935	74.27	0.000 ***	41.53	0.000 ***	-47.20	0.000 *
Salário médio			40.42	0.000 ***			-1.16E-04	0.008 **
Instituições financeiras					9.24	0.000 ***	4.99	0.124
							9.14	0.000 *
R² ajustado	-0.46%		9.93%		89.60%		89.90%	
N. de redes								
Constante	9.26	0.000 ***	-9.04	0.094 .	-4.11	0.000 ***	-0.42	0.890
PIB Municipal	0.00	0.350					0.00	0.200
Salário médio			8.65	0.000 ***			-2.29	0.150
Instituições financeiras					2.30	0.000 ***	2.35	0.000 *
R² ajustado	-0.06%		5.53%		69.80%		69.90%	

Fonte: autores.

Tabela 5: Modelos iniciais considerando variáveis educacionais.

Variáveis	M1		M2		M3	
	β	sig.	β	sig.	β	sig.
N. de unidades						
Constante	3.69	0.000 ***	-7.42	0.960	-6.74	0.870
Instituições de Ensino superior	11.52	0.000 ***			11.52	0.000 ***
Taxa de escolaridade			0.26	0.870	0.11	0.800
R² ajustado	93.10%		-0.45%		93.10%	
N. de redes						
Constante	7.73	0.000 ***	-20.78	0.630	-20.64	0.500
Instituições de Ensino superior	2.40	0.000 ***			2.40	0.000 ***
Taxa de escolaridade			0.33	0.470	0.29	0.360
R² ajustado	50.50%		-0.22%		50.40%	

Fonte: autores.

Tabela 6: Modelos iniciais considerando variáveis empresariais.

Variáveis	M1		M2		M3		M4	
	β	sig.	β	sig.	β	sig.	β	sig.
N. de unidades								
Constante	1.62	0.041 *	1.24	0.077 .	3.74	0.000 ***	2.26	0.004 **
Abertura de empresas	0.15	0.000 ***					-0.01	0.631
Empresas ativas			0.00	0.000 ***			0.00	0.013 *
Pessoal empregado					0.00	0.000 ***	0.00	0.003 **
R² ajustado	95.50%		96.50%		96.40%		96.60%	
N. de redes								
Constante	7.27	0.000 ***	7.26	0.000 ***	7.90	0.000 ***	5.29	0.000 ***
Abertura de empresas	0.03	0.000 ***					0.02	0.327
Empresas ativas			0.00	0.000 ***			0.00	0.001 ***
Pessoal empregado					0.00	0.000 ***	-0.001	0.000 ***
R² ajustado	52.60%		51.10%		46.40%		60.00%	

Fonte: autores.

Tabela 7: Modelos finais com testagem de hipóteses.

Variáveis	M1		M2		M3		M4		M5		M6							
	B	sig.	β	sig.	β	sig.	β	sig.	B	sig.	β	sig.						
N. de unidades																		
Constante	-9.84	0.387	-13.55	0.000	***	-10.02	0.337	-12.63	0.000	***	-11.61	0.000	***	-10.86	0.000	***		
IDH (H1)	-5.55	0.740				-3.95	0.801											
População (H1)	0.00	0.022	*	0.00	0.022	*	0.00	0.011	*	0.00	0.011	*	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***
Inst. Financeiras (H2)	2.88	0.000	***	2.85	0.000	***	2.75	0.000	***	2.72	0.000	***	2.63	0.000	***	2.45	0.000	***
Inst. Ensino Superior(H3)	1.06	0.069	.	1.05	0.070	.	1.16	0.037	*	1.15	0.037	*	0.38	0.430		0.93	0.060	.
Empresas ativas (H4)	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***				-0.002	0.000	***
Pessoal empregado (H4)													0.00	0.000	***	0.00	0.000	***
Mortalidade infantil (H5)	0.03	0.751		0.03	0.715													
R² ajustado	98.10%		98.10%		98.10%		98.10%		98.10%		98.40%		98.50%					
N. de redes																		
Constante	-50.98	0.000	***	-6.19	0.000	***	-50.24	0.000	***	-7.13	0.000	***	-8.28	0.000	***	-8.52	0.000	***
IDH (H1)	66.92	0.000	***				65.16	0.000	***									
População (H1)	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***	0.00	0.000	***
Inst. Financeiras(H2)	1.96	0.000	***	2.41	0.000	***	1.94	0.000	***	2.39	0.000	***	2.55	0.000	***	2.60	0.000	***
Inst. Ensino Superior(H3)	1.31	0.009	**	1.39	0.009	**	1.36	0.005	**	1.43	0.005	**	1.78	0.000	***	1.61	0.001	***
Empresas ativas (H4)	-0.0016	0.000	***	-0.002	0.000	***	-0.002	0.000	***	-0.002	0.000	***				0.00	0.200	
Pessoal empregado (H4)													-0.001	0.000	***	-0.001	0.000	***
Taxa de mortalidade (H5)	-0.01	0.854		-0.05	0.444													
R² ajustado	82.20%		80.30%		82.20%		80.40%		83.40%		83.50%							

Legenda: ep: erro padrão.

Fonte: autores.

2.3. ARTIGO 3: REDES DE FRANQUIAS EM ARRANJOS POPULACIONAIS DO INTERIOR: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar o ambiente regional de atração de redes de franquias, identificando as dimensões que influenciam sua presença nos mercados locais. Este trabalho está inserido em estudos que investigam fatores de atração de redes de franquias em ambientes de arranjos populacionais formados por instituições satélites. Foi realizada uma pesquisa hipotético-dedutiva, exploratória, quantitativa, com a utilização de dados secundários extraídos de sítio eletrônico oficial e de órgão representativo de Redes de Franquias, utilizando 1 variável dependente e 8 variáveis independentes, em uma amostra de 39 arranjos formados por 307 cidades presentes no centro-oeste brasileiro. Foram desenvolvidas quatro hipóteses a fim de permitir testar a relação de presença de redes de franquias às dimensões de ambientes institucionais de segurança jurídica, infraestrutura, recursos humanos e políticas públicas. Foram realizadas análises multiníveis com a combinação das técnicas estatísticas de regressão linear. Os resultados indicam que as quatro dimensões utilizadas no estudo têm impacto significativo na atração de redes de franquias. O estudo contribui com a teoria institucional, oferecendo explicação quanto aos benefícios de determinadas dimensões institucionais na atração de redes de franquias, destacando o poder das instituições ao promover impacto econômico em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Ademais, contribui para pesquisadores interessados em estimular a atividade empreendedora em pequenas cidades que buscam seu desenvolvimento regional. A pesquisa oferece evidências teóricas e empíricas acerca da importância das instituições no ambiente regional de negócios estruturado por arranjos populacionais, bem como dialoga com estudos que investigam estratégias de expansão de redes de franquias para localidades distantes dos grandes centros urbanos e sujeitas às pressões de atores centrais.

Palavras-chave: Redes de Franquias; Ambiente Institucional; Desenvolvimento Regional; Arranjos Populacionais.

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre desenvolvimento regional, especialmente aqueles fundamentados no empreendedorismo, são relevantes na medida em que possibilitam a identificação de fatores favoráveis ao fortalecimento das economias locais. A compreensão e o estímulo a esses fatores tendem a promover o fortalecimento da economia, com geração de emprego e renda nas regiões analisadas. Nesse sentido, investigar os aspectos ambientais que influenciam a atração de novos negócios para regiões afastadas dos grandes centros urbanos contribui para o avanço do debate sobre desenvolvimento regional (Iwegbunam & Robinson, 2019; Medeiros, 2022; Santangelo, 2018).

Alinhados a essa perspectiva de desenvolvimento regional, os estudos sobre redes de franquias têm explorado os aspectos do ambiente regional sob a ótica da expansão dessas redes como uma alternativa de crescimento desse modelo de negócio. Esses trabalhos analisam a inserção territorial como parte da estratégia de expansão das redes de franquias, sobretudo diante da saturação dos grandes centros urbanos, que limita o crescimento orgânico e intensifica a competição interna entre unidades (Moita & Guerra, 2012; Melo *et al.*, 2020, 2023). Esse cenário tem impulsionado o direcionamento das redes para mercados menos explorados, especialmente em economias emergentes, onde regiões interioranas passam a ser percebidas como espaços estratégicos para a expansão de redes de franquias (DArruda *et al.*, 2025; Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2025).

Dessa forma, a investigação dos ambientes regionais de atração de redes de franquias, constitui um diferencial teórico ao oferecer subsídios tanto para empreendedores que buscam bases científicas para estratégias de expansão quanto para representantes políticos que buscam fundamentos para a propositura de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento regional.

Estudos recentes que se destinaram à compreensão de aspectos institucionais de atração de redes de franquias concluem que determinadas dimensões institucionais estão significativas e positivamente relacionadas à inserção de novas redes de franquias. Entretanto, estes estudos tendem a classificar o ambiente regional de forma homogênea, tratando-o como um ambiente único desde que englobe qualquer local de interior, geralmente definido apenas pela distância geográfica em relação à capital do Estado, ou pelos números populacionais, o que pode reduzir a capacidade explicativa sobre as especificidades regionais (Melo *et al.*, 2020, 2023; Rosa *et al.*, 2024). Como consequência, as análises acabam por desconsiderar a heterogeneidade institucional

existente entre regiões interioranas, limitando a compreensão sobre como distintos arranjos institucionais influenciam a atratividade de redes de franquias. Esse cenário evidencia uma lacuna teórica relevante, ao demandar abordagens que diferenciem os ambientes regionais e avancem na compreensão das especificidades institucionais associadas à expansão de redes de franquias.

Essa abordagem homogênea reduz a capacidade explicativa das análises, ao desconsiderar a heterogeneidade institucional existente entre as regiões interioranas, especialmente em mercados emergentes caracterizados por arranjos institucionais distintos e em constante transformação (Moirangthem & Nag, 2022; Zuo *et al.*, 2023). Estudos recentes destacam que diferentes combinações de fatores institucionais podem gerar efeitos distintos sobre o empreendedorismo e a atratividade empresarial, reforçando a inadequação de abordagens do tipo “tamanho único” para a compreensão dos ambientes regionais (Drago *et al.*, 2023; Sendra-Ponsa *et al.*, 2022).

A classificação única do ambiente regional ignora características específicas que influenciam a dinâmica econômica local e os atores presentes nesses territórios. Há regiões estruturadas a partir de nichos econômicos específicos, formadas pela exploração de determinados recursos naturais ou pela presença de instituições satélites que exercem influência central sobre a organização econômica e social local. Além disso, a introdução ou o fortalecimento de instituições públicas voltadas ao atendimento de demandas regionais pode transformá-las em referências institucionais, exercendo papel determinante na configuração do ambiente regional (D'Arruda *et al.*, 2025). Essas distintas configurações institucionais pressupõem condições variadas às quais as empresas estarão sujeitas ao se inserirem nesses ambientes.

Mesmo estudos recentes que buscam compreender os determinantes da atração de redes de franquias para regiões afastadas dos grandes centros urbanos ainda exploram de forma limitada as condições ambientais heterogêneas presentes no interior, bem como a influência de atores institucionais específicos ou de nichos econômicos regionais na inserção de novas empresas (Acquah *et al.*, 2023; Wu *et al.*, 2023; Melo *et al.*, 2025; Rosa *et al.*, 2024). Tal lacuna evidencia a necessidade de abordagens que diferenciem os ambientes regionais e avancem na compreensão das especificidades institucionais associadas à expansão das redes de franquias. Diante desse contexto, este estudo investiga dimensões institucionais em um cenário específico de regiões do interior que recebem influências de características regionais próprias. A proposta da pesquisa é avançar na lacuna teórica ao analisar dimensões específicas do ambiente regional, considerando as

condições particulares de regiões afastadas dos grandes centros populacionais (Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2020, 2023 Lanfranchi *et al.*, 2021). Além disso, busca-se avançar nessa lacuna teórica ao investigar dimensões institucionais em um cenário específico de regiões do interior organizadas em arranjos populacionais formados a partir da presença de instituições públicas de educação. Essas instituições foram escolhidas porque a literatura recente tem destacado o papel central das universidades e demais instituições educacionais na promoção do empreendedorismo, na formação de capital humano e no fortalecimento dos ecossistemas regionais de inovação, inclusive em regiões afastadas dos grandes centros urbanos (Brambilla & Sartori, 2025; Cunningham & Menter, 2020; Rocha *et al.*, 2022).

O objetivo geral do artigo consiste em investigar o ambiente regional de atração de redes de franquias formado por arranjos populacionais, com ênfase no papel das instituições públicas de educação, identificando as dimensões que influenciam a presença dessas redes.

Esta pesquisa adota uma abordagem hipotético-dedutivo, e utiliza a metodologia quantitativa para testar variáveis do ambiente institucional relacionadas a quatro dimensões institucionais: Segurança Jurídica, Recursos Humanos, Políticas Públicas e Infraestrutura. Essas variáveis são testadas quanto à sua significância na atração de redes de franquias em ambientes com características interioranas, considerando a relevância do capital humano e das instituições educacionais nos ecossistemas regionais (Melo *et al.*, 2025; Schimchak *et al.*, 2023).

Esta pesquisa contribui para o avanço teórico da teoria institucional ao reforçar o entendimento de que as instituições exercem papel central no crescimento econômico regional, ao mesmo tempo em que identifica variáveis institucionais significativas presentes em ambientes formados por arranjos populacionais (Acemoglu *et al.*, 2001; Acquah *et al.*, 2023; Sendra-Ponsa *et al.*, 2022; Zuo *et al.*, 2023). Ao evidenciar que esses ambientes institucionais são influenciados por pressões ambientais decorrentes da atuação de instituições satélites que dão origem a tais arranjos, o estudo amplia a compreensão sobre como diferentes configurações institucionais afetam a atratividade regional e a inserção de novas empresas. Ademais, a pesquisa oferece contribuições tanto para estudos voltados às políticas públicas de desenvolvimento regional, ao fornecer subsídios para a formatação de ambientes mais adequados à atração de novos negócios, quanto para investigações sobre estratégias de expansão de redes de franquias em regiões afastadas dos grandes centros urbanos (D'Arruda *et al.*, 2025; Melo *et al.*, 2025). Esta

pesquisa se justifica no contexto da globalização ao buscar identificar dimensões institucionais capazes de contribuir para o desenvolvimento de cidades organizadas em arranjos populacionais, considerando não apenas a proximidade geográfica, mas também a existência de vínculos hierárquicos entre localidades, inclusive aquelas geograficamente isoladas. Ademais, o estudo se fundamenta na convergência entre as abordagens sobre a expansão de redes de franquias e aquelas voltadas à análise dos fatores positivos dos ambientes regionais, uma vez que a compreensão das dimensões institucionais que favorecem a atração do empreendedorismo entre cidades pode simultaneamente impulsionar a expansão das redes de franquias e o desenvolvimento regional. O artigo está estruturado da seguinte forma: introdução, referencial teórico, hipóteses, metodologia, análise dos resultados e considerações finais.

2. BASE TEÓRICA

2.1 Redes de Franquias e Desenvolvimento Regional

As redes de franquias podem ser compreendidas como uma forma de acordo legal entre empresas, no qual o franqueador concede ao franqueado o direito de uso de ativos intangíveis, como a marca, bem como o acesso a materiais, conhecimentos e serviços por ele comercializados. Nessa configuração, o franqueado compromete-se ao pagamento de contrapartidas financeiras, tais como royalties, em decorrência da cessão desses direitos. Essa compreensão alinha-se às definições clássicas de Rubin (1978) e Norton (1988), que caracterizam as redes de franquias como acordos legais baseados na transferência de direitos de uso mediante remuneração, sendo posteriormente reforçada por estudos que analisam franquias sob a ótica organizacional e institucional (Combs *et al.*, 2004; Lafontaine & Blair, 2009).

Esse modelo de negócio permite que empresas franqueadas tenham mais rapidez na adaptação dos negócios em novos locais, pois utilizam da expertise das franqueadoras e no reconhecimento da marca, seja de produto ou de serviço (Lee *et al.*, 2015; Madanoglu *et al.*, 2018). Outra característica desse modelo é o fato de que quanto mais franqueados, maiores os ganhos de escala (Gigliotti *et al.*, 2024). Por essa razão, diversos estudos direcionam-se à compreensão dos fatores que influenciam a expansão das redes, como evidenciado nos trabalhos pioneiros de Shane (1996) e em análises mais recentes sobre crescimento e desempenho de franquias (Dant *et al.*, 2011).

Diversos autores têm investigado a expansão de redes de franquias, e como a estratégia utilizada impactar o seu sucesso (Melo *et al.*, 2019; 2020; 2023; 2025; Rosa *et al.*, 2024; Shane, 1996). Nesse sentido, algumas estratégias de expansão têm como ação inicial a avaliação do ambiente de expansão, que é uma ação estratégica relevante, pois permite avaliar o ambiente da região (Boudreaux & Nikolaev, 2019; DArruda *et al.*, 2025).

A busca por novos locais para a expansão de redes de franquias tem se intensificado em razão da saturação dos grandes centros urbanos (Melo *et al.*, 2020) de modo que explorar regiões afastadas dos grandes centros urbanos tornou-se uma alternativa para empreendedores. Além disso, a presença de novas empresas nessas regiões possibilita o desenvolvimento regional a partir do crescimento econômico que essas novas empresas induzem (Muller, 2016).

A convergência de interesse entre os temas redes de franquias e desenvolvimento regional originou uma série de estudos que tiveram como fundamento teórico as teorias institucionais (DArruda *et al.*, 2025; Melo *et al.*, 2025; Rosa *et al.*, 2024). Isso ocorre porque essa teoria fundamenta a influência das instituições sobre as empresas que atuam em determinada região (Boudreaux & Nikolaev, 2019; DArruda *et al.*, 2025).

Portanto, um dos aspectos que podem influenciar na estratégia de expansão das redes de franquias é a análise do ambiente institucional da região para a qual se pretende expandir o negócio. Essa análise pode ser realizada a partir de fundamentos da teoria institucional de North (1991), que permite avaliar o ambiente das regiões a partir do funcionamento das instituições, as quais são responsáveis por determinar as regras dos ambientes.

2.2. Ambiente Institucional

A teoria institucional compreende as instituições como mecanismos capazes de estruturar e regular os sistemas de regras que orientam o funcionamento da sociedade (Acemoglu *et al.*, 2001; North, 1982). Nessa perspectiva, as instituições atuam como instrumentos capazes de moldar a estrutura de regras de uma sociedade, entendimento que se fundamenta nos conceitos desenvolvidos por North (1982) e aprofundados por Acemoglu *et al.*, (2001). Desse modo, o ambiente institucional exerce influência sobre a conduta dos indivíduos e das organizações a partir das instituições presentes em determinado contexto, uma vez que estas são definidas como criações humanas destinadas a estruturar as relações políticas, econômicas e sociais, estabelecendo as

chamadas “regras do jogo” (Boudreaux & Nikolaev, 2019; North, 1990; Zuo *et al.*, 2023). Portanto, análises prévias do ambiente institucional podem ser realizadas por empreendedores com o objetivo de traçar estratégias de expansão de seus negócios em direção a ambientes mais favoráveis. Em determinadas abordagens, os ambientes institucionais são avaliados a partir da distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, especialmente no contexto de estratégias de expansão de negócios. Nessa perspectiva, pressupõe-se que ambientes de países desenvolvidos ofereçam condições mais favoráveis ao empreendedorismo, em função da presença de instituições regulatórias mais consolidadas e de níveis superiores de infraestrutura, considerados fatores relevantes para a atividade empreendedora (Saad *et al.*, 2022). Uma das maiores diferenciações feitas entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos é que em ambientes institucionais de países subdesenvolvidos existem maiores graus de incertezas, Tal cenário decorre, em grande medida, das limitações dos governos e das administrações regionais em exercer plenamente o papel de estruturadores institucionais, especialmente no que diz respeito à provisão de serviços públicos essenciais, como infraestrutura, sistemas de justiça, gestão administrativa e políticas sociais voltadas ao apoio à atividade empreendedora (Wei, 2022).

Observa-se um interesse crescente na investigação de ambientes institucionais situados fora dos grandes centros urbanos, com o objetivo de identificar novos territórios para a expansão de negócios. Nesse contexto, ampliam-se os estudos voltados ao empreendedorismo que buscam identificar ambientes institucionais regionais capazes de oferecer oportunidades para a inserção de novos empreendimentos (Darruda *et al.*, 2025; Melo *et al.*, 2020, 2023; Rosa *et al.*, 2024; Zuo *et al.*, 2023). Esses estudos concentram-se na identificação de aspectos do ambiente institucional que favorecem a adoção do modelo de negócios de redes de franquias, possibilitando o reconhecimento de oportunidades de expansão em determinadas regiões. Nesse sentido, a análise de dimensões ou fatores relevantes que expressem a influência das instituições nos ambientes regionais contribui para a identificação de oportunidades para os empreendedores.

Assim, esta pesquisa explora essa lógica teórica e selecionou quatro dimensões (infraestrutura, segurança jurídica, recursos humanos e políticas públicas) para serem testadas dentro de um ambiente institucional regional e, assim, identificou quais dimensões estão relacionadas com a presença de redes de franquias. Ou seja, serão identificadas dimensões ambientais que, quando significativas, sugerem um ambiente de

oportunidade para empreendedores de redes de franquias. A análise realizada neste trabalho adota essa lógica teórica ao considerar quatro dimensões do ambiente institucional regional: infraestrutura, segurança jurídica, recursos humanos e políticas públicas. Essas dimensões são investigadas com o objetivo de verificar sua relação com a presença de redes de franquias. A identificação das dimensões que se mostram significativas permite reconhecer condições que indicam ambientes favoráveis à geração de oportunidades para empreendedores de redes de franquias.

Ao avaliar o ambiente institucional, as teorias institucionais ainda contribuem com uma abordagem sociológica de pressões institucionais em atores presentes em ambientes comuns. Essas pressões institucionais são responsáveis por moldar as organizações presentes nesses mesmos ambientes, tornando-as semelhantes, fenômeno que recebe o nome de isomorfismo (DiMaggio & Powell, 1983). O conceito de isomorfismo emergiu na busca pela compreensão da competitividade a partir de semelhanças entre as organizações e introduz a visão de que as organizações se tornam semelhantes quando presentes em um mesmo ambiente em que recebem as mesmas pressões.

O ambiente institucional analisado neste estudo corresponde a arranjos caracterizados pela presença de uma instituição satélite, configurando um contexto de isomorfismo institucional marcado por pressões institucionais. Fundamentada nos pressupostos da teoria institucional, especialmente do novo institucionalismo (Acemoglu, 2001; DiMaggio & Powell, 1993; North, 1990), a análise busca identificar dimensões ambientais que exerçam influência positiva sobre a inserção de redes de franquias em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Ao considerar elementos externos às organizações como determinantes do processo de expansão, o estudo contribui para o avanço da literatura ao ampliar a compreensão dos ambientes regionais para além de critérios tradicionais, como distância territorial ou tamanho populacional, incorporando a influência das condições institucionais específicas desses contextos.

3. HIPÓTESES

As hipóteses são testadas a fim de avaliar a significância de determinadas variáveis na atração de redes de franquias em ambientes regionais. As dimensões institucionais consideradas foram selecionadas com base em evidências da literatura, por apresentarem relevância em estudos sobre ambientes institucionais de atração de negócios ou por estarem associadas ao crescimento econômico regional. (Acemoglu *et. al.*, 2001; Acquah *et. al.*, 2023; Melo *et. al.*, 2023; Rosa *et. al.*, 2024).

3.1. Dimensão Jurídica

A segurança jurídica é um indicador de desenvolvimento de países e regiões, na medida em que consegue complementar evidências de crescimento econômico desses locais ao mitigar possíveis desigualdades sociais (Fraga & Ávila, 2025). Ambientes de países em desenvolvimento tendem a possuir maiores índices de insegurança jurídica que países desenvolvidos uma vez que, em países desenvolvidos, os cidadãos têm maior confiança em suas instituições como instrumento de justiça social. Portanto, existe maior confiança nos negócios realizados, seja entre empreendedores parceiros ou entre empreendedor e consumidor final. Essa relação de confiança traduz-se em impacto econômico, pois a insegurança no ambiente institucional jurídico impacta em maiores custos nos negócios a fim de evitar discussões judiciais (Pinheiro, 2005).

A dimensão jurídica é particularmente relevante para as redes de franquias, uma vez que as relações de negócio entre franqueador e franqueado são formalizadas por meio de contratos firmados entre esses dois atores, sendo essa a principal ferramenta de negócio (Rubin, 1978). Portanto, ambientes caracterizados por maior segurança jurídica e, conseqüentemente, por níveis mais elevados de confiança nas instituições responsáveis pela garantia da execução dos contratos, tendem a oferecer maior segurança aos atores envolvidos nas transações econômicas. Nessas condições, torna-se mais provável que os agentes priorizem a exploração de ambientes com melhores indicadores de segurança jurídica, como forma de reduzir riscos e custos associados às suas atividades (Melo *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2023). Para análise desta dimensão, foram selecionadas duas variáveis: média de tempo da cautelar de violência doméstica e tempo médio entre o início do processo e a primeira baixa. Diante do exposto, foi elaborada a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Quanto maiores os indicadores de segurança jurídica de determinado município, maior a atração das redes de franquias nesse município.

3.2. Dimensão de Infraestrutura

A infraestrutura das regiões pode auxiliar nos negócios regionais na medida em que contribui para mobilidade regional eficiente, contribuindo para o interesse de empreendedores em inserir seus negócios nas cidades (Elieber *et al.*, 2025; Lima, 2006),

bem como para a geração de efeitos multiplicadores regionais associados ao aumento da produtividade e do bem-estar econômico local (Medeiros, 2022; Rodríguez-Pose, 2013).

A infraestrutura a nível nacional está positivamente ligada à atividade empreendedora, o que justifica o aprofundamento da análise dessa dimensão em contextos regionais, considerando seu papel como elemento de atração de novos negócios (Audretsch, 2014). Assim, a infraestrutura regional é considerada como uma dimensão do ambiente institucional capaz de influenciar as decisões dos empreendedores, uma vez que um planejamento adequado tende a reduzir custos operacionais, como aqueles associados à logística dos negócios, além de favorecer a disseminação de capital de conhecimento e o desenvolvimento regional de longo prazo (Medeiros, 2014; 2017; Zhou *et al.*, 2021).

Para análise desta dimensão foram selecionadas duas variáveis: esgotamento sanitário e urbanização de vias públicas. Com base no exposto, foi elaborada a seguinte hipótese:

H2: Quanto maiores os indicadores de infraestrutura de determinado município, maior a atração das redes de franquias nesse município.

3.3. Dimensão de Recursos Humanos

A dimensão de ambiente institucional de recursos humanos, em um ambiente regional, influencia o crescimento econômico das regiões (Huggins & Thompson, 2019), na medida em que o capital humano constitui um dos pilares dos ecossistemas empreendedores e do desenvolvimento regional sustentável (Isenberg, 2010; Stam & Van de Ven, 2021). Investigar o ambiente de atração de redes de franquias a partir da perspectiva de índices que representem a dimensão de recursos humanos pode representar vantagens tanto para o desenvolvimento regional quanto para empresas que buscam novos locais para empreender, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, nos quais a disponibilidade de mão de obra qualificada tende a ser mais restrita (Galvão *et al.*, 2018; Melo *et al.*, 2025).

A literatura sobre redes de franquias tem atribuído relevância crescente à dimensão dos recursos humanos, seja pela busca de vantagens competitivas decorrentes do relacionamento entre franqueador e franqueado (Nurul *et al.*, 2025), pela redução de custos associados à inserção regional (Chung *et al.*, 2007), ou ainda pela associação entre a presença de redes de franquias e indicadores positivos de qualificação da força de

trabalho em cidades com determinados perfis populacionais. Essas evidências sugerem que, ao definirem estratégias de expansão, as empresas tendem a considerar regiões com maior disponibilidade de mão de obra qualificada como ambientes mais favoráveis à identificação de oportunidades empreendedoras. Em consonância com essa interpretação, estudos apontam que localidades com baixos níveis de qualificação profissional tendem a apresentar menor atratividade para investimentos empresariais (Stal & Cuervo-Cazurra, 2011). Ademais, abordagens mais recentes atribuem aos recursos humanos um papel central no desenvolvimento regional, ao reconhecê-los como determinantes diretos desse processo, deslocando o foco de uma visão indireta para uma responsabilização mais explícita da qualificação humana no desempenho regional (Obschonka *et al.*, 2013; Huggins & Thompson, 2019).

Essa perspectiva é reforçada por estudos sobre ecossistemas empreendedores que destacam a qualificação da força de trabalho como fator essencial para a atração e sustentação de novos negócios, inclusive no modelo de franquias (Boudreaux & Nikolaev, 2019; Leendertse *et al.*, 2022; Melo *et al.*, 2025). Para representar esta dimensão ambiental institucional foram utilizadas as variáveis número de pessoas ocupadas e o número de empresas presentes nas cidades que compõe os arranjos. A partir do exposto, foi desenvolvida a seguinte hipótese:

H3: Quanto maiores os indicadores de recursos humanos de um determinado município, maior a atração das redes de franquias para esse município.

3.4. Dimensão de Políticas Públicas

Cada vez mais os governos têm se preocupado com políticas que visem oportunidades empreendedoras. Desse modo, esse tema tem recebido atenção tanto de pesquisadores de políticas públicas quanto de profissionais interessados nessas oportunidades empreendedoras (Stam & Van de Ven, 2021; Wei, 2022).

Porém, modelos de negócios, como redes de franquias, apresentam especificações que suscitam dúvidas quanto a efetiva influência de políticas na oportunidade empreendedora, uma vez que esses modelos de negócios já são abertos com o suporte inicial de ensino para os colaboradores e até mesmo para os franqueados (Mainardes, 2019). Assim, investigar qual o impacto das políticas na atração de redes de franquias pode ser determinante para a inserção de novas redes de franquias nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos (Melo *et al.*, 2020, 2025).

Este trabalho adota a perspectiva de que ambientes caracterizados por indicadores positivos de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo sinalizam a existência de oportunidades para novos negócios, ao mesmo tempo em que avalia o impacto dessa dimensão em modelos de negócio específicos, como as redes de franquias. Para operacionalizar os efeitos das políticas públicas, utilizam-se os índices de mortalidade infantil e de miséria dos municípios que compõem os arranjos populacionais. Diante do exposto, foi elaborada a seguinte hipótese:

H4: Quanto maiores os indicadores de política de determinado município, maior a atração das redes de franquias.

4. METODOLOGIA

A variável dependente está representada pelo número de unidades de franquias e pelo número de marcas de redes de franquias presentes nas cidades contempladas na amostra, uma vez que essa variável consegue transmitir a tendência de atração dessa região para redes de franquias (Bitti et. al., 2023; Melo *et al.*, 2020). O número de marcas de redes de franquias e o número de unidades de redes de franquias foram abordados separadamente, de modo a explorar cada variável dependente, objetivando, assim, obter inferências quanto aos fatores positivos ou negativos e às suas significâncias nas relações analisadas.

Como variáveis independentes foram utilizados os indicadores oriundos de instituições que representam as dimensões ambientais institucionais referentes às hipóteses formuladas (jurídica, de infraestrutura, de recursos humanos e de políticas públicas).

Tabela 1: Variáveis independentes.

Dimensão	Variável	Autores
Ambiente Institucional Jurídico	Média de tempo da cautelar de violência doméstica.	Cristina <i>et al.</i> , (2021);
	Tempo médio entre o início do processo e a primeira baixa.	Muller (2016); Hines (2016); Robles (2017).

Ambiente Institucional de Infraestrutura	Urbanização de vias públicas. Esgotamento sanitário.	Utama, <i>et al.</i> , (2024); Sendra-Pons, <i>et al.</i> , (2022); Henderson (2002); Melo et al. (2023)
Ambiente Institucional de Recursos Humanos	Número de empresas presentes. Pessoal Ocupado	Rosa, C., et. al., 2024; Wei Chen <i>et. al.</i> , (2019); Zhuang e Sol, (2023); Cunningham e Menter (2020); Roy e Mukherjee (2017); Secundo <i>et al.</i> , (2015); Huang et al. (2023)
Ambiente Institucional de Políticas Públicas	Mortalidade infantil Taxa de Miséria	Gadelha e Costa (2012); Viana e Elias (2007). Acemoglu <i>et al.</i> , (2001); Sela; Sela; Franzini, (2006, p. 5);

Fonte: Desenvolvido pelo autor.

4.1. Amostra

Este trabalho utiliza como amostra municípios inseridos em arranjos populacionais estruturados em torno de instituições de ensino superior, entendidos como ambientes que conectam indivíduos a essas instituições e promovem impactos regionais por meio da disseminação do conhecimento científico, da qualificação da mão de obra e do fortalecimento das competências técnicas dos profissionais locais. Dessa forma, serão investigados os arranjos formados pelos institutos federais de educação técnica e tecnológica do centro-oeste brasileiro, com a finalidade de representar uma condição ambiental Isomórfica Institucional (Dimaggio & Powel 1983) gerada a partir da influência dessa instituição nas demais instituições presentes nesse campo organizacional,

Os Institutos Federais de Educação possuem como uma de suas funções sociais a de levar educação profissional e tecnológica para regiões afastadas dos grandes centros

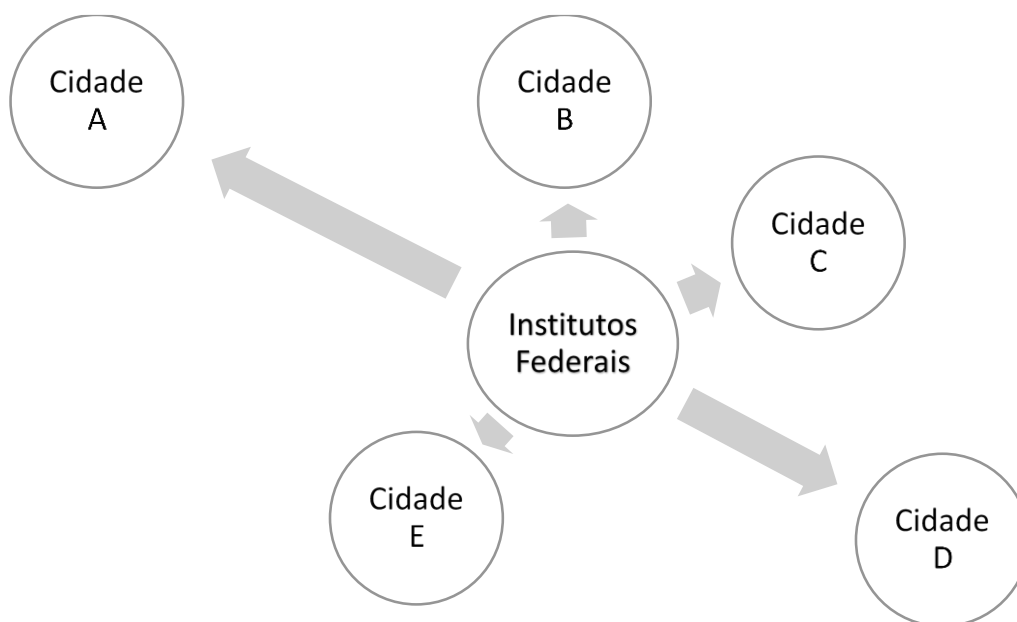
urbanos, gerando mão de obra qualificada para essas regiões (Lei 11.892/2008). Essas instituições, em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), reconhecem que suas ações ultrapassam os limites territoriais municipais em que estão inseridas, atingindo os municípios limítrofes.

A existência de um arranjo regional influenciado por um ator central, neste caso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, faz com que os demais atores, situados em cidades limítrofes, estejam sujeitos às influências desse agente. Sob a perspectiva da teoria institucional, esse arranjo configura um ambiente marcado por condições institucionais compartilhadas.

No centro-oeste brasileiro estão presentes 42 *campi* do Instituto Federal de Educação, assim, fazem parte deste trabalho 39 arranjos populacionais educacionais, pois alguns *campi* estão presentes em mesmas cidades. A composição dos *campi* no centro-oeste é de 20 unidades em Mato Grosso, 10 unidades em Mato Grosso do Sul e 12 unidades em Goiás (MEC, 2025).

O estudo de arranjos populacionais serve de base para atividades relacionadas, por exemplo, à gestão pública do território e contribui decisivamente para a criação de centros hierárquicos superiores nas redes urbanas, na medida em que as sedes dessas instituições são polos de tomada de decisão que impactam o território que recebe os serviços como um todo. Como exemplo, os Institutos Federais de Educação exercem um papel social importante a partir de exploração dessa metodologia de arranjos populacionais, onde é responsável por suprir necessidades de qualificações em mais de uma cidade a partir de um polo regional. Conseqüentemente, as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos são hierarquicamente influenciadoras das decisões nessas regiões.

Figura 1: Arranjo Populacional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A imagem acima retrata a influência que os Institutos Federais de Educação proporcionam a diversas cidades em seus entornos.

4.2. Procedimento Analíticos

As análises foram conduzidas no *software* R, versão mais recente disponível, utilizando o ambiente integrado RStudio, amplamente empregado em pesquisas quantitativas por sua flexibilidade e capacidade de integração entre pacotes estatísticos e gráficos (R Core Team, 2023). Foram utilizadas as bibliotecas *geobr* (Pereira et al., 2020), *sf* (Pebesma, 2018), *dplyr* (Wickham et al., 2023) e *ggplot2* (Wickham, 2016) para o tratamento, manipulação e visualização de dados espaciais e socioeconômicos.

Os modelos foram estimados por meio de regressão linear por mínimos quadrados ordinários (OLS) e de modelos lineares mistos (LME), implementados pela função `glmer()` do pacote *lme4*. A regressão OLS permite estimar a relação média entre variáveis dependentes e independentes assumindo homogeneidade dos efeitos entre unidades (Wooldridge, 2010), enquanto os modelos mistos incorporam efeitos fixos e aleatórios, possibilitando capturar variações não observadas entre grupos hierárquicos ou espaciais (Gelman & Hill, 2007). Foram considerados tanto modelos com distribuição gaussiana quanto poisson, conforme a natureza da variável dependente.

A robustez dos resultados foi avaliada por meio de análises de sensibilidade e pela comparação de modelos aninhados ($\Delta\chi^2$) e utilizando indicadores de ajuste como os critérios de informação de Akaike (AIC) e Bayesiano (BIC) e Log da Verossimilhança (LL). Tais medidas permitiram avaliar o equilíbrio entre qualidade de ajuste e parcimônia, reforçando a consistência empírica dos modelos selecionados (Burnham & Anderson, 2002).

5. RESULTADOS

5.1. Descrição da Amostra

As estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 1 evidenciam elevada heterogeneidade entre os municípios analisados. O número de redes possui média relativamente baixa, mas ampla variação, indicando forte concentração em poucos casos (Média = 9.38; DP = 15.90; CV = 169.51). O tempo de cautelar mostra duração média curta, porém com alta dispersão, o que sugere diferenças expressivas na celeridade dessas decisões (Média = 1.40; DP = 1.57; CV = 112.14). O tempo total de processo revela elevada média, sinalizando morosidade generalizada no trâmite judicial (Média = 640.00; DP = 248.00; CV = 38.75).

No campo das condições urbanas, tanto a urbanização de vias públicas quanto o esgotamento sanitário exibem níveis médios reduzidos e grande desigualdade entre municípios (Médias = 9.79 e 23.80; CVs = 122.57 e 89.50). As variáveis econômicas, número de empresas e pessoal ocupado, apresentam distribuição altamente concentrada, refletindo a predominância de poucos centros econômicos de maior porte (CVs = 371.85 e 414.34). Por fim, os indicadores sociais mostram disparidades relevantes: a mortalidade infantil, embora moderada em média, exibe forte variação (CV = 60.24), enquanto a taxa de miséria apresenta a maior dispersão da amostra, apontando severas desigualdades regionais (CV = 613.42).

Tabela 2: Estatísticas descritivas univariadas.

Variáveis	Média	DP	CV(%)	Min.	Mediana	Máx.
-----------	-------	----	-------	------	---------	------

Nro. de Redes	9.38	15.90	169.51	0.00	2.00	80.00
Tempo de Cautelar	1.40	1.57	112.14	0.00	1.00	11.00
Tempo de Processo	640.00	248.00	38.75	44.00	592.00	1778.00
Urbanização de Vias Públicas	9.79	12.00	122.57	0.00	5.40	89.50
Esgotamento Sanitário	23.80	21.30	89.50	0.20	18.80	87.30
				141.0		
Nro. de Empresas	8458.00	31451.00	371.85	0	1645.00	285123.00
				181.0		
Pessoal Ocupado	20441.00	84696.00	414.34	0	3284.00	779881.00
Mortalidade Infantil	16.60	10.00	60.24	2.43	14.10	73.20
Taxa de Miséria	0.75	4.57	613.42	0.10	0.37	63.90

Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando o número de redes como variável dependente, os resultados da Tabela de correlação revelam associações estatisticamente significativas e coerentes com padrões esperados de desenvolvimento urbano e econômico. As correlações mais fortes ocorrem com o número de empresas ($r = .719^{***}$) e com o pessoal ocupado ($r = .688^{***}$), ambas significativas ao nível de $< .001$, o que evidencia que municípios com maior atividade produtiva tendem a apresentar mais redes. Também se observam relações positivas relevantes com indicadores de infraestrutura urbana: urbanização de vias públicas ($r = .504^{***}$) e esgotamento sanitário ($r = .448^{***}$), ambas significativas a $< .001$, indicando que melhores condições urbanas estão associadas à maior densidade de redes.

Por outro lado, as correlações com indicadores sociais são negativas e também estatisticamente significativas: mortalidade infantil ($r = -.206^{**}$) e, em menor magnitude e sem significância estatística, a taxa de miséria ($r = -.056$). Esses resultados sugerem que contextos mais vulneráveis tendem a apresentar menor presença de redes. Entre as variáveis independentes, destaca-se a correlação extremamente elevada entre número de empresas e pessoal ocupado ($r = .994^{***}$), significativa ao nível de $< .001$, apontando potencial colinearidade. Outras associações moderadas, mas significativas, reforçam a coerência estrutural dos dados, como entre urbanização de vias e esgotamento sanitário ($r = .388^{***}$), e entre indicadores econômicos e urbanos (r variando de $.357^{***}$ a $.420^{***}$), refletindo a interdependência entre infraestrutura e dinamismo econômico nos municípios analisados.

Tabela 3: Matriz de correlações.

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
(1) Nro. de Redes	1	.006	-.046	.504***	.448***	.719***	.688***	-.206**	-.056
(2) Tempo de Cautelar	.006	1	-.145*	-.059	.04	-.018	-.026	.062	-.018
(3) Tempo de Processo	-.046	-.145*	1	-.067	-.162**	-.023	-.017	-.132*	-.053
(4) Urbanização de Vias Públicas	.504***	-.059	-.067	1	.388***	.418***	.42***	-.179**	-.069
(5) Esgotamento Sanitário	.448***	.04	-.162**	.388***	1	.362***	.357***	-.159*	-.024
(6) Nro. de Empresas	.719***	-.018	-.023	.418***	.362***	1	.994***	-.093	-.026
(7) Pessoal Ocupado	.688***	-.026	-.017	.42***	.357***	.994***	1	-.085	-.025
(8) Mortalidade Infantil	-.206**	.062	-.132*	-.179**	-.159*	-.093	-.085	1	.128
(9) Taxa de Miséria	-.056	-.018	-.053	-.069	-.024	-.026	-.025	.128	1

Legenda: '***' 0.001; '**' 0.01; '*' 0.05; '.' 0.1

Fonte: elaborado pelo autor.

5.2. Escolha do Modelo

A inclusão de componentes de efeitos aleatórios para região satélite (i.e., arranjo populacional) e unidades da federação (i.e., estados) representa uma estratégia metodológica adequada para capturar variações não observadas associadas à localização geográfica dos municípios, controlando simultaneamente diferenças sistemáticas entre essas localidades (Gelman & Hill, 2007; Snijders & Bosker, 2012). Essa abordagem é particularmente vantajosa em análises espaciais e socioeconômicas, pois reconhece que os municípios pertencentes à mesma região ou ao mesmo estado compartilham características institucionais, estruturais e históricas que influenciam a presença de redes de franquias, mas que não são diretamente mensuradas (Goldstein, 2011; Raudenbush & Bryk, 2002). Dessa forma, o modelo hierárquico (GLME) aumenta a precisão das estimativas dos coeficientes fixos ao reduzir a heterogeneidade residual entre grupos, resultando em inferências mais robustas e generalizáveis (Hox *et al.*, 2017).

A comparação formal entre os modelos Poisson e Gaussiano confirma a superioridade do segundo, com diferenças expressivas nos indicadores de ajuste ($\Delta AIC = 394$; $\Delta BIC = 391$; $\log Lik = -854$ para o modelo Gaussiano e -1052 para o Poisson; $\Delta \chi^2 = 397$; $p < .001$), indicando que o GLME com família Gaussiana é estatisticamente mais adequado para os dados analisados. Além disso, a análise das estatísticas de ajuste apresentadas na Tabela 4 reforça que o modelo mais completo — Modelo (5) — apresenta o melhor desempenho entre as especificações testadas, com os menores valores de AIC (2,126) e BIC (2,164) e o maior logaritmo de verossimilhança ($LL = -1,052$), sinalizando o ganho de explicação proporcionado pela inclusão de todas as variáveis independentes.

Essa melhora nos critérios de informação confirma que os indicadores de segurança jurídica, infraestrutura, recursos humanos e condições políticas contribuem de forma significativa para explicar a variação no número de redes de franquias. A consistência e significância estatística de variáveis-chave, como Tempo de Processo ($\beta = -0.001$; $p < .001$), Urbanização de Vias Públicas ($\beta = 0.035$; $p < .001$) e Mortalidade Infantil ($\beta = -0.034$; $p < .001$), ilustram empiricamente a adequação do modelo final. Portanto, a escolha do GLME com família gaussiana e a adoção do Modelo (5) como configuração definitiva se justificam tanto por critérios estatísticos quanto pela coerência teórica e robustez empírica dos resultados obtidos.

Tabela 4: Escolha do modelo empírico.

	Variável Dependente:		
	Nro. de Redes		
	MQO (1)	GLME Gaussiana (2)	LME Poisson (3)
Tempo de Cautelar (H1)	-0.167 (0.419)	0.056** (0.026)	0.059 (0.409)
Tempo de Processo (H1)	-0.002 (0.003)	-0.001*** (0.0001)	-0.003 (0.003)
Urbanização de Vias Públicas (H2)	0.261*** (0.058)	0.035*** (0.003)	0.256*** (0.056)
Esgotamento Sanitário (H2)	0.124*** (0.036)	0.030*** (0.002)	0.157*** (0.036)
Nro. de Empresas (H3)	0.002*** (0.0002)	0.0002*** (0.00001)	0.002*** (0.0002)
Pessoal Ocupado (H3)	-0.0005*** (0.0001)	-0.0001*** (0.00000)	-0.0005*** (0.0001)
Mortalidade Infantil (H4)	-0.144** (0.073)	-0.034*** (0.004)	-0.121* (0.070)
Taxa de Miséria (H4)	-0.079 (0.228)	-0.001 (0.013)	0.013 (0.222)
Intercepto	4.740* (2.790)	2.250*** (0.305)	3.990 (3.280)
Número de Observações	234	234	234

Legenda: '***' 0.001; '**' 0.01; '*' 0.05; '.' 0.1

Fonte: elaborado pelo autor.

5.3. Análise das hipóteses

H1. Segurança jurídica e atração de franquias.

A primeira hipótese propõe que níveis mais elevados de segurança jurídica aumentam a atração de redes de franquias nos municípios do interior do Brasil que compõem arranjo populacional. Os resultados oferecem evidências mistas. O **Tempo de Cautelar**, embora positivo no modelo final (Modelo 5: $\beta = 0.056$; p-valor < .01), representa maior morosidade e, portanto, insegurança jurídica quando seus valores são

mais altos. Nesse sentido, a direção do coeficiente é contrária ao esperado, levando à rejeição parcial desse componente da hipótese. Por outro lado, o **Tempo de Processo** apresenta efeito negativo e altamente significativo em todos os modelos (e.g., Modelo 1: $\beta = -0.002$; Modelo 5: $\beta = -0.001$; p-valor $< .001$), indicando que quanto maior a duração processual, menor a presença de franquias — resultado alinhado à proposição teórica. Essa consistência e significância elevada sugerem que a morosidade judicial desestimula a expansão das redes. Assim, H1 é **parcialmente confirmada**, sendo rejeitada pelo efeito do tempo de cautelar, mas confirmada pela influência negativa e robusta do tempo de processo.

H2. Infraestrutura e atração de franquias.

A segunda hipótese estabelece que melhores condições de infraestrutura aumentam a presença de redes de franquias. Os resultados sustentam fortemente essa relação em todas as especificações. A **Urbanização de Vias Públicas** apresenta coeficientes positivos e altamente significativos (Modelo 1: $\beta = 0.042$; Modelo 3: $\beta = 0.053$; Modelo 5: $\beta = 0.035$; p-valor $< .001$), demonstrando que municípios com melhor infraestrutura viária tendem a atrair mais redes de franquias. Da mesma forma, o **Esgotamento Sanitário** mostra efeito positivo consistente (Modelo 1: $\beta = 0.031$; Modelo 3: $\beta = 0.047$; Modelo 5: $\beta = 0.030$; p-valor $< .001$), evidenciando que condições de saneamento adequadas são importantes para a consolidação de um ambiente urbano atrativo. A estabilidade dos coeficientes e dos níveis de significância ao longo dos modelos confirma a robustez desses resultados. Portanto, há forte suporte empírico que suporte a **confirmação** da H2, validando a relevância da infraestrutura urbana como fator determinante na expansão das franquias.

H3. Recursos humanos e atração de franquias.

A terceira hipótese argumenta que maiores indicadores de recursos humanos aumentam a atração de redes de franquias. No entanto, os resultados revelam uma dinâmica mais complexa entre as variáveis. O **Número de Empresas** apresenta relação positiva e altamente significativa (Modelo 1: $\beta = 0.0003$; Modelo 5: $\beta = 0.0002$; p-valor $< .001$), o que indica que localidades com maior densidade empresarial possuem ecossistemas mais favoráveis à instalação de franquias, refletindo maior dinamismo econômico e redes de apoio comercial. Em contraste, o **Pessoal Ocupado** exibe coeficiente negativo em todas as especificações (Modelo 1: $\beta = -0.0001$; Modelo 5: $\beta = -$

0.0001; p-valor < .001). Esse resultado sugere que, embora a hipótese previsse um efeito positivo, a variável atua de forma reversa: níveis mais altos de emprego formal podem representar mercados já maduros ou custos operacionais elevados, reduzindo o incentivo à entrada de novas franquias. Assim, H3 é **confirmada**, destacando que a estrutura empresarial local impulsiona a atração de franquias, enquanto um maior volume de pessoal ocupado representa um efeito de competição por recursos.

H4. Política social e atração de franquias.

A quarta hipótese propõe que melhores indicadores políticos e sociais aumentam a atratividade das redes de franquias. Contudo, ambos os indicadores — **Mortalidade Infantil** e **Taxa de Miséria** — representam condições adversas que reduzem a atratividade dos municípios. A **Mortalidade Infantil** apresenta relação negativa e altamente significativa em todos os modelos (Modelo 1: $\beta = -0.034$; Modelo 2: $\beta = -0.055$; Modelo 5: $\beta = -0.034$; p-valor < .001), evidenciando que municípios com piores condições de saúde infantil tendem a ser menos atraentes para as redes. De forma semelhante, embora a **Taxa de Miséria** não alcance significância estatística no modelo final ($\beta = -0.001$; p-valor > .1), ela mostra sinal negativo em modelos intermediários (e.g., Modelo 3: $\beta = -0.031$; p-valor < .05), reforçando uma potencial coerência teórica. Assim, ambas as variáveis funcionam como indicadores negativos, e seus sinais são compatíveis com H4. Consequentemente, há **suporte parcial** para a hipótese, com evidências mais consistentes para o papel da mortalidade infantil como variável explicativa relevante.

Tabela 5: Modelos empíricos para teste das hipóteses e análise de sensibilidade.

	Variável Dependente:				
	Nro. de Redes				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Tempo de Cautelar (H1)		0.081*** (0.027)	-0.019 (0.027)	0.065*** (0.024)	0.056** (0.026)
Tempo de Processo (H1)		-0.002*** (0.0001)	0.001*** (0.0002)	-0.0003** (0.0001)	-0.001*** (0.0001)
Urbanização de Vias Públicas (H2)	0.042*** (0.003)		0.053*** (0.004)	0.047*** (0.003)	0.035*** (0.003)
Esgotamento Sanitário (H2)	0.031*** (0.002)		0.047*** (0.002)	0.032*** (0.002)	0.030*** (0.002)
Nro. de Empresas (H3)	0.0003*** (0.00001)	0.0002*** (0.00001)		0.0003*** (0.00001)	0.0002*** (0.00001)
Pessoal Ocupado (H3)	- 0.0001*** (0.00000)	- 0.0001*** (0.00000)		- 0.0001*** (0.00000)	- 0.0001*** (0.00000)
Mortalidade Infantil (H4)	-0.034*** (0.004)	-0.055*** (0.004)	- 0.039*** (0.005)		-0.034*** (0.004)
Taxa de Miséria (H4)	0.015 (0.012)	-0.013 (0.013)	-0.031* (0.017)		-0.001 (0.013)
Intercepto	1.560*** (0.266)	4.010*** (0.253)	2.440*** (0.250)	1.010*** (0.282)	2.250*** (0.305)
Número de Observações	235	234	234	292	234
Log Verossimilhança (LL)	-1073	-1243	-1437	-1322	-1052
Crit. de Infor.: Akaike (AIC)	2165	2503	2892	2662	2126
Crit. de Infor.: Bayesiano (BIC)	2196	2534	2923	2695	2164

Legenda: '***' 0.001; '**' 0.01; '*' 0.05; '.' 0.1

Fonte: elaborado pelo autor.

Distribuição Geográfica das Franquias

Os resultados relativos ao número de franquias por arranjo populacional e por estado revelam uma concentração espacial significativa em Goiás, que apresenta o maior número médio de redes por município ($\mu = 10.91$), seguido por Mato Grosso ($\mu = 9.72$) e

Mato Grosso do Sul ($\mu = 6.84$). No contexto goiano, destaca-se o arranjo populacional Goiânia/Goiânia Oeste, com expressiva presença de franquias nos municípios de Goiânia ($N = 79$), Aparecida de Goiânia ($N = 79$) e Senador Canedo ($N = 79$), refletindo a forte integração econômica da região metropolitana. Em Mato Grosso, o arranjo Cuiabá/Várzea Grande também demonstra elevado dinamismo, com Cuiabá ($N = 76$) figurando entre os principais polos de franquias. Já em Mato Grosso do Sul, o protagonismo cabe a Campo Grande ($N = 80$), o município com o maior número absoluto de redes, seguido por Dourados ($N = 62$). A análise dos efeitos aleatórios (α_i) indica valores mais elevados para Lucas do Rio Verde/Sorriso ($\alpha = 1.07$), Itumbiara ($\alpha = 0.88$) e Corumbá ($\alpha = 0.78$), sugerindo que esses arranjos apresentam maior propensão à presença de franquias, mesmo após o controle por fatores observáveis.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo identificou evidências de que determinadas dimensões do ambiente institucional estão associadas à presença de redes de franquias em arranjos populacionais estruturados a partir de instituições de ensino. Os resultados estatísticos reforçam as correntes teóricas que destacam o papel das instituições no desenvolvimento regional (Acemoglu, 2012; Acquah *et al.*, 2023; North, 1990), ao mesmo tempo em que convergem com estudos que analisam a influência institucional na localização de empresas em regiões afastadas dos grandes centros urbanos (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025; D'Arruda *et al.*, 2025; Melo *et al.*, 2020; 2025; Rosa *et al.*, 2024). Ademais, os achados contribuem para a literatura ao indicar que certas dimensões ambientais configuram ambientes de oportunidade (Melo *et al.*, 2023; Stam & Van de Ven, 2021), tanto para empreendedores de redes de franquias quanto para pesquisadores interessados em aprofundar essa relação.

Os resultados estatísticos ofereceram algumas considerações específicas para cada hipótese. O resultado estatístico da hipótese H1 (ambiente jurídico) indicam que a segurança jurídica está associada à atração de redes de franquias para regiões afastadas dos grandes centros urbanos, onde fragilidades institucionais tendem a exigir maior protagonismo de políticas públicas e apoio governamental (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025), o que pode estar relacionado à redução de custos operacionais (Acemoglu *et al.*, 2005; Baumol *et al.*, 2007; Pinheiro, 2005), ao favorecer maior previsibilidade e melhor planejamento das estratégias de expansão dos negócios. Os resultados estatísticos da hipótese H2 indicam que a presença de indicadores positivos de infraestrutura

institucional está associada à atração de redes de franquias, em consonância com a literatura que destaca a relevância da infraestrutura para a atividade empreendedora (Lima, 2006; Medeiros, 2014; 2017). De forma semelhante, os resultados relativos à hipótese H3 confirmam que indicadores favoráveis da dimensão de recursos humanos do ambiente institucional contribuem para a atração de redes de franquias, ao se associarem tanto ao crescimento econômico regional (Huggins & Thompson, 2019) quanto à disponibilidade de mão de obra qualificada, elemento central para o interesse de novas empresas na localidade. Esses resultados convergem com estudos que destacam o papel do capital humano e da qualificação profissional como determinantes da atratividade regional para negócios estruturados, como as franquias (Faller & Almeida, 2014; Isenberg, 2010; Melo *et al.*, 2025). Por fim, o resultado estatístico da hipótese H4 também confirma a atração de redes de franquias quando presentes indicadores positivos da dimensão de políticas públicas, convergindo com estudos que destacam o papel das políticas públicas na criação de condições favoráveis às oportunidades empreendedoras (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025; Baumol *et al.*, 2007; Stam & Van de Ven, 2021; Wei, 2022;).

Em suma, a partir dos resultados estatísticos, é possível confirmar a relação de presença de redes de franquias com as dimensões de segurança jurídica, infraestrutura, recursos humanos e políticas públicas em arranjos populacionais formados por instituição de ensino. Essa relação reforça os pressupostos da teoria institucional (Acemoglu *et al.*, 2005; North, 1990), ao evidenciar a influência das instituições na estruturação e regulamentação dos ambientes regionais, além de caracterizar um contexto marcado por dimensões positivas em um ambiente específico de pressões institucionais, conforme descrito por DiMaggio e Powell (1983).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo é investigar o ambiente regional de atração de redes de franquias, identificando as dimensões que influenciam sua presença nos mercados locais. Para isso foram identificadas dimensões ambientais que impactam na atração de redes de franquias em arranjos populacionais, a partir da análise de variáveis ambientais que se relacionam com a presença de redes de franquias. , Quatro hipóteses foram desenvolvidas relacionando quatro dimensões do ambiente institucional (Jurídica, infraestrutura recursos humanos, e políticas públicas) com a presença de redes de franquias, em consonância com estudos que analisam a influência institucional na localização e

expansão de empresas em regiões afastadas dos grandes centros urbanos (Melo *et al.*, 2020; 2023;2025; Rosa *et al.*, 2024).

Os resultados estatísticos confirmaram as quatro hipóteses, sendo duas de forma integral e duas de forma parcial. As hipóteses ligadas às dimensões de ambiente de infraestrutura e de recursos humanos foram confirmadas de forma integral, enquanto as hipóteses ligadas às dimensões jurídica e de políticas públicas foram confirmadas parcialmente, com uma das variáveis utilizadas nos testes. Portanto, é possível concluir que em ambientes regionais de arranjos populacionais formados por instituições satélites, quando presentes dimensões do ambiente institucional positivas de infraestrutura, de recursos humanos, jurídicas e de políticas sociais, existe atração para redes de franquias.

A principal contribuição teórica deste estudo é a identificação de dimensões do ambiente institucional significativas para atração de redes de franquias em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Desse modo, há um avanço nos estudos que investigam estratégias de expansão de redes de franquias (DArruda *et al.*, 2025; Melo *et al.*, 2023; 2025; Rosa *et al.*, 2024, Peng 2023, Lanfranchi *et al.*, 2021), por meio da identificação de diferentes dimensões e variáveis ambientais significativas para atração de redes de franquias em uma amostra de arranjos populacionais que considera o ambiente de pressão em que essas dimensões estão presentes.

Há ainda uma contribuição teórica com estudos que envolvem desenvolvimento regional e redes de franquias e que utilizam o crescimento econômico das regiões a partir da inserção de novas empresas para demonstrar o seu desenvolvimento, pois identifica dimensões com relação positiva à presença de empreendimentos (DArruda *et al.*, 2025; Dubois, 2016; Melo *et al.*, 2025; Roundy, 2018).

O estudo ainda contribui de forma teórica com conceitos da teoria institucional de Acemoglu *et al.*, (2012), bem como com a abordagem histórica-institucional desenvolvida por Acemoglu, Johnson e Robinson (2005), pois reforça o poder das instituições como elemento de crescimento econômico regional a partir da identificação de dimensões significativas e positivamente relacionadas à presença de redes de franquias. Por fim, o estudo ainda utiliza dos conceitos de isomorfismo de DiMaggio e Powell (1985) para delimitar o local que as dimensões significativas do estudo estão presentes dentro de uma condição do ambiente regional, ou seja, a amostra do estudo representa a formação de arranjo populacional determinada por instituição formal e essa formação origina a condição ambiental específica da região. Assim, o estudo utiliza os

conceitos da teoria institucional e amplia o seu alcance para o modelo de negócio de redes de franquias dentro de regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Portanto, este artigo apresenta originalidade ao contribuir com três temas concomitantemente: redes de franquias e estratégias de expansão de redes, teorias institucionais e desenvolvimento regional.

Os resultados ainda contribuem de forma gerencial tanto para gestores públicos na administração de seus entes, quanto para proprietários das redes de franquias no planejamento de estratégias de expansão de seus negócios.

Como limitação deste estudo, pode-se citar quanto a formação dos arranjos populacionais que por vezes estão compostas por cidades que não estão fortemente ligadas a esse arranjo populacional.

Como estudos futuros sugere-se estudos utilizando outras dimensões presentes nas regiões, com outras variáveis e utilizando arranjos populacionais formados por outras instituições que representem a ligação entre cidades. Com isso, torna-se possível ampliar o conhecimento nos estudos sobre desenvolvimento regional ao considerar a presença de novas empresas nas regiões, bem como aprofundar as pesquisas que utilizam a teoria institucional para avaliar os ambientes regionais nos quais as empresas pretendem se expandir.

REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., Johnson, S. & Robinson, J. (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *The American Economic Review*. Vol. 91, No. 5, pp. 1369-1401.
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2005). The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change, and Economic Growth. *American Economic Review*, 95 (3): 546-579.
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2012). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *American Economic Review*, 102(6), 3077-3110.
- Acquah, E., Carbonari, L., Farcomeni, A. & Trovato, G. (2023). Institutions and economic development: new measurements and evidence. *Empirical Economics*, v. 65, p. 1693–1728.
- Arbelo-Pérez, S., Ruiz-Rosa, I. & Gutiérrez-Taño, D. (2025) The impact of institutional factors on entrepreneurial activity: a comparative analysis between peripheral and

- central regions. *J Glob Entrepr Res* 15, 30.
- Baumol, W. J., Litan, R. E., & Schramm, C. J. (2007). *Good capitalism, bad capitalism, and the economics of growth and prosperity*. New Haven: Yale University Press.
- Bitti, E. J. S., Magnani, V. M., & Mendonça, P. S. M. (2023). Governança de redes de franquias em mercados emergentes: um estudo da presença de franquias multi-unidades em redes brasileiras. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 20(3), 1867-1898 . doi:10.4013/base.2023.203.02
- Boudreaux, C. J., & Nikolaev, B. (2019). Capital is not enough: opportunity entrepreneurship and formal institutions. *Small Business Economics*, 53(3), 709-738.
- Brambilla, M. A., & Sartori, R. (2025). The impact of the entrepreneurial ecosystem on innovation: A spatial approach for Brazilian municipalities. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 60(130), e39300. <https://doi.org/10.18055/Finis39300>
- Burnham, K. P., & Anderson, D. R. (2002). *Model selection and multimodel inference: A practical information-theoretic approach* (2nd ed.). Springer.
- Chen, W., Tajeddini, K., Ratten, V. & Tabari, S. (2019), Educational immigrants: evidence from Chinese young entrepreneurs in the UK, *Journal of Enterprising Communities: People and Places in the Global Economy*, Vol. 13 No. 1/2, pp. 196-215.
- Combs, J. G., Ketchen, D. J., Shook, C. L., & Short, J. C. (2004). Antecedents and consequences of franchising: Past accomplishments and future challenges. *Journal of Management*, 30(6), 907–931.
- Creswell, J. (2010) *Projeto de Pesquisa. Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. 3 ed. Editora Penso.
- Cristina, B.; Oana, M., & Cristina, A. (2021). The concept of regional development - current specifications at institutional level. *Euromentor Journal*; Vol. 12, Ed. 3.
- Cunningham, J. & Menter, M. (2020). Transformative change in higher education: entrepreneurial universities and high-technology entrepreneurship. *Industry and Innovation*. Vol 28(3), pp. 1-22.
- Dant, R. P., Grünhagen, M., & Windsperger, J. (2011). Franchising research frontiers for the twenty-first century. *Journal of Retailing*, 87(3), 253–268.
- DArruda, A. C., Melo, P. L. de R., Coelho, D. B., & Arruda, M. C. S. de. (2025). Franchise chains and regional development: an institutional analysis of Brazilian central-west. *Internext*, 20(02). <https://doi.org/10.18568/internext.v20i02.814>

- DiMaggio, P. & Powell, W. (1983) The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48.
- Drago, C., Marošević, K., & Paragano, D. (2023). Bibliometric analysis of literature on regional development and the center–periphery model in Europe. *Pravni Vjesnik*, 39(2), 93–117.
- Dubois, A. (2016). “Transnationalising entrepreneurship in a peripheral region—the translocal embeddedness paradigm”, *Journal of Rural Studies*, Vol. 46 No. 1, pp. 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2016.05.003>
- Dvouletý, O. (2024). From unemployment to self-employment: what does it mean for an individual's satisfaction and economic self-sufficiency?. *Journal of Entrepreneurship and Public Policy*, Vol. 13 No. 1, pp. 58-73.
- Faller, L. P., & Almeida, M. I. R. de. (2014). Planejamento por cenários: Preparando pequenas empresas do varejo de móveis planejados para um futuro competitivo. *Revista de Administração*, 1(49), 171–187.
- Farias, A. (2018). O ensino do empreendedorismo na educação básica representa um novo paradigma?. *Revista Foco*. 11. 35. 10.28950/1981-223x_revistafocoadm/2018.v11i3.577.
- Flores, V., Armando, C. & Ramírez, M. (2020) The factors that determine franchising intensity: An analysis in an emerging economy. *Thunderbird International Business Review*, Volume 62, pp. 647 – 659.
- Fonseca, F., Beltrão, R., & Prado, O. (2013). Avaliando a capacidade de governo: reflexões sobre a experiência do Prêmio “Municípios que Fazem Render Mais” (2010 e 2011). *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 1, p. 249–272.
- Fraga, L. A., & Ávila, C. F. D. (2025). Análise de políticas públicas, desenvolvimento regional e estudos empíricos em direito: o tribunal de justiça do estado de Goiás em perspectiva. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 23(7), e10659. <https://doi.org/10.55905/oelv23n7-071>
- Gadelha, C., & Costa L. (2012). Saúde e desenvolvimento no Brasil: avanços e desafios. *Rev Saúde Pública*; Vol. 46 (Supl):13-20.
- Galvão, A., Ferreira, J. J. M., & Marques, C. S. (2018). Entrepreneurship education and training as facilitators of regional development: A systematic literature review. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 25(1), 17–40.
- Gelman, A., & Hill, J. (2007). *Data analysis using regression and multilevel/hierarchical*

models. Cambridge University Press.

- Gigliotti, B., Oliveira Junior, M. & Fariaês, A. (2024) Impacto da Escolha do Mecanismo de Transferência de Conhecimento no Desempenho das Franquias Brasileiras. *Revista Capital Científico* - Volume 22 - n.2. Abr/Jun. DOI: [hht://www.doi.org/10.5935/2177-4153.20240010](http://www.doi.org/10.5935/2177-4153.20240010)
- Goldstein, H. (2011). *Multilevel statistical models* (4th ed.). Wiley.
- Hair, J.; Wolfinbarger, M.; Money, A.; Samouel, P. & Page, M. (2015). *Essentials of Business Research Methods*. 4th edn, New York: Routledge.
- Hair, J.; Black ,W.; Babin, B. & Anderson, R. (2018). *Multivariate Data Analysis*. 8th edn. Hampshire: Cengage Learning.
- Henderson, J. (2002). Building the rural economy with high-growth entrepreneurs. *Economic Review*, vol. 87 No. 3, pp. 45-70.
- Hines, T. (2016). BusinessDecision: Demographic and expenditure data for small business owners. *Journal of Business and Finance Librarianship*, vol. 21 No. 2.
- Hox, J. J., Moerbeek, M., & van de Schoot, R. (2017). *Multilevel analysis: Techniques and applications* (3rd ed.). Routledge.
- Huang, G., Ye, F., & Li, Y. (2023). Corporate social responsibility and bank credit loans: Exploring the moderating effect of the institutional environment in China. *Asia Pac J Manag* 40, 707–742
- Huggins, R., & Thompson, P. (2019). Human agency, entrepreneurship and regional development: a behavioural perspective on economic evolution and innovative transformation. *Entrepreneurship and Regional Development*, 32(7–8), 573–589. <https://doi.org/10.1080/08985626.2019.1687758>
- Instituto Brasileiro de Geografica e Estatística – IBGE (2019), Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html.
- Isenberg, D. J. (2010). How to start an entrepreneurial revolution. *Harvard Business Review*, 88(6), 40–50.
- Iwegbunam, Í. A., & Robinson, Z. (2019). Economic Growth Models And Government Expenditure In South Africa: A Disaggregated Impact Analysis. *International Journal of Economics and Finance Studies*, 11(1), 33-48. <https://doi.org/10.34109/ijefs.201911103>
- Lafontaine, F., & Blair, R. D. (2009). The evolution of franchising and franchise contracts. *Journal of Retailing*, 85(1), 42–55.

- Lanfranchi, A., Melo, P.L.D.R., Borini, F.M. & Telles, R. (2021) Institutional environment and internationalization of franchise chains: a regional and global analysis, *International Journal of Emerging Markets*, Vol. 16 No. 4, pp. 726-744.
- Leendertse, J., Schrijvers, M., & Stam, E. (2022). Measure twice, cut once: Entrepreneurial ecosystem metrics. *Research Policy*, 51(9), 104336.
- Li, Y., Wang, Z., Lin, Z., & Gao, Y. (2025). Revisiting regional governance and regional development: Measurements, linkages and coupling effect. *World Development*, 185, 106816.
- Lima, A. (2006) A teoria do desenvolvimento regional e o papel do estado. *Análise Econômica*, v.24, n.45, p.65-90, 2006.
- Elieber, M.,; Kamimura, Q. & Dos Santos, A. (2025) Constelações de oportunidades: astroturismo e o desenvolvimento regional no brasil. *Latin American Journal of Business Management*, [S. 1.], v. 16, n. 1. DOI: 10.69609/2178-4833.2025.v16.n1.a807.
- Madanoglu, M., & Castrogiovanni, G. J. (2018). Franchising proportion and network failure. *Small Business Economics*, 50(4), 697–715.
- Medeiros, E. (2014). Territorial cohesion in Portugal and Spain. *European Planning Studies*, 22(5), 1–20.
- Medeiros, E. (2017) O. European territorial cooperation and regional development. *Regional Studies*, 51(2), 1–14.
- Medeiros, E. (2022). Strategic-based regional development: Towards a theory of everything for regional development? *European Journal of Spatial Development*, 19(5), 1–26.
- Melo, P., Borini, F, Oliveira JR, M. & Parente, R. (2015). International analysis of the countries where Brazilian franchise chains operate. *Revista de Administração*, 50(1), 26-39.
- Melo, P. L. R., Borini, F. M., & Ogasavara, M. H. (2019). Latin America franchise chains internationalization: The impact of institutional environment. *Thunderbird International Business Review*, 61(2), 217–228. doi:10.1002/tie.
- Melo, P., Delgado, R., Corrêa, V., & Borini, F. (2020), Regional development and institutional environment: regional expansion of franchise chains in Brazil, *Mackenzie Business Review*, Vol. 21 No. 5, pp. 1-30.
- Melo, P., Borini, F., Isaac, V., & Correa, V. (2023). Regional development and the

- institutional environment for franchise chains: frontiers of small and medium-sized cities. *Competitiveness Review*, Vol. 33 No. 2, pp. 419-440.
- Melo P., Borini F., dos Santos-Costa L., Isaac V. & Correa V. (2025), "Entrepreneurial ecosystems in small towns: franchise chain expansion". *Journal of Research in Marketing and Entrepreneurship*, Vol. 27 No. 1 pp. 39–60, doi: <https://doi.org/10.1108/JRME-08-2023-0139>
- Meyer, K. (2001). Institutions, transaction costs, and entry mode choice in Eastern Europe. *Journal of international business studies*, 32(2), 357-367.
- Meyer, K., Estrin, S., Bhaumik, S., & Peng, M. (2009). Institutions, resources, and entry strategies in emerging economies. *Strategic management journal*, v. 30, n. 1, p. 61-80.
- Moirangthem, N. S., & Nag, B. (2022). Measuring regional competitiveness on the basis of entrepreneurship, technological readiness and quality of institutions. *Competitiveness Review*, 32(1), 103–121
- Moita, R. M. S., & Guerra, A. (2012). Entradas e bandeiras: estratégia de interiorização das cadeias de fast-food. *Revista de Administração de Empresas*, 52, 85-99.
- Muller, S. (2016). A progress review of entrepreneurship and regional development: What are the remaining gaps? *European Planning Studies*, 24(6), 1133-1158.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press.
- North, D. (1991). Institutions. *The Journal of Economic Perspective*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.
- Norton, S. (1988). An empirical look at franchising as an organizational form. *Journal of Business*, 61(2), 197–218.
- Obschonka, M., Silbereisen, R. K., Schmitt-Rodermund, E., Gosling, S. D., & Potter, J. (2013). Entrepreneurial regions: Do macro-psychological cultural characteristics of regions help solve the “knowledge paradox” of economics? *PLoS ONE*, 8(4), e59893.
- Pebesma, E. (2018). Simple Features for R: Standardized Support for Spatial Vector Data. *The R Journal*, 10(1), 439–446.
- Pereira, R. H. M. et al. (2020). geobr: Download Official Spatial Data Sets of Brazil. *The R Journal*, 12(1), 1–13.
- Pinheiro, A. C.. (2005) *Segurança Jurídica, Crescimento e Exportações*. Texto para Discussão nº 1125. IPEA. Rio de Janeiro: Outubro 2005.

- Raudenbush, S. W., & Bryk, A. S. (2002). *Hierarchical linear models: Applications and data analysis methods* (2nd ed.). Sage Publications.
- Rocha, A. K. L., Salati Marcondes de Moraes, G. H., & Fischer, B. (2022). The role of university environment in promoting entrepreneurial behavior: Evidence from heterogeneous regions in Brazil. *Innovation & Management Review*, 19(1), 39–61.
- Rodríguez-Pose, A. (2013). Do institutions matter for regional development? *Regional Studies*, 47(7), 1034–1047.
- Robles, F. (2017). Institutional quality and agglomeration of fast food multinationals in Latin American cities. *Management Research*, Vol. 15 No. 3, pp. 251-267.
- Saad, R.; Melo, P.; Isaac, V. & Carlini, A. (2022) Internacionalização de redes de franquias brasileiras e o ambiente institucional: a expansão da chilli beans para o Kuwait, *Internext*, v.17, n. 2, p. 194-224.
- Roy, A., & Mukherjee, K. (2017). Entrepreneurial Education in India. *International Journal of Advanced Engineering and Management*, 2 (1), pp.15 - 20.
- Rosa, C., Melo, P. L. R., & Garcia, D. B. (2024). Ambiente institucional e o desenvolvimento das redes de franquias na região norte do Brasil. *Gestão & Regionalidade*, v. 40, e20248428.
- Roundy, P. (2018), "Paying attention to the customer: consumer forces in small town entrepreneurial ecosystems", *Journal of Research in Marketing and Entrepreneurship*, Vol. 20 No. 2, pp. 323-340. <https://doi.org/10.1108/JRME-11-2017-0054>
- RStudio Team (2020) 'RStudio: Integrated Development for R'. Boston, Massachusetts. Available at: <http://www.rstudio.com/>.
- Rubin, P. (1978). The Theory of the Firm and the Structure of the Franchise Contract. *Journal of Law and Economics*. 21. 223-33.
- Santangelo, G. D. (2018). Entrepreneurship and regional development: A literature review on the role of entrepreneurship for regional growth and development. *Journal of Economic Surveys*, 32(1), 4–22.
- Schimchak, G., Peres, B., & Crescitelli, E. (2023). Ecossistemas de empreendedorismo regional: fatores críticos de sucesso. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas*, 8(2), 134–155.
- Secundo, G., Vecchio, P., & Passiante, G., (2015). Creating innovative entrepreneurial mindsets as a lever for knowledge-based regional development. *Int. J. Knowledge-Based Development*, Vol. 6, No. 4, pp.276–298.

- Sela, V. M.; Sela, F. E. R. & Franzini, D. Q. (2006) Ensino do empreendedorismo na educação básica, voltado para o desenvolvimento econômico e social sustentável: um estudo sobre a metodologia "pedagogia empreendedora" de Fernando Dolabela. In: *Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Administração [Enanpad]*, 30., 2006. Salvador, Anais... Salvador.
- Sendra-Pons, P., Comeig, I., & Mas-Tur, A. (2022). Institutional factors affecting entrepreneurship: A QCA analysis. *European Research on Management and Business Economics*. Volume 28, Issue 3.
- Shane, S. (1996). "Why franchise companies expand overseas". *Journal of Business Venturing*, 11(2), 73–88.
- Snijders, T. A. B., & Bosker, R. J. (2012). *Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling* (2nd ed.). Sage Publications.
- Stal, E., & Cuervo-Cazurra, A. (2011). The investment development path and FDI. *Journal of International Business Studies*, 42(1), 88–110.
- Stam, E., & Van de Ven, A. (2021). Entrepreneurial ecosystem elements. *Small Business Economics*, 56(2), 809–832.
- Utama, S., Yusfiarto, R., Pertiwi, R., & Khoirunnisa, A. (2024). Intentional model of MSMEs growth: a tripod-based view and evidence from Indonesia. *Journal of Asia Business Studies*. Volume 18, Issue 1, Pages 62 - 8418.
- Viana, A. & Elias, P. (2007). Saúde e desenvolvimento. *Cienc Saude Coletiva*, Vol. 12, (Supl):1765-77.
- Wei, Y, (2022) Regional governments and opportunity entrepreneurship in underdeveloped institutional environments: An entrepreneurial ecosystem perspective, *Research Policy*, Volume 51, Issue 1, 104380, ISSN 0048-7333, <https://doi.org/10.1016/j.respol.2021.104380>.
- Whetten, D. A. (1989). What constitutes a theoretical contribution?. *Academy of management review*, 14(4), 490-495.
- Wickham, H. (2016) *Elegant graphics for data analysis*. Springer International Publishing.
- Wickham, H., François, R., Henry, L., & Müller, K. (2023). *A grammar of data manipulation*. R package version 1.1.4.
- Wooldridge, J. (2012) *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 20th edn. Mason: South-Western College Publishing.
- Wu, X., Tan, X. & Wang, X. (2023) The institutional logics perspective in management and organizational studies, *Journal of Business Research*, Volume 167.

- Zhuang, J., & Sol, H. (2023). Impact of institutional environment on entrepreneurial intention: The moderating role of entrepreneurship education, *The International Journal of Management Education*, Volume 21, Issue 3, 100863.
- Zuo, H., Li, W., & Alam, S. S. (2023). Relationship between diversification, institutional environment and growth: A study of agricultural companies in China. *Sustainability*, 15(7), 6216.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo insere-se na literatura que investiga as estratégias de expansão de redes de franquias a partir da compreensão dos ambientes regionais, buscando responder, com base teórico-empírica, ao problema da atração dessas redes para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Essa problemática tem ganhado relevância recente diante da necessidade de compreender como fatores institucionais e contextuais moldam decisões estratégicas de expansão organizacional (Flores *et al.*, 2020; Melo *et al.*, 2020; Peng *et al.*, 2023; Sendra-Ponsá *et al.*, 2022). Nesse sentido, o objetivo central consistiu em investigar quais dimensões institucionais, sob diferentes condições ambientais, impactam a inserção de redes de franquias no interior.

. Os resultados obtidos permitiram avançar nos estudos sobre redes de franquias, especialmente no campo das estratégias de expansão, ao ampliar o conhecimento acerca de elementos ambientais relevantes na relação entre redes franqueadas e novos mercados regionais. Estudos recentes têm apontado que decisões de expansão não são determinadas apenas por fatores econômicos tradicionais, mas também por pressões institucionais, normas sociais e estruturas regulatórias específicas dos territórios (Manville *et al.*, 2024; Moirangthem, 2022; Wu *et al.*, 2023; Zuo *et al.*, 2023). Nesse contexto, os achados reforçam a relevância de uma abordagem institucional para compreender a atratividade regional.

A investigação foi estruturada a partir de três estudos complementares. O primeiro, de natureza teórica, evidenciou que parte significativa da literatura trata o interior como um ambiente homogêneo, geralmente caracterizado pelo distanciamento dos grandes centros urbanos ou por menor densidade populacional (Melo *et al.*, 2020; Medeiros *et al.*, 2022; Rosa *et al.*, 2024). Com base na teoria institucional, argumenta-se que tais regiões apresentam heterogeneidades relevantes decorrentes de diferentes combinações de pressões coercitivas, normativas e cognitivas (Beckert, 2010; Greenwood *et al.*, 2002; Suddaby, 2010). Além disso, regiões interioranas diferenciam-se entre si em função de aspectos culturais, históricos e institucionais, frequentemente influenciadas por instituições satélites, menor intensidade competitiva e pela formação de nichos econômicos específicos (Acquah *et al.*, 2023; Arbelo-Pérez *et al.*, 2025; Bălăceanu *et al.*, 2021). A partir dessa reflexão, propôs-se uma alternativa de classificação dos ambientes regionais baseada em diferentes tipos de pressões institucionais e competitivas, capazes de moldar o comportamento estratégico dos atores organizacionais locais (Rahim

et al., 2025; Schimchak, 2023). Os dois estudos empíricos subsequentes foram desenvolvidos a partir dessa proposição teórica e analisaram diferentes dimensões institucionais em contextos regionais distintos, ainda que localizados em um mesmo conjunto de unidades federativas. Um dos contextos analisados caracterizou-se pela forte presença do agronegócio, setor reconhecido por sua relevância econômica e institucional no cenário nacional e internacional, enquanto o outro apresentou um arranjo populacional marcado pela influência predominante de uma instituição formal de educação. Essa distinção permitiu avaliar como diferentes configurações institucionais afetam a atratividade para redes de franquias.

Os resultados empíricos indicam que determinadas dimensões institucionais, quando associadas a indicadores positivos, aumentam a probabilidade de inserção de redes de franquias nessas localidades. Esse achado é consistente com estudos que destacam a importância da previsibilidade institucional, da legitimidade local e da redução das incertezas ambientais para decisões de investimento e expansão organizacional (Peng *et al.*, 2023; Wu *et al.*, 2023; Zuo *et al.*, 2023). Ademais, sugere-se que ambientes institucionais favoráveis tendem a reduzir custos de entrada e a aumentar as chances de relações organizacionais duradouras.

Do ponto de vista teórico, a aplicação da teoria institucional, originalmente desenvolvida no campo da economia, ao estudo das redes de franquias representa uma contribuição relevante para a área de administração, alinhada à ampliação do escopo de aplicação das teorias defendida por Whetten (1989). Os achados corroboram o argumento de Acemoglu e Robinson (2001) acerca do papel central das instituições no desenvolvimento econômico, ao evidenciar que a presença de redes de franquias está associada a configurações institucionais específicas expressas por determinadas dimensões ambientais. Além disso, o estudo introduz um elemento analítico ainda pouco explorado na literatura sobre expansão de redes de franquias: as pressões ambientais presentes em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Ao incorporar a noção de pressões isomórficas ao debate, evidencia-se que a atratividade regional resulta da interação entre dimensões institucionais e o tipo de ambiente de pressão ao qual as organizações estão expostas (Beckert, 2010; Greenwood *et al.*, 2002; Suddaby, 2010). Assim, as regiões interioranas não devem ser compreendidas apenas a partir de critérios populacionais ou geográficos, mas como ambientes institucionais complexos e dinâmicos.

Essa perspectiva reforça a necessidade de abordar os ambientes regionais do interior de forma heterogênea, superando a visão homogênea predominante nos estudos sobre expansão de redes de franquias. Considerar as pressões institucionais presentes nesses ambientes contribui para a redução de incertezas e, conseqüentemente, para a diminuição dos custos associados à inserção regional, conforme apontado por estudos recentes sobre adaptação organizacional a contextos institucionais distintos (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025; Moirangthem, 2022; Sendra-Ponsá *et al.*, 2022). No plano gerencial, os resultados oferecem subsídios para que gestores e proprietários de redes de franquias planejem estratégias de expansão com base em indicadores institucionais objetivos, auxiliando a tomada de decisão quanto à escolha de mercados regionais mais favoráveis (Manville *et al.*, 2024; Melo *et al.*, 2025). Do ponto de vista das políticas públicas, os achados indicam que a melhoria de determinados indicadores institucionais pode fortalecer o ambiente empreendedor regional, ampliando a segurança percebida pelos investidores e favorecendo a atração de novos negócios (Acquah *et al.*, 2023; Rahim *et al.*, 2025). Em síntese, o estudo avança ao demonstrar que a atração de redes de franquias em regiões interioranas não pode ser compreendida a partir de uma visão única do ambiente regional. Ao evidenciar a relevância das pressões institucionais e da heterogeneidade ambiental, contribui para a redução de incertezas e para o aprimoramento das estratégias de inserção regional, reforçando o papel das instituições na conformação dos mercados locais.

Observa-se três limitações principais no estudo. A primeira refere-se à delimitação das amostras de regiões interioranas analisadas. A segunda diz respeito à possibilidade de inclusão de outras instituições satélites nos arranjos populacionais estudados. Por fim, não se incorporou a trajetória histórica de formação das regiões afastadas dos grandes centros urbanos, aspecto reconhecido como relevante para a compreensão das configurações institucionais atuais (Beckert, 2010; Rosa *et al.*, 2024).

Como pesquisas futuras, sugere-se: aprofundar a análise das classificações de ambientes regionais com pressões competitivas e institucionais a partir de uma perspectiva longitudinal, considerando o tempo de permanência das redes de franquias nas regiões (Melo *et al.*, 2025; Schimchak, 2023), estudos comparativos envolvendo diferentes regimes políticos também representam uma agenda promissora (Peng *et al.*, 2023), e a incorporação do construto “incentivos”, amplamente discutido por Acemoglu, bem como a análise de segmentos específicos de redes de franquias (Arbelo-Pérez *et al.*, 2025).

4 REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D., Johnson, S. & Robinson, J. (2001) The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *The American Economic Review*. Vol. 91, No. 5, pp. 1369-1401.
- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. (2005) The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change, and Economic Growth. *American Economic Review*, 95 (3): 546-579.
- Acquah, E. Carbonari L.; Farcomeni A. & Trovato, G. (2023) Institutions and economic development: new measurements and evidence. *Empirical Economics*, v. 65, p. 1693–1728.
- Alon, I. (2006) Market Conditions Favoring Master International Franchising. *Multinational Business Review*, 14(2), 67–82.
- Alon, I. & Welsh, D. H. B. (2002) Global Franchising in Emerging and Transitioning Markets. *International Journal of Business and Economics*, v. 2, n. 1, p. 332–343.
- Alqershy, M.T., Shi, Q. & Anbar, D.R. (2024) "Analysing the interplay of isomorphic pressures, perceived benefits and top management support on social responsibility performance of Belt and Road megaprojects", *Engineering, Construction and Architectural Management*, Vol. ahead-of-print No. ahead-of-print.
- Arbelo-Pérez, S., Ruiz-Rosa, I. & Gutiérrez-Taño, D. (2025) The impact of institutional factors on entrepreneurial activity: a comparative analysis between peripheral and central regions. *J Glob Entrepr Res* 15, 30
- Baena, V. (2012) Market conditions driving international franchising in emerging markets. *International Journal of Emerging Markets*, v. 7, n. 1, p. 49–71.
- Baena, V. & Cerviño, J. (2014) International Franchising Decision-Making: A Model for Country Choice. *Latin American Business Review*, v. 15, p. 13–43.
- Bălăceanu, C., Văcaru, O. M. & Athu, C. (2021) The concept of regional development: current specifications at institutional level. *Euromentor Journal*, 12(3), 17-26.
- Beckert, J. (2010) Institutional Isomorphism Revisited: Convergence and Divergence in Institutional Change. *Sociological Theory*, 28(2), 150–166.

- Dant, R. P. & Grünhagen, M. (2014) International Franchising Research: Some Thoughts on the What, Where, When, and How. *Journal of Marketing Channels*, v. 21, n. 3, p. 124–132.
- Dimaggio, P. & Powell, W. (1983) The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48.
- Flores, V., Armando, C. & Ramírez, M. (2020) The factors that determine franchising intensity: An analysis in an emerging economy. *Thunderbird International Business Review*, Volume 62, pp. 647 – 659.
- Greenwood, R., Suddaby, R. & Hinings, C. R. (2002) Theorizing change: The role of professional associations in the transformation of institutionalized fields. *Academy of Management Journal*, 45(1), 58–80.
- Grünhagen, M.; Dant, R. P. & Zhu, M. (2012) Emerging Consumer Perspectives on American Franchise Offerings: Variety Seeking Behavior in China. *Journal of Small Business Management*, v. 50, n. 4, p. 596–620.
- Lanfranchi, A., Melo, P.L.D.R., Borini, F.M. & Telles, R. (2021) Institutional environment and internationalization of franchise chains: a regional and global analysis, *International Journal of Emerging Markets*, Vol. 16 No. 4, pp. 726–744.
- Manville, G. & Greatbanks, R. (2024) Institutional isomorphism and performance management: Exploring the linkage and relationship in English social housing. *Housing Studies*, 39(10), 2626-2653.
- Medeiros, E. (2022) Strategic-Based Regional Development: Towards a theory of everything for regional development?. *European Journal of Spatial Development*, 19(5), 1–26. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6805455>.
- Melo, P., Delgado, R., Corrêa, V., & Borini, F. (2020) Regional development and institutional environment: regional expansion of franchise chains in Brazil, *Mackenzie Business Review*, Vol. 21 No. 5, pp. 1-30.
- Melo, P., Borini, F., Isaac, V., & Correa, V. (2023) Regional development and the institutional environment for franchise chains: frontiers of small and medium-sized cities. *Competitiveness Review*, Vol. 33 No. 2, pp. 419-440.
- Melo, P.L.D.R., Borini, F.M., Dos Santos-Costa, L., Isaac, V.R. & Correa, V.S. (2025) "Entrepreneurial ecosystems in small towns: franchise chain expansion",

- Journal of Research in Marketing and Entrepreneurship*, Vol. 27 No. 1, pp. 39–60.
- Moirangthem N. & Nag B. (2022), "Measuring regional competitiveness on the basis of entrepreneurship, technological readiness and quality of institutions". *Competitiveness Review*, Vol. 32 No. 1 pp. 103–121.
- Moita, R. M. S., & Guerra, A. (2012) Entradas e bandeiras: Estratégia de interiorização das cadeias de fast-food. *Revista de Administração de Empresas*, 52(1), 85–99.
- North, D. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press.
- North, D. (1991) Institutions. *The Journal of Economic Perspective*, v. 5, n. 1, p. 97-112.
- North, D. (2005) *Understanding the process of economic change*. Princeton/Oxford: Princeton University Press.
- Norton, S. (1988) An empirical look at franchising as an organizational form. *Journal of Business*, 61(2), 197–218.
- Peng, M. W. (2014) New research directions in the institution-based view. *Research in Global Strategic Management*, v. 16, p. 59–78.
- Peng, X., Cui, X., Bai, Y. & Xu, Y. (2023) Institutional isomorphism pressure and multinational corporations' environmental and social performance. *Applied Economics Letters*, 30(17), 2424–2434.
- Rahim T., Khan, M., Shah S. H. U. & Hussain, S. (2025) Re-Examining the Pillars of Institutional Isomorphism: A Comprehensive Literature Review. *Journal of Social Signs Review*, 3(07), 237–242.
- Rosa, C., Melo, P. L. R., & Garcia, D. B. (2024). Ambiente institucional e o desenvolvimento das redes de franquias na região norte do Brasil. *Gestão & Regionalidade*, v. 40, e20248428.
- Rubin, P. (1978). The Theory of the Firm and the Structure of the Franchise Contract. *Journal of Law and Economics*. 21. 223-33.
- Schimchak, G., Peres, B. & Crescitelli, E. (2023) Ecossistemas de empreendedorismo regional: fatores críticos de sucesso. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas* V.8, Nº2, p.134-155.
- Sendra-Ponsa, P., Comeiga I. & Mas-Turb A. (2022) Institutional factors affecting entrepreneurship: A QCA analysis, *European research on management and business economics* 28.

- Suddaby, R. (2010) Challenges for Institutional Theory. *Journal of Management Inquiry*, 19(1), 14-20.
- Thanh, T. L., Mohiuddin, M., & Quang, H. N. (2022). Impact of uncertainty and start-up opportunities on technopreneurial start-up success in emerging countries. *Transnational Corporations Review*, 14(3), 312-322.
- Whetten, D. A. (1989). What constitutes a theoretical contribution?. *Academy of management review*, 14(4), 490-495.
- Wu, X., Tan, X. & Wang, X. (2023) The institutional logics perspective in management and organizational studies, *Journal of Business Research*, Volume 167.
- Zuo, H.; Li, W. & Alam, S.S. (2023) Relationship between Diversification, Institutional Environment and Growth: A Study of Agricultural Companies in China. *Sustainability*, 15.